



Sobre a Realidade Social e a Autonomia do Desenho

Da ESBAP à política de habitação
nos projectos SAAL de Siza Vieira

Maria Inês de Araújo Silva Gomes
Orientação por: arq.^{to} Manuel Montenegro
Co-orientação: arq.^{to} Sergio Fernandez

*À minha família,
em especial à minha mãe,
pelo carinho e atenção constantes.
À Margarida Linhares, à
Manoela Prata e à Helena Moreira,
pela amizade e presença desde infância.
À Daniela Fardilha, pela
assistência técnica e emocional.
Ao arquitecto Manuel Montenegro,
pela orientação e dedicação na
concretização da presente prova.
Ao arquitecto Sergio Fernandez
pela colaboração e pelo testemunho
prestado.
Por fim, a todos aqueles que me
acompanharam ao longo
deste percurso académico.*

Introdução

Objecto

Hay en realidad un continuo proceso de influencias, de intercambios, a menudo de contraposiciones entre los hechos urbanos tal como se concretan en la ciudad y las propuestas ideales. Yo afirmo aqui que la historia de la arquitectura y de los hechos urbanos realizados es siempre la historia de la arquitectura de las clases dominantes; había que ver dentro de qué limites y con qué éxito las épocas de revolución contraponen un modo propio y concreto de organizar la ciudad.¹

A presente dissertação irá incidir na revisão do Movimento Moderno, na mudança de pensamento sobre o habitante enquanto parte integrante de um contexto cultural diverso, para o qual a resposta universal da arquitectura não satisfaz a complexidade das diferentes identidades. Neste caso, o estudo apresenta os resultados de experiências exteriores, mas irá centrar-se, sobretudo, no contexto portuense, antes e após o 25 de Abril de 1974, mais precisamente no ensino da ESBAP, na influência do Inquérito à Arquitectura Popular, no processo SAAL e nos vários métodos para a edificação da habitação social. Para uma melhor abordagem dos temas, propõe-se a sua análise e observação a partir dos projectos dos bairros da Bouça e de S.Víctor, do arquitecto Álvaro Siza Vieira.

Pretende-se explorar a variabilidade da arquitectura enquanto disciplina mais ou menos dependente de forças políticas, opções económicas e sociais, na procura da concretização do sentido crítico do arquitecto. Por outro lado, explora-se o confronto da autonomia do desenho com a participação dos futuros utentes, a informação facultada por inquéritos e por outras metodologias para a edificação da habitação social, na formalização das ideias para os projectos, com o objectivo de adequar o desenho do habitat ao indivíduo.

1 ROSSI, Aldo. “La arquitectura de la ciudad”. 10ª ed -Barcelona: GG, 1999. p.64

Abstract

This work is based on the revision of the Modern Movement, more precisely on the shift of reflecting on the tenant’s role, as part of a diverse and complex cultural context, to which the universal and rational way of thinking architecture wasn’t able to answer to. In this case, the study shows briefly the results of other architectural experiences in foreigner countries, but it will focus particularly on Porto’s social and architectural context, before and after the revolution of 25th of April of 1974. On the influence of the Inquiry on the Popular Architecture, on the SAAL process and other methods that eased the construction and planning of social housing. For a better understanding of this theme, we purpose the analysis of Álvaro Siza Vieira’s projects for Bouça and S.Víctor.

On one hand, the goal we’re aiming to reach is verifying and exploring the architecture’s less or more dependence on political, economical and social forces. In other words, the architect’s possibility to enhance his autonomy. On the other hand, we confront this power of choice with the tenants’ participation on their future house, and also with the information provided by social researches. To sum up, we will observe the influence of these methods on the project design and on the adjustment of the dwelling to people’s individuality.

Objectivo

As circunstâncias em que um projecto de arquitectura é edificado quase nunca permitem a sua materialização de modo autónomo, quer por imposições de gosto do cliente, quer por condições económicas, políticas ou sociais que se sobrepõem ao traço do arquitecto. Neste caso, o objectivo do trabalho é observar as virtudes e vicissitudes da autonomia disciplinar e da inclusão dos moradores no debate sobre a habitação colectiva e, neste caso, social. Pretendemos clarificar também que, apenas quando o contexto cultural, político e económico se conjugam neste sentido, é que é possível, de facto, intervir com maior autonomia. Assim sendo, o trabalho inicia-se com uma análise da ESBAP e com o sentido do discurso arquitectónico portuense antes do 25 de Abril, de modo a entender as circunstâncias sociais que despoletaram e apoiaram o SAAL Norte, bem como as ideias de arquitectura que o definiram e que influenciaram os projectos de Álvaro Siza.

No primeiro capítulo analisa-se o ensino na ESBAP e o sentido que Fernando Távora adopta do legado de Carlos Ramos, principalmente no estudo do Movimento Moderno e na introdução da arquitectura popular no âmbito disciplinar. Aborda-se também a influência deste reconhecimento na doutrina de outros docentes, nomeadamente Octávio Lixa Filgueiras e Arnaldo Araújo, pela relevância que demonstraram para o estudo da História e Teoria. Levantam-se questões que pretendem reflectir as diferenças de método nas várias disciplinas dos respectivos professores, nomeadamente a interpretação de cada um relativamente à arquitectura popular portuguesa, referente formalização dos alunos aos exercícios propostos, e ainda, a posição do corpo discente mediante este ensino. Acrescenta-se ainda, e porque julgamos que está de algum modo relacionado com esta conjuntura, uma iniciativa participativa, por parte de Sergio Fernandez, enquanto aluno, e comparamos a atitude de Siza Vieira, uma década depois e enquanto profissional.

No segundo capítulo, introduz-se o estudo do Inquérito à Arquitectura Popular Portuguesa, juntamente com outras iniciativas influentes na

obra de Álvaro Siza e apresenta-se o sentido do discurso europeu, nomeadamente dos CIAM, contextualizando-se também a posição da Escola do Porto neste encontro. Da pesquisa do meio português encontraram-se duas posições, uma que pretendia ser sobretudo disciplinar, com o objectivo de complementar o conhecimento da prática e outra que incidia na consciencialização do papel do arquitecto e no reconhecimento social. Para uma melhor adaptação desta problemática ao tema do SAAL Norte, expomos as “ilhas”, segundo estes parâmetros e abordamos a sua descrição tipo-morfológica e social. Desta informação e do conhecimento disciplinar do arquitecto, analisamos a dualidade entre a arquitectura popular e a erudita, a partir da reinterpretação que Siza Vieira faz nos projectos da Bouça e de S.Víctor.

No terceiro capítulo introduzem-se, inicialmente, pesquisas e soluções, concretizadas num contexto exterior ao país e que aprofundaram a temática sobre a relação do utente com o habitat, procurando uma maior aproximação entre ambos. Desta exposição introduz-se o trabalho de Nuno Portas enquanto arquitecto, investigador e político, nomeadamente a formulação da metodologia para a edificação da habitação social, a proposta para a “Habitação Evolutiva” e ainda o “Despacho SAAL”. Iniciativas que consideramos influentes no desenho e construção dos programas SAAL, mas também para abordagens posteriores do arquitecto Siza quando confrontado com problemáticas de características semelhantes. No entanto, como o presente trabalho é referente somente ao contexto português e de revolução, incidiremos unicamente no contributo destas ideias nos projectos da Bouça e S.Víctor.

Finalmente, propõe-se retirar desta análise ensinamentos pessoais e conceitos disciplinares importantes, enquanto método para um melhor e mais adequado desenho da habitação e planeamento urbano. Frisamos também que esta opção não tem como intuito a mimetização do passado, pois consideramos que a actualidade portuguesa não se equipara às circunstâncias anteriores e posteriores ao 25 de Abril e, portanto, as considerações finais sugerem somente uma reinterpretação da metodologia, como possível resposta para os requisitos habitacionais e urbanos da actualidade.

Metodologia

Após a apresentação dos problemas, passaremos a expor a organização do trabalho e os meios a que recorremos para a sua concretização. Tratando-se de uma pesquisa teórico-histórica, socorremo-nos à leitura de publicações, livros e entrevistas referentes às décadas de 60 e 70 no contexto português e portuense, e ainda, do panorama internacional. Considerando que o estudo realizado visa propósitos disciplinares da prática da arquitectura, procuraremos observar no desenho e nos projectos de Siza, anteriores e durante o processo SAAL, a reflexão do arquitecto relativamente aos preceitos estudados.

Uma vez que a temática em causa tem sido abordada e debatida recentemente, valemo-nos também de informação disponibilizada em exposições, conferências e entrevistas para um aprofundamento mais consciente do tema. Entre estes acontecimentos encontram-se: a exposição de Serralves, o simpósio “SAAL: em retrospectiva”, o colóquio organizado pela Universidade de Coimbra, “74-14 O SAAL e a Arquitectura”, conferências organizadas no âmbito da “Estratégia Urbana” e da exposição “Bairros do Porto - Memórias/Tempo de Futuro”. Relativamente às entrevistas, apontam-se as colaborações de Sergio Fernandez, António Madureira e de Fernando Cardoso, morador do Bairro da Bouça.

A metodologia da presente dissertação não procurou ser um processo estanque, pelo contrário, passou pela conjugação de diferentes informações e opiniões para dar resposta ao impasse existente entre o desenho e a realidade a intervir. Assim sendo, e embora o índice exponha uma ordem que, conceptualmente apresenta o impasse e reflexão (“A Recusa e Urgência de Desenho”), seguida da resposta ao dilema formal (“A Arquitectura Popular no Movimento Moderno”) e a conjugação da identidade do indivíduo com a forma da habitação colectiva (“O Método para a Edificação da Habitação”), consideramos que, na prática disciplinar, o percurso inverso é igualmente possível.

A organização tripartida não tenciona conduzir o leitor a concluir que a solução definitiva se resume, sistematicamente, à inclusão dos aspectos sociais na forma, mas sim induzir à rota-

tividade da estrutura, para uma revisão constante do processo de projecto e da atitude crítica do arquitecto. Para exemplificar, concluindo que a estratégia adoptada de aproximação ao utente não permite manobrar o desenho com autonomia, o arquitecto pode optar por questionar a proeminência dos factores sociais no projecto e relevar os modelos disciplinares ou vice-versa. O objectivo fundamental será encontrar um sábio equilíbrio entre a autonomia disciplinar e os fenómenos sociais, para a edificação de uma habitação e planeamento de um urbanismo mais inclusivo.

Quanto à organização dos capítulos, também estes estão dispostos segundo uma estrutura tripartida, sendo que os pontos **a.** correspondem a preceitos da prática que sustentam as iniciativas desenvolvidas em **b.**, relacionadas com experiências de aproximação à realidade, quer de projecto ou de análise social e **c.** corresponde à formalização em desenho e matéria da conjugação destes dois pontos, nos projectos para os bairros de S.Víctor e da Bouça.

Finalmente, o layout do trabalho tenta tirar o máximo partido da informação disponível nas imagens e opera, muitas vezes, por comparação de elementos para analisar semelhanças e contrastes. Para tal, esta informação é complementada pelo texto, cuja proeminência e destaque variam conforme a importância da imagem, podendo, inclusivé, servir apenas enquanto legendagem nalgumas temáticas abordadas. Desta iconografia fazem parte fotografias e esboços, mas também plantas, cortes e alçados que foram seleccionados com propósitos específicos, sendo que alguns desenhos foram redesenhados, com o fito de aprofundar e analisar determinadas ideias.

Índice

Introdução	7		
A Recusa e a Urgência de Desenho	12	O Método para a Edificação da Habitação	80
a.1 O legado de Carlos Ramos e o Inquérito à Arquitectura Popular	15	a.1 Os contributos dos Team X, John Turner, Henri Lefebvre e INA CASA	83
b.1 Fernando Távora e a disciplina de “Composição da Arquitectura”	19	b.1 Proposta da Metodologia para a Edificação da Habitação Social	88
b.2 Octávio Lixa Filgueiras e Arnaldo Araújo nas disciplinas de “Arquitectura Analítica”, “História” e “Teoria”	23	b.2 Habitação Evolutiva	91
c. A Recusa e Urgência de Desenho	27	b.3 Despacho SAAL	94
c.1 A Participação e a Autonomia no CODA de Sergio Fernandez	30	c. Nos projectos SAAL de Siza Vieira	
c.2 A Participação e a Autonomia nos projectos SAAL de Siza Vieira	33	c.1 A inclusão dos fenómenos sociológicos nos projectos de habitação	96
		c.2 O Direito ao Lugar e à Apropriação da Casa	102
		c.3 A Autonomia do Arquitecto e a Organização Social da Procura	108
A arquitectura popular no Movimento Moderno	40	Conclusão	115
a.1 O CIAM X e o projecto da Escola do Porto	43		
a.2 Duas das directrizes do Inquérito à Arquitectura Popular	48	Bibliografia	121
b.1 A reinterpretação da arquitectura popular	50		
b.2 Das “Ilhas” da cidade Oitocentista à “Ilha Proletária” do pós-25 de Abril	55	Iconografia	123
c. Nos projectos SAAL de Siza Vieira			
c.1 A revisão dos Modelos Modernos	61		
c.2 A reinterpretação da Arquitectura Popular	66		



A recusa e urgência de desenho

A Brigada não acredita - nem admite - que a urgência dos problemas possa constituir um limite à qualidade ou poesia.²



I. Le Corbusier, "Villa Besnus", Vaucresson, França, 1922

II. Interior de uma habitação popular portuense, 1974

A.1

O legado de Carlos Ramos e o Inquérito à Arquitectura Popular

A minha formação, na Escola do Porto, coincide com o período de elaboração do Inquérito. (...) a geração a que pertença “entrou venerando Le Corbusier” e, sem abdicar da modernidade, “acabou por rever-se numa espécie de proposição mais humanizada e próxima, decorrente do contacto com a arquitectura popular”³.

Da direcção e ensino de Carlos Ramos na ES-BAP resultou um conhecimento profundo sobre os autores do Movimento Moderno e os modelos arquitectónicos internacionais Fig.1, aspectos que se reflectiram na doutrina de outros professores, como Fernando Távora Fig.2. A informação era recolhida a partir de livros e revistas que serviam de inspiração e exemplo para os estudantes de arquitectura que, acompanhados pelos docentes, iam desenvolvendo diferentes experiências de projecto. Verificou-se que nas propostas dos estudantes e nas obras dos ateliers, a linguagem empregue era na sua maioria demasiado abstracta e raramente reinterpretava os costumes de construção portugueses, baseando-se na adopção dos preceitos dos modelos internacionais.

Contudo, do legado de Carlos Ramos não restou apenas o conhecimento académico, mas também acções de carácter extra-escolar e o conceito de “máxima liberdade, máxima responsabilidade”⁴, possibilitando que arquitecto e aluno estendessem o campo disciplinar a novas ideias. Neste sentido, surgiu a vontade de conhecer a realidade, para ampliar o conhecimento arquitectónico, fundamentado nos modelos modernos, e alarga-lo ao entendimento da cultura

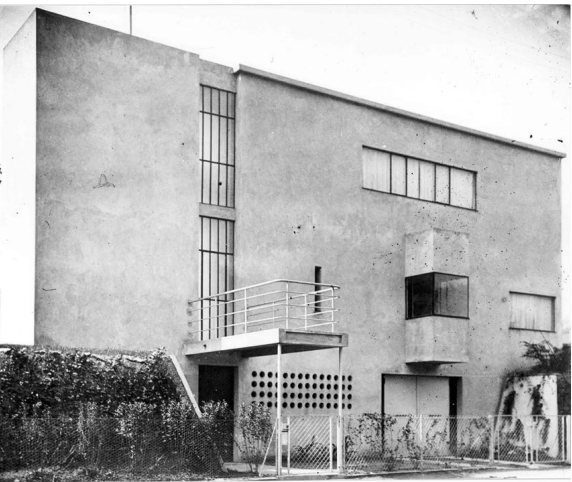


Fig.1 Le Corbusier, “Villa Besnus”, Vaucresson, França, 1922



Fig.2 Fernando Távora, “Bairro de Ramalde”, Porto, 1952-1960

2 VIEIRA, Álvaro Siza, “Linha de acção dos técnicos enquanto técnicos” in “A Questão do Alojamento I”, Jornal de Arquitectos, nº204. Lisboa, 2002. p.17

3 FERNANDEZ, Sergio. “Comunicações, Sessão I”; in Joelho #02. Universidade de Coimbra: EDARQ, Abril/2011. p.39

4 TÁVORA, Fernando. “Evocando Carlos Ramos” in Revista Arquitectura, 0, Outubro/1987. p.76

portuguesa. Tirando partido da liberdade que o ensino disponibilizava, realizou-se o Inquérito à Arquitectura Popular, do qual dois membros responsáveis por este projecto faziam parte do corpo docente da ESBAP: Fernando Távora e Octávio Lixa Filgueiras, que teriam um papel fundamental no futuro do ensino.

É certo que a minha assistência a esses congressos – visto que as intervenções foram sempre mínimas, mercê de uma certa timidez que tenho comigo – foi de resultados muito limitados junto dos meus colegas já profissionalmente feitos. Mas estou convencido que, apesar de tudo, através da acção como professor, a experiência aí colhida teve uma certa importância na gente nova. Porque, evidentemente tendo tido importância em mim, teve também reflexos neles.⁵

A presença destes professores no CIAM X também seria muito influente para os alunos da Escola, enquanto testemunho do debate sobre o futuro do Movimento Moderno e transmissão das conclusões pessoais desta experiência. Se, por um lado, as referências e intérpretes do racionalismo europeu, da arquitectura internacional e do “objecto arquitectónico”, apresentados por Carlos Ramos, continuavam presentes na metodologia pedagógica, também se alertava os alunos para a apreensão da realidade e para a importância da história e dos valores que destas advêm, aspectos que a concretização do Inquérito também tinha evidenciado. A preponderância do Movimento Moderno seria reposicionada na Escola e adoptar-se-iam preceitos de outras tendências, como da Arquitectura Orgânica Fig.3, do Neo-Realismo italiano Fig.4 e ainda do Brutalismo Fig.5.

A integração dos signos culturais na arquitectura, através das formas e dos materiais, sem, no entanto, recusar ser Moderno, era o aspecto comum a estes movimentos e à nova prática disciplinar do ensino. Esta directriz daria origem a um novo instrumento para projecto, que até então era apenas sustentado pela prática e observação de obras internacionais, através da criação das disciplinas de História e de Teoria. O propósito destas cadeiras era estudar o objecto para além da sua funcionalidade, isto é, o significado



Fig.3 Álvaro Siza Vieira, “Casa de Chá da Boa Nova”, Leça da Palmeira, 1963



Fig.4 Fernando Távora, “Mercado da Vila da Feira”, Santa Maria da Feira, 1959

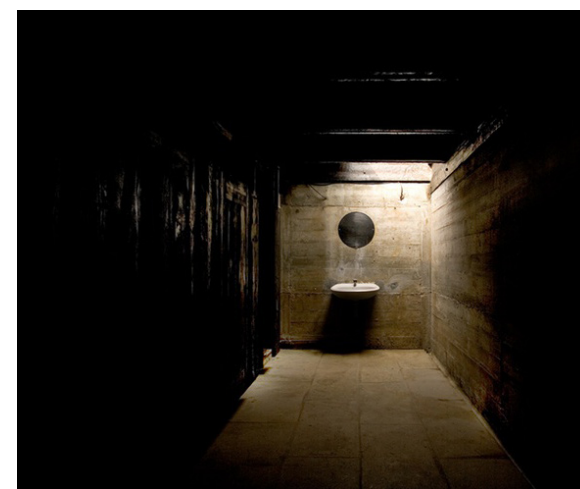


Fig.5 Álvaro Siza Vieira, “Piscina das Marés”, Leça da Palmeira, 1966



Fig.6 Foto de Sergio Fernandez, “Uma rua em Rio de Onor”, 1963

da sua forma, dos materiais pelo conteúdo e a prevalência no tempo.

Neste âmbito, dar-se-ia também continuidade ao estudo desenvolvido no Inquérito, por iniciativa dos alunos, que se deslocavam para lugares remotos, para o aprofundamento deste conhecimento. Foi o caso do CODA realizado por Sergio Fernandez Fig.6, cujo objectivo era observar as construções realizadas à luz das necessidades e de acordo com o meio cultural dos indivíduos, sem a imposição de condicionamentos especulativos ou intervenção de outrem, para além do próprio utente e do arquitecto. Posteriormente, teremos oportunidade de abordar mais detalhadamente esta experiência e respectivos projectos⁶.

Alunos e professores desenvolveram novos campos da acção disciplinar, para tornar mais independente a reflexão teórico-prática da Escola, tanto dos preceitos internacionais, como da tecnocracia dos investimentos construtivos do país, destinados ao turismo e especulação imobiliária, sob o controlo de grandes grupos financeiros que impunham desadequados modelos arquitectónicos, enquanto a construção de habitação clandestina aumentava. Ou seja, era apologia da Escola adoptar uma resposta que não mantivesse uma posição neutra face à situação da arquitectura em Portugal, ou que se limitasse a corresponder às necessidades de mercado e, portanto, o ponto de partida essencial era a análise dos problemas em causa.

Alves Costa admite que o que estaria em cima da mesa eram essencialmente dois modelos da escola: um preconizado por Lixa Filgueiras, outro preconizado por Fernando Távora. Ou seja, um primeiro modelo mais estruturado nas pedagogias analíticas e científicas e um segundo modelo mais centrado no ensino do projecto e do desenho que acabaria por vingar.⁷

Esta imersão da Escola nos problemas reais teria duas linhas orientadoras distintas, que em vários momentos se cruzariam. A primeira, desenvolvida no âmbito das disciplinas de Arnaldo Araújo e Octávio Lixa Filgueiras, partia do envolvimento pessoal e trabalho de campo nos lugares, do qual consideramos o CODA de Sergio Fernandez, um exemplo aproximado a esta doutrina, pelo empenho revelado na pesquisa sociológica Fig.7. A segunda metodologia, mais orientada por Fernando Távora, baseava-se no desenho e na aprendizagem de projecto para alteração da realidade, um pouco à semelhança do ensino Moderno, mas complementado pela informação sobre a arquitectura popular portuguesa. Da formalização deste modelo destaca-se o projecto da “Casa de Chá da Boa Nova” de Siza Vieira, cujo desenho será analisado, posteriormente, no presente trabalho⁸, para observação da influência do Inquérito à Arquitectura Popular no trabalho do arquitecto.

5 TÁVORA, Fernando cit. por CARDOSO, Mário. *Revista Arquitectura*, nº123, 1971. p.153

Fig.5 Álvaro Siza Vieira, “Piscina das Marés”, Leça da Palmeira, 1966

6 Ver p. 30

7 BANDEIRA, Pedro. “Escola do Porto: Lado B, 1968-1978 (Uma História Oral)”. Guimarães: A Oficina, CIPRL Sistema Solar (Documenta), 2014. p.95

8 Ver p. 52

B.1

Fernando Távora e a disciplina de “Composição da Arquitectura”

*Segui a lição de Carlos Ramos e mostrei aos alunos a importância do seu trabalho*⁹

No ensino de Fernando Távora privilegiava-se a relação entre a pedagogia e a prática profissional, através da contínua transmissão dos problemas que surgiam no atelier e do confronto com as ideias desenvolvidas na Escola. Como iremos verificar na concretização do Inquérito, o arquitecto orientou este seu trabalho segundo as suas dúvidas pessoais quanto à prática disciplinar, procurando na arquitectura popular obras exemplares do racionalismo local e da conjugação dos programas com o espaço e soluções construtivas [fig.8](#). O objectivo de Fernando Távora era garantir que, na Escola, enquanto instituição autónoma, havia oportunidade de rever a condução da prática através de outras experiências de projecto e de investigação.

Na reforma de ensino de 68 e 69, Távora promoveu uma relação mais próxima entre alunos e professores, com o intuito de criar uma Escola participativa e democrática, diluindo a gestão centralizadora e alargando-a a docentes e discentes. Nesta experiência visou-se reestruturar as matérias num sentido mais integrado e adequado a projecto, com uma base teórica sólida, que até então não era incluída no plano de estudos. Fernando Távora defendia que o arquitecto, enquanto profissional, deveria ter um conhecimento variado sobre um conjunto de matérias que incluíssem a História, Construção, Teoria e ser capaz de sintetizar esta informação, segundo a sua capacidade crítica, na concretização do Projecto.

Assim sendo, o arquitecto e professor aproximava os alunos aos problemas da realidade

concreta, cuja procura da qualidade espacial e de novas formas deveriam ser facultadas pelo desenho, enquanto ferramenta auxiliar. Num balanço à sua doutrina, pode-se afirmar que procurou que os alunos consolidassem a formação académica, através do legado de Carlos Ramos, da apreensão da diversidade de projectos e de tendências da arquitectura erudita que então surgiam, com a cultura e arquitectura popular portuguesa. Ou seja, orientava-se a educação segundo o conhecimento técnico e plástico, de formação académica, consolidando-a com a formação moral, de modo a consciencializar os alunos para os problemas do contexto português.

*Mas, contra o que o homem por vezes pensa, as formas que ele cria, (...) os espaços que ele organiza não são criados ou organizados em regime de liberdade total, mas antes profundamente condicionados por uma soma infinita de factores (...) O número destes factores e a sua importância relativa são difíceis de apontar (...), até porque as formas artificiais ou de criação humana, (...), contam como factores condicionantes de cada nova forma criada, pois acontece que o espaço organizado pelo homem é condicionado na sua organização mas, uma vez organizado, passa a ser condicionante de organizações futuras (...)*¹⁰

Nos exercícios propostos para a disciplina de “Composição da Arquitectura”, Fernando Távora procurou que os alunos se confrontassem com a maior variabilidade possível de situações, incluindo contextos urbanos e rurais, programas diversos, desde instalações agrícolas a centros recreativos [Fig.9](#), [Fig.10](#), conventos e escolas [Fig.11](#), [Fig.12](#).

⁹ TÁVORA, Fernando cit. por MONIZ, Gonçalo Canto, “Ensino Moderno da Arquitectura, A Reforma de 57 e as Escolas de Belas-Artes em Portugal (1931-69)”. Julho/2011 - Coimbra: FCTUC. p.46

¹⁰ TÁVORA, Fernando. “Da Organização do Espaço”. 3ª edição, Porto: FAUP publicações, 1996, p.21



[Fig.7](#) A rotina da povoação de Rio de Onor,, Inquérito à Arquitectura Popular em Trás-os-Montes e Alto Douro, 1961



[Fig.8](#) Casa vernacular assente em pilotis, Inquérito à Arquitectura Popular no Minho, 1961

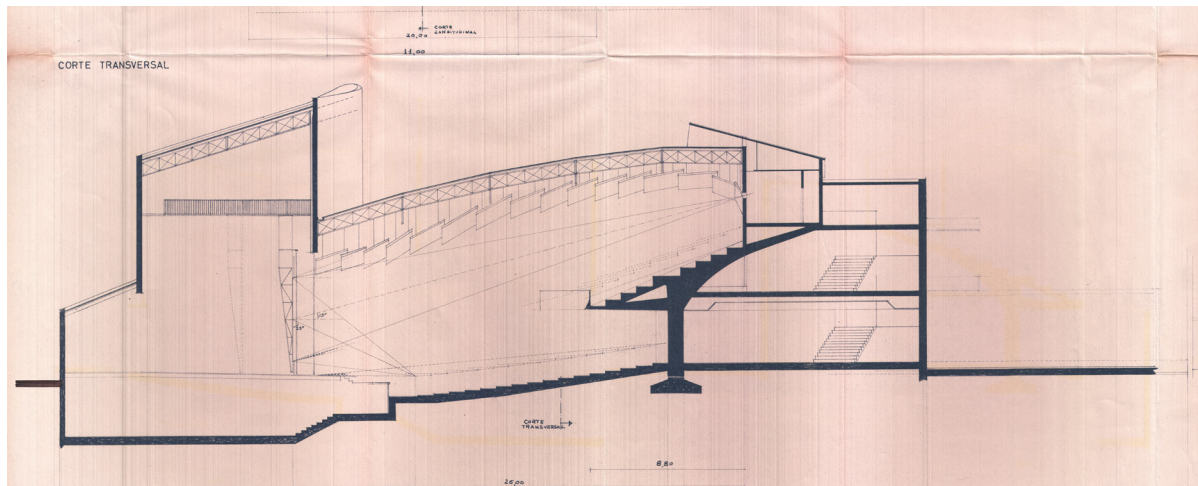


Fig.9 Projecto de um aluno para um Cine-Teatro
- Corte longitudinal

O objectivo passava por expor o aluno a circunstâncias e lugares com um forte cunho social e físico, alertando-o para a relação do objecto arquitectónico com o que o rodeia, as pré-existências, quer materiais, sociais ou culturais e a influência da sua edificação em projectos vindouros. A sua pedagogia baseava-se na revisão dos conceitos modernos, através da de uma perspectiva mais humana e integradora.

Outro dos exercícios propostos na disciplina de “Composição da Arquitectura”, consistiu num exercício de recuperação e solução do problema habitacional da zona do Barredo, uma estratégia que seria precursora de grande parte das intervenções realizadas no SAAL. Juntamente com o trabalho de pesquisa da disciplina de “Arquitectura Analítica”, que exigia um longo processo de levantamentos e reconhecimento do local e respectivos moradores, desafiava-se

a competência inventiva e sensível dos alunos para a realidade em questão, propondo que redesenhassem o espaço público e a imagem desta facção da cidade.

Por outro lado, com a excepção dos projectos que integravam a disciplina de Lixa Filgueiras, os alunos de Távora partiam para o lugar do projecto para apreender a realidade do local, através de levantamentos interpretativos que não exigiam particular rigor técnico ou exaustão na recolha de informação, mas apenas o discernimento e a autonomia crítica na selecção dos elementos a considerar na realização da proposta, um pouco à semelhança da pesquisa do Inquérito, flexível ao olhar e análise do observador. Para Távora, a prática disciplinar já não se apoiava apenas na realização técnica, mas na dialéctica das formas com o Homem.

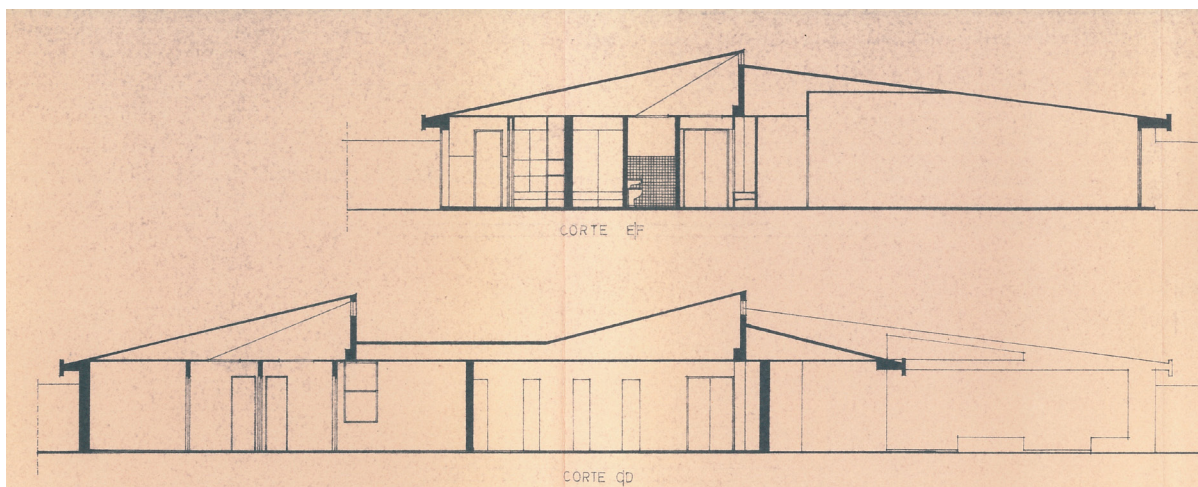


Fig.11 Projecto de um aluno para uma Escola Primária
- Corte longitudinal

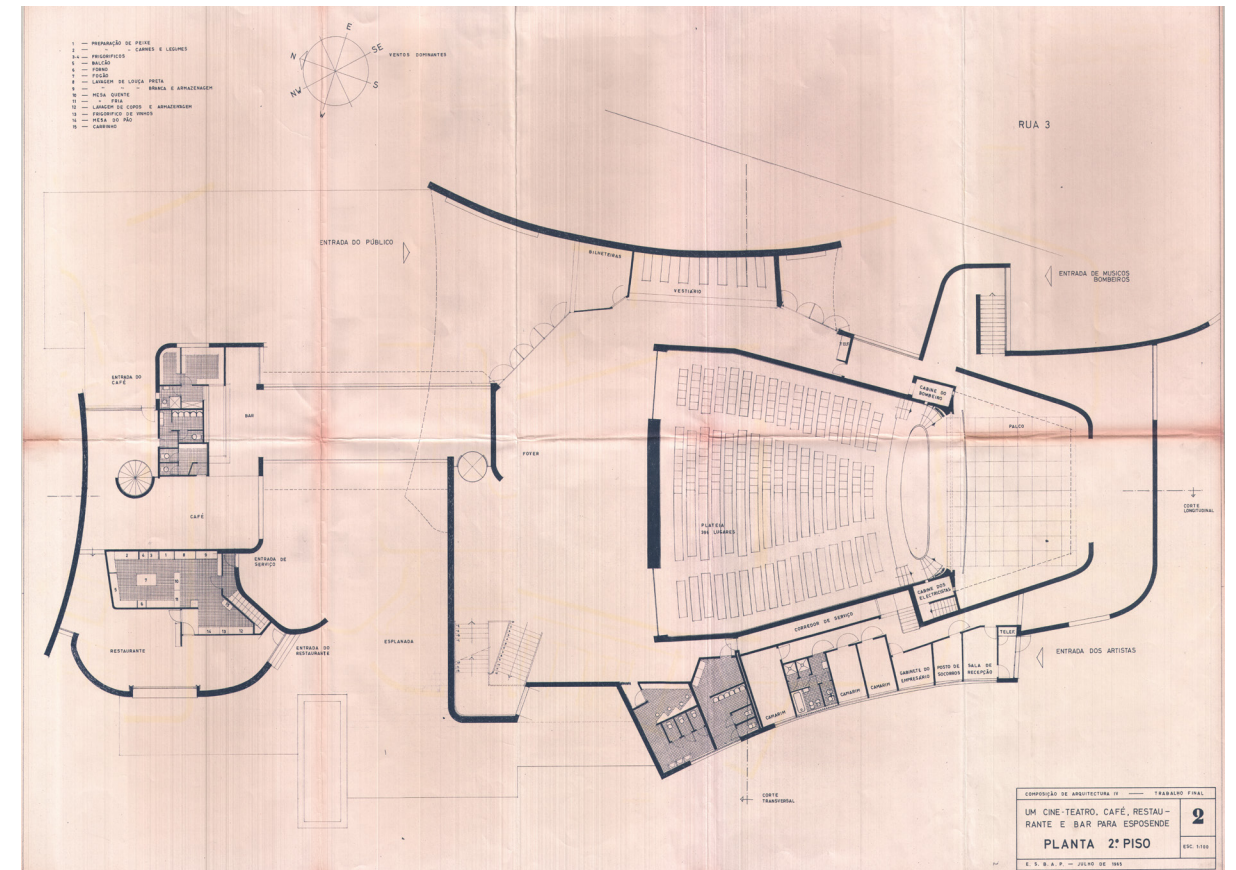


Fig.10 Projecto de um aluno para um Cine-Teatro

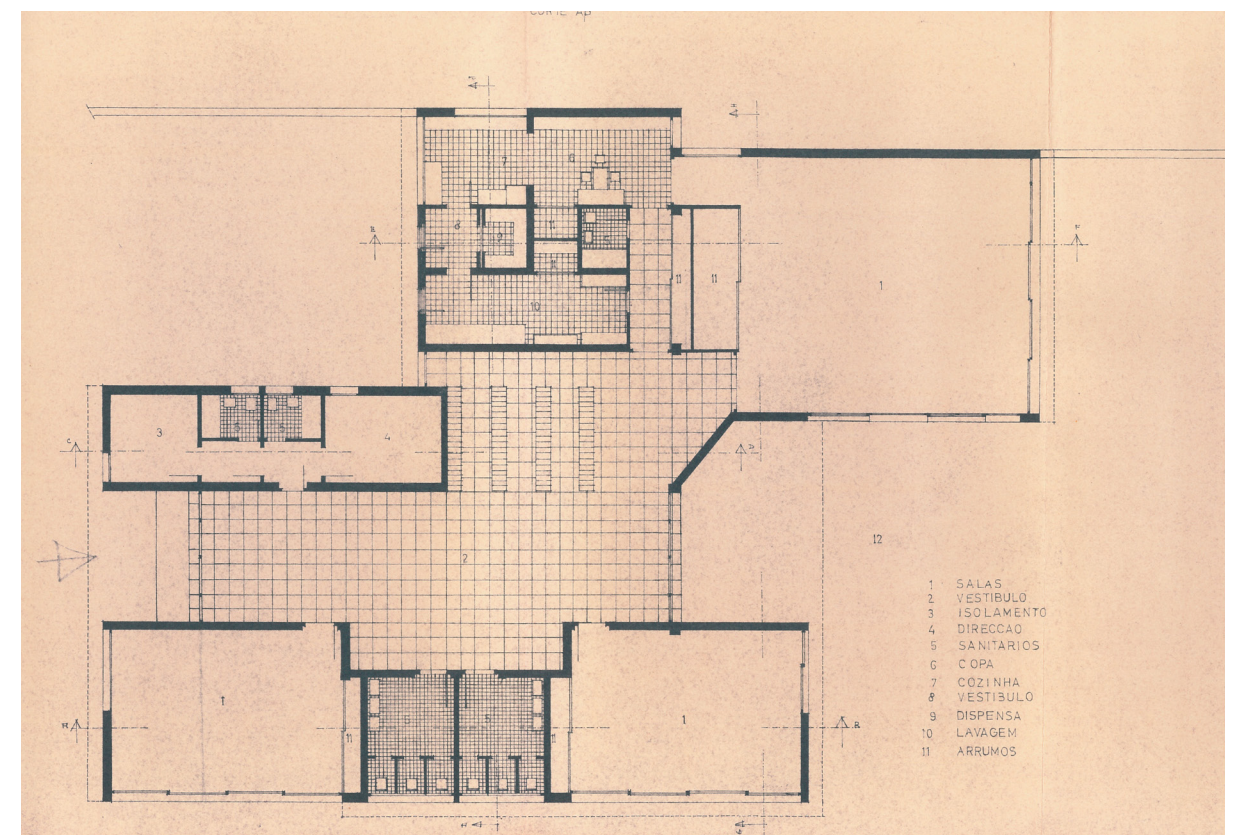


Fig.12 Projecto de um aluno para uma Escola Primária - Planta

Podemos afirmar que a lição do arquitecto iria reforçar a necessidade de desenhar para alterar a realidade da cidade e a vida dos seus utentes, assim como a importância da autonomia da aprendizagem no ensino, para permitir que o aluno tomasse conhecimento da maior variabilidade possível de soluções arquitectónicas, independentemente do contexto político e social que se vivia. Verificou-se também, a existência de uma terceira posição, por parte de uma minoria do corpo discente, que defendia a liberdade de experimentação formal, como exercício académico ou utópico, independente das circunstâncias e de qualquer conotação política. Esta ideia materializou-se em desenhos, colagens e textos dos alunos, nomeadamente no projecto “Organização Insurreccional do Espaço”¹¹, ou ainda, nalguns esboços de Eduardo Souto de Moura. Fig.13

Contudo, no seguinte capítulo passaremos a expor o trabalho realizado na disciplina de “Arquitectura Analítica” que iria preconizar a “Recusa do Desenho” entre os alunos, para a validação do conhecimento teórico e pesquisa social, ou seja, a directriz que esteve nos antípodas da “Urgência do Desenho”, mas que seria fundamental para a sua concretização.

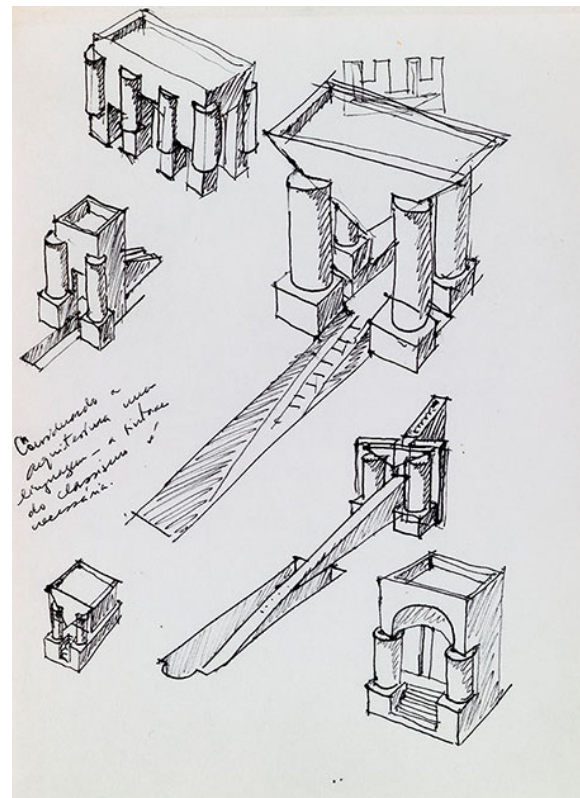


Fig.13 Esboços de experiências formais, Eduardo Souto de Moura, 1975

B.2

Octávio Lixa Filgueiras e Arnaldo Araújo nas disciplinas de “Arquitectura Analítica”, “História” e “Teoria”

*Nessas finas teias de aranha o arquitecto -manuseador-de-estilos começa por conseguir o desequilíbrio da sua aristocratizada arte, pela sobrevalorização da componente ornamental que beneficia duma espécie de autonomia ou pré-va-lência, até então desconhecida. (...) É assim que a própria arquitectura “de estilo” ganha valores de simples “décor”. (...) Mas a grande vida contacta com a vida pela porta de serviço.*¹²

12 FILGUEIRAS, Octávio Lixa. “da Função Social do Arquitecto, para uma teoria da responsabilidade numa época de encruzilhada”; 2ª edição, Porto: ESBAP-Arquitectura, 1985, p.s 66 e 67



Fig.14 Exercício para a disciplina de “Teoria”, Eduardo Souto de Moura, 1970-71 - “Le coeur a des raisons, que la raison ne connait pas.”

Octávio Lixa Filgueiras e também Arnaldo Araújo foram duas figuras proeminentes no rumo e ideologia que a escola tomou na década de 60 e abriram caminho para a integração da Escola nas operações SAAL. O seu posicionamento crítico sobressaía na pedagogia da ESBAP por contrariarem a valência do arquitecto somente enquanto artista ou técnico, incumbido de realizar as encomendas das classes sociais mais abastadas, das estratégias de marketing das empresas imobiliárias ou das propostas estatais, desadequadas ao contexto económico português. Estes docentes alertavam os alunos para “(...) a vida pela porta de serviço.”, ou antes, para a vida que o sistema político e social vigente não reconhecia. Este princípio incentivaria a crítica e a resistência, por parte dos alunos, à situação do país, às políticas económicas e habitacionais da ditadura. Por exemplo, na disciplina de “Teoria”, os discentes tinham que constituir um “Atlas de Imagens”, com o intuito de fomentar o espírito crítico e teórico, através de uma colecção diversificada de imagens da época, desde a cidade, à habitação, progresso tecnológico, poluição, etc.

Fig.14

Na disciplina de “Arquitectura Analítica”, os estudantes participariam no inquérito aos bairros camarários do Porto, realizado por Nuno Portas, enquanto membro do Laboratório Nacional de Engenharia Civil e também contribuiriam na análise das zonas habitadas pelo operariado, de malha urbana consolidada, como por exemplo, dos bairros do Barredo e Miragaia. Nestes levantamentos, ao contrário do que se sucedeu no Inquérito à Arquitectura Popular, no qual se privilegiou o objecto arquitectónico de qualidade formal e material, o trabalho proposto partia de uma análise exaustiva da realidade urbana sem excepção, partindo do interior da vida da casa.

Os desenhos evidenciam a preocupação em representar os mais ínfimos detalhes que faziam parte do quotidiano dos utentes. Desde a constituição material, o ambiente da casa, a disposição dos objectos nos espaços, um pouco à semelhança dos levantamentos de Lixa Filgueiras e Arnaldo Araújo no Inquérito à Arquitectura Popular¹³. No entanto, é possível observar que os aspectos relativos aos pormenores constructivos não eram explorados nestes trabalhos, evidenciado na linha carregada que limita a área da casa, sem preencher o conteúdo das paredes, tectos e chão. Fig.15 Os alunos também deveriam inquirir o número de moradores que ocupavam as habitações, determinando em média os metros quadrados disponíveis para cada um, que eram, por norma, números correspondentes a áreas muito reduzidas. Fig.16

Esta pedagogia conduziria, inclusive, a um exercício que incluía os três cursos da Escola, os diferentes anos do curso de arquitectura e a disciplina de “Composição da Arquitectura” – “Operação Matosinhos”. Procedia-se, inicialmente, à recolha de dados e exploração das relações de função entre estes através da geometria, em seguida formalizavam-se possíveis objectos e, nos últimos anos, os alunos participavam em ordenamentos de conjunto mais complexos. O tema do estudo consistia no desenho da habitação para os pescadores e a proposta seguia os fundamentos dos CIAM sobre a conjugação da habitação com o trabalho, lazer e circulação. Os alunos deviam realizar esquemas interpretativos das relações do Homem com o que o rodeia.

Na disciplina de “História”, um dos exercícios propostos por Arnaldo Araújo consistiu na organização de uma habitação, que propunha aos alunos a reflexão sobre o espaço do quotidiano e as técnicas tradicionais, numa abordagem mais aproximada à antropologia. No exemplo apresentado Fig.17, elaborado pelo arquitecto António Madureira, é possível observar tanto a influência do Inquérito, como das preocupações presentes no CIAM X, sobre a constituição do “Core” da habitação. Fig.18 Neste caso, o espaço da lareira era o local de reunião da família na cozinha, observando-se também a prevalência de pequenos apontamentos Modernos no desenho.

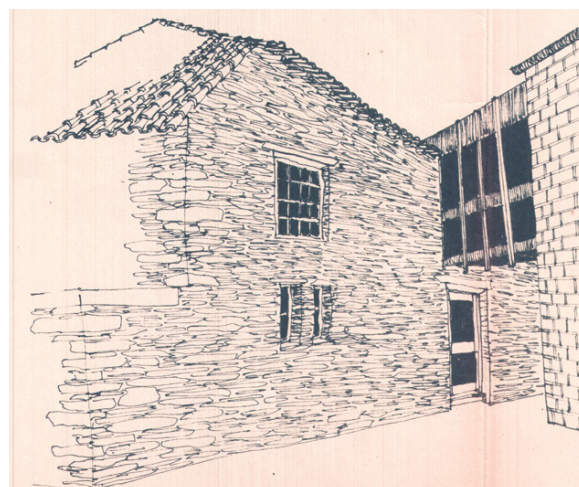


Fig.17 Exercício executado por António Madureira, 1966

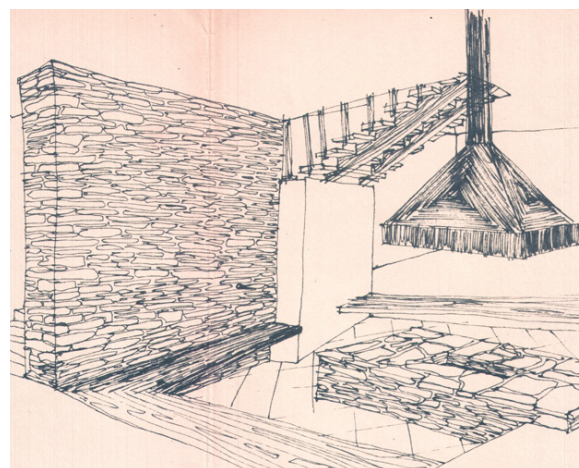


Fig.18 Exercício executado por António Madureira, o desenho do “Core”, 1966

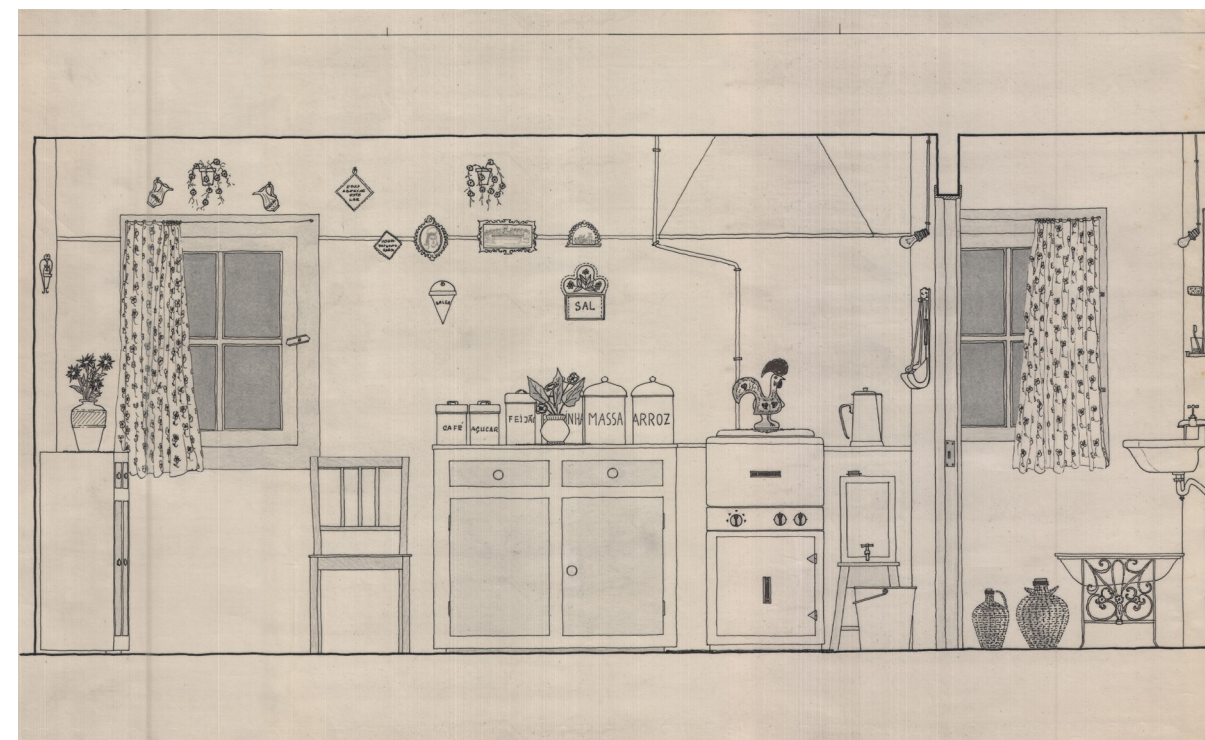


Fig.15 Levantamento de uma habitação do Barredo, exercício da disciplina “Arquitectura Analítica”, 1964-65



Fig.16 Número de moradores das habitações do Barredo, exercício da disciplina de “Arquitectura Analítica”, 1964-1965

13 Ver p.49

(...) a importância que conferem aos aspectos culturais das manifestações arquitectónicas, perspectivando a prática disciplinar numa dimensão histórica e humana que, até então, as questões da linguagem, da forma ou do estilo, haviam relegado para segundo plano.¹⁴

O ensino encerraria o papel do arquitecto-artista e abriria o campo disciplinar à consciência social, assente no trabalho de investigação que obrigava o confronto dos estudantes com a realidade. A prática disciplinar não podia ser autónoma do suporte teórico e da análise da realidade, se o que estava em causa era a formulação de uma proposta progressista, que não dispensava o conhecimento das condicionantes sociais e culturais, apoiado no trabalho de campo, no envolvimento dos discentes com as populações e consequente saída da Escola para o exterior. Perseguiu-se a vontade de recuperar a memória colectiva da população operária, desvirtuada pelas políticas de habitação e negócios imobiliários, de concretizar um projecto colectivo com História e identidade na cidade. Neste sentido, a integração do núcleo de São Vítor no programa SAAL, deveu-se ao envolvimento da Escola com o exterior e à iniciativa dos alunos junto dos arquitectos, para contribuírem na execução dos projectos, e das populações, para se organizarem e fazerem parte do processo. Foi na mediação entre a “Recusa” e a “Urgência” de alterar a sociedade, de operar na cidade, que cresceu na consciência de arquitectos, estudantes e professores a importância de terem um papel activo no desenvolvimento do SAAL.

C.

A Recusa e Urgência de Desenho

*Existe uma grande diferença entre os casos construídos nos meios rurais (...) e as construções urbanas impostas para os mesmos homens, transformados em operários. Enquanto as primeiras eram realizadas pelos próprios e continham em si os valores das suas raízes culturais e valores estéticos inerentes, (...) as construções urbanas da mesma época estavam ligadas à especulação do alojamento e o factor económico predomina em detrimento de todos os outros aspectos, incluindo o estético.*¹⁵

A recusa do desenho era uma posição que ia adquirindo fundamento entre os alunos, sob a influência das operações realizadas no âmbito da “Arquitectura Analítica” que, do confronto com as duras condições de vida da classe operária, aprofundou e incrementou a consciência social e política entre os alunos e também pela subserviência dos ateliers de maiores dimensões às encomendas das grandes instituições financeiras. Este confronto entre a concepção de um objecto de autor, relativamente acrítico, formulado à luz dos modelos internacionais para responder às solicitações das classes mais abastadas, e ainda a dureza da realidade portuguesa, desvirtuada da sua identidade e história, conduziria o grupo da Escola a questionar o papel do arquitecto e a validade do desenho.

Esta ferramenta que, durante anos teria auxiliado a prática na formulação dos projectos, era então conotada como um luxo da pequena e média burguesia, quase relegada para artefacto, por comparação a trabalhos como o de Rudolfsky¹⁶, ou ao legado do Inquérito à Arquitectura Popular. Ambos expunham a eficiência da população em realizar construções de valor estético e cultural pela sua própria iniciativa, contrariamente a muitos dos projectos de cariz social

que se tinham vindo a realizar, controlados pelo lucro económico, idealizados para satisfazer os requisitos do marketing imobiliário e intermediados por outras entidades junto do arquitecto, que não o próprio morador.

Esta posição face à valência do desenho devia-se tanto a uma posição fundamentalmente política e também radicalmente formal, pela própria negação do uso da forma, sem consequência ou significado. O que estava em causa era a procura de uma base teórica, fundamentada pela História e pelas condições da época, que legitimasse o desenho e, para outros, a liberdade de criação de modelos progressistas que correspondessem às necessidades sociais e que rejeitassem o uso do desenho para fins unicamente lucrativos.

O intuito da recusa do desenho, e também da urgência da sua concretização, situava-se entre uma posição ideologicamente científica e académica e outra vincadamente resistente e social, mas o objectivo final era comum a ambas as posições: colmatar as falhas de uma pedagogia carente de discurso e identidade própria, limitada à cópia de modelos arquitectónicos. Cremos que é neste sentido que o método participativo surge tão destacadamente no SAAL Norte, isto é, com o propósito de facultar informação da realidade cultural e estética dos moradores, facilitar a adequação das casas, dos modelos arquitectónicos cimentados, permitindo aos arquitectos aceitar a maior ou menor sobreposição desta informação ao estudo científico de que são conhecedores.

Contudo, a negação da forma não se tornou importante apenas pelos aspectos ideológicos, mas também pela urgência da emigração do grupo da Escola para o exterior, para a apreensão da realidade social das “ilhas” e das zonas habitacionais do operariado, que conduziria ao reconhecimento, por parte dos alunos, da necessidade de contribuírem nos propósitos sociais, que há muito se impunham na sua formação escolar, e de incentivarem estes núcleos da classe trabalhadora a aderirem ao programa SAAL.

15 RAMALHO, Pedro. “Itinerário”. 2ª edição, Porto: FAUP publicações, 1989. p.54

16 RUDOLFSKY, Bernard. “Architecture without architects: a short introduction to non-pedigreed architecture”. 2ª edição, New York: The museum of modern art, 1965

14 FERNANDES, Manuel Correia; “ESBAP/Arquitectura anos 60 e 70, Apontamentos”; 2ª edição – Porto, FAUP publicações, 1988. p.34

(...) A análise da realidade é importante para intervir na sua transformação, quer dizer, acentuando-se a necessidade da análise acentua-se também a necessidade de encontrar métodos e espaços para nela intervir.¹⁷

Da recusa do desenho, nasceu a sua emergência e autonomia, isto é, da consciência social e da análise da realidade cresceu a vontade de a alterar, de experimentar novas soluções, produtos em si mesmos e para uma sociedade melhor, sem espelhar uma autonomia que não a própria, a do arquitecto e as suas ideias. A vontade de concretizar propostas daria sentido, novamente, à doutrina de Távora, às referências modernas e aos modelos estudados na Escola que, pela urgência do contexto do pós 25 de Abril, seriam então adaptados a um novo sentido, à realidade portuguesa e ao propósito social.

Contudo, devemos apontar também a presença de uma certa imparcialidade entre alguns estudantes, que acabaria por se dissipar no contexto da revolução. Estes defendiam a neutralidade dos projectos, a livre experimentação do jogo das formas. Observe-se, por exemplo, o projecto da “Organização Insurreccional do Espaço”, dos alunos Mário Ramos e Fernando Barros, no qual o espaço público da Avenida dos Aliados, símbolo da cidade e manifestação arquitectónica do poder vigente, é preenchido por um amontoado de areia, apagando a identidade do lugar e permitindo assim, que a sua indefinição disponibilizasse um novo campo de experimentação à mercê do quotidiano e da apropriação dos espaços pelos indivíduos. Fig.19, Fig.20 e Fig.21.

Deste confronto entre o uso do desenho para agilizar a mudança ou da sua autonomia enquanto elemento científico e de estudo, daria origem a duas listas distintas na ESBAP, no pós 25 de Abril. Por um lado, a lista cinza que pretendia priorizar a ideologia política na Escola, responder à encomenda social que se impunha, aliando conhecimento teórico à prática, na condução do processo. Por outro lado, a lista amarela defendia a Escola enquanto instituição de ponto de encontro e confronto de ideias

comuns e díspares sobre a arquitectura, acreditando que apenas da conjugação da multiplicidade de opções seria possível progredir. Ou seja, esta última era mais aproximada a um modelo académico e defendia uma pedagogia intemporal, capaz de habilitar o arquitecto a responder a uma vasta quantidade de situações sociais e não apenas à que se vivia no pós 25 de Abril.

No entanto, e embora consideremos os exercícios experimentais importantes para o desenvolvimento do campo disciplinar, a premissa da situação e a vontade de fazer parte da mudança, de ser finalmente seu condicionante e não seu condicionado, faria que a ideologia da primeira se impusesse e se alargasse a toda a Escola.

Estes eram os alunos que viam a escola como um complemento da prática e não a prática como um complemento da escola, e que acabaram por conseguir compatibilizar o melhor da “recusa” com o melhor da “emergência do desenho” em tempos do SAAL.¹⁸

O que estava em causa, com a urgência do desenho, era a transformação da realidade e a rapidez de execução de um produto final, que tornava o processo de projecto diferente do que até então tinha sido conduzido na Escola. Se, na época pré-SAAL, se destacava a Teoria e a História sobre as disciplinas de Projecto, a execução do programa conduziria à sobreposição da prática. Pretendia-se construir uma cidade com identidade, através da execução de um projecto que se desenvolvia na formulação e correcção de experiências, que operasse no centro da cidade e que se alargasse às periferias. Por fim, uma teoria da própria Escola.

A emergência do desenho criou uma situação única para o arquitecto, a oportunidade de desenvolver um projecto comum, de pôr em prática as ideias formuladas durante os anos da recusa do desenho, através de uma maior autonomização relativamente às imposições dos grupos financeiros e estatais. Estas circunstâncias conduziram estudantes, professores e moradores a ocuparem a Escola para debater e confrontar soluções, modelos arquitectónicos,

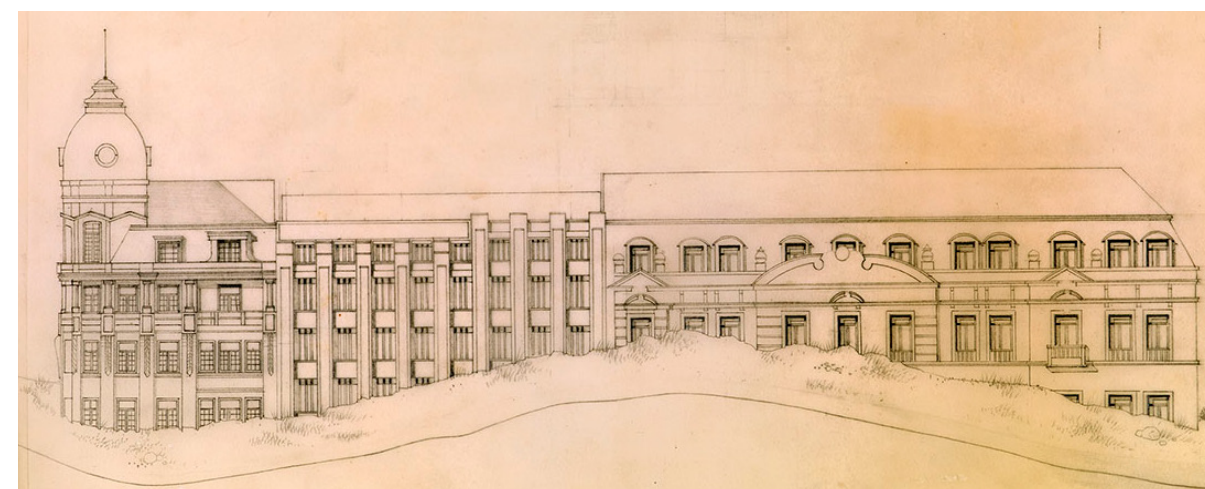


Fig.19 “Organização Insurreccional do Espaço”
- alçado Mário Ramos e Fernando Barroso, 1975



Fig.20 “Organização Insurreccional do Espaço”
- colagem Mário Ramos e Fernando Barroso, 1975



Fig. 21 “Organização Insurreccional do Espaço”
- colagem Mário Ramos e Fernando Barroso, 1975

17 COSTA, A. Alves, “Dissertação expressamente elaborada para o concurso de habilitação para a obtenção do título de professor agregado (...)”, prefácio de Álvaro Siza, 2ª edição, Porto: ESBAP, 1982. p.53

18 FONSECA, Teresa cit. por BANDEIRA, Pedro. “Escola do Porto: Lado B, 1968-1978 (Uma História Oral)”. Guimarães: A Oficina, CIPRL, Sistema Solar (Documenta), 2014. p.109

para se criarem consequências imediatas para o território e cliente-utente.

Da urgência em edificar, de construir uma solução que permitisse a mudança, o arquitecto contava com o seu conhecimento e autonomia e os estudantes contribuíam com a aprendizagem que então iam adquirindo na Escola. Da recusa, enquanto momento de reflexão, dava-se espaço à partilha de ideias, à adequação dos modelos a partir da participação e inclusão dos moradores. Desta dualidade no debate arquitectónico, serão referenciadas as experiências de Sergio Fernandez em Rio de Onor, no qual consideramos que houve um maior investimento na pesquisa teórica e análise social e as de Siza Vieira, nos projectos de S. Víctor e Bouça.

C.1

Participação e Autonomia no CODA de Sergio Fernandez

*O trabalho de fim de curso proporcionava a ocasião para um envolvimento pessoal naqueles temas e, ainda, ocasião para, em movimento simétrico, testemunhar, numa comunidade interior do país, em situação de isolamento quase extremo, quais seriam as consequências que poderiam advir da presença de um arquitecto.*¹⁹

No projecto que realizou sob a orientação do arquitecto Arnaldo Araújo, Sergio Fernandez estabeleceu-se, juntamente com uma equipa que o acompanhou, em Rio de Onor, durante um ano. Esta experiência permitiu-lhe criar laços com a população da aldeia e, por essa razão, a situação em que viviam e os problemas que surgiam eram parte integrante do conhecimento dos arquitectos.

A casa era apenas vivida enquanto abrigo, onde dormiam, cozinhavam, guardavam alguns objectos e animais. Fig.22 As dependências de destaque das habitações eram a varanda Fig.23, enquanto extensão da vida familiar e zona de convívio com os indivíduos que passavam na rua e a cozinha era o local mais íntimo, onde se reuniam os habitantes da casa. Esta experiência

demonstrou como o uso diferenciado do habitat pode apresentar-se tão distinto entre comunidades, justificando a importância da realização de um trabalho informado e sensível, por um arquitecto capaz de não generalizar os hábitos domésticos a quaisquer costumes e gentes.

O propósito da estadia em Rio de Onor consistia na vontade de observar a influência de um arquitecto, sem outros intermediários, numa comunidade que viveu durante séculos em total isolamento. Os primeiros trabalhos passaram por assegurar o acesso a condições básicas como água, electricidade e respectivos levantamentos das habitações. Estes desenhos revelam redobrada atenção sob os aspectos do dia-a-dia, através da representação dos animais no piso térreo e dos objectos pessoais no piso superior, tal como os desenhos de Octávio Lixa Filgueiras e Arnaldo Araújo na realização do Inquérito.

À medida que estas acções se desenvolveram, os laços com a população fortaleceram-se, inúmeros indivíduos pediram auxílio no desenho de pequenos arranjos nas suas casas e os arquitectos iam progressivamente conhecendo os costumes dos habitantes. Fig.24 Entre as principais características das suas rotinas destacava-se a vida em comunidade, imposta pelas duras condições de vida de que dispunham, obrigando cada habitante a participar na resolução dos problemas que afectavam a totalidade da população. Fig.25 Neste sentido, Sergio Fernandez propusera a construção de uma “Casa do Povo”, com o intuito de proporcionar um local coberto para a reunião do “concelho”, organização de actividades, mas também para proporcionar sanitários e um posto médico à comunidade.

*Não foi muito fácil a discussão, mas com a nossa argumentação, e principalmente com a deles, da comunidade, achou-se que mais valia sacrificar três faceiricas e ter a Casa do Povo naquele sítio, onde toda a gente passava e toda a gente ia.*²⁰

O planeamento da “Casa do Povo” contou com a participação do povo de Rio de Onor. Desta experiência, Sergio Fernandez refere alguns debates mais controversos, nos quais tinha que convencer os habitantes das opções de projecto que julgava mais adequadas, como por exemplo, a escolha do terreno e do programa

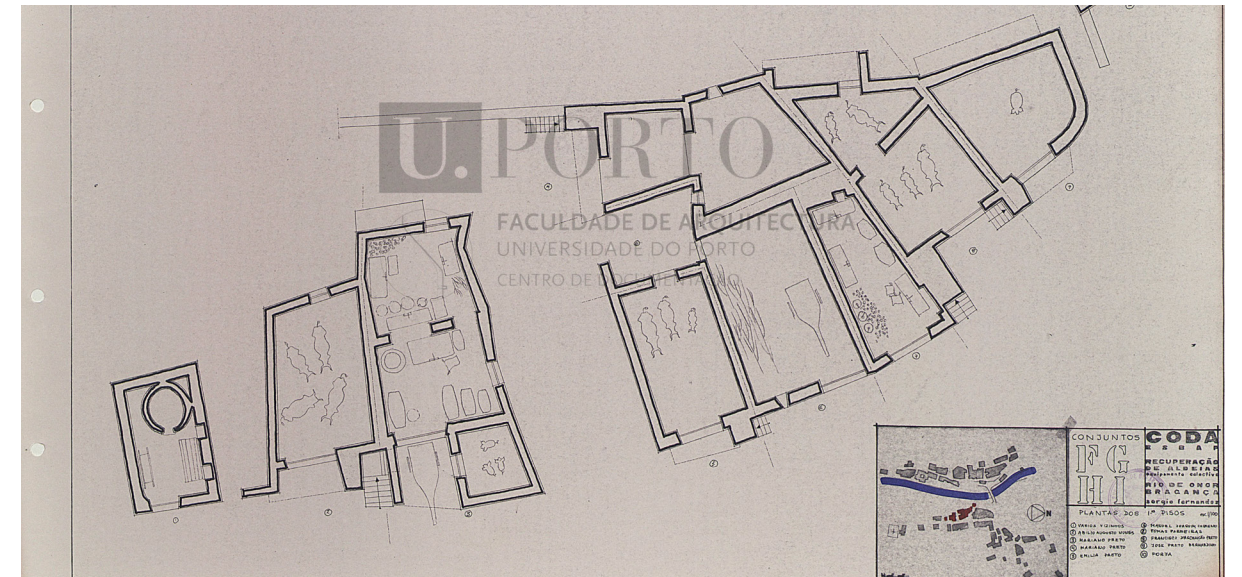


Fig.22 Piso térreo de um conjunto de habitações em Rio de Onor, Sergio Fernandez, 1965

a ser incluído. No projecto, o arquitecto optaria por reinterpretar certos elementos como as varandas, que considerou essenciais enquanto parte da rotina destes indivíduos, e as paredes seriam construídas com blocos de cimento que, aos poucos, ia substituindo a alvenaria tradicional e o telhado em ardósia, tal como as outras casas.

*Isto foi uma experiência em termos arquitectónicos talvez inconsequente; quer dizer, não se fez nada ou não se fez quase nada do que nós propusemos, mas o que nos deu foi um conhecimento sobre a importância que a proximidade aos utentes tem na nossa profissão; e eu acho que esse conhecimento pautou posteriormente a nossa actuação enquanto arquitectos; acho que há uma aprendizagem com o outro, que nós temos que ter.*²¹

Fig.23 Alçados de um conjunto de habitações em Rio de Onor, Sergio Fernandez, 1965



19 FERNANDEZ, Sergio in “Comunicações, Sessão I”. Joelho #2, EDARQ, Abril/2011, p.39

20 Ibidem, p.49

Esta experiência participativa é anterior ao SAAL e ao projecto de Sergio Fernandez para o Bairro do Leal e, por isso, seria extremamente influente para o arquitecto pela aprendizagem pessoal, nomeadamente no modo de lidar com os moradores, no equilíbrio entre aceder às necessidades dos utentes e o próprio sentido crítico. No entanto, desta prática o arquitecto refere que o projecto da “Casa do Povo” Fig.26, enquanto objecto arquitectónico, produto de desenho, ficou um pouco aquém das expectativas, salientando que o conhecimento do arquitecto e a sua capacidade crítica, isto é, a autonomia disciplinar não deve ser secundarizada na elaboração de um projecto, ainda que participado.

Das conclusões finais redigidas no CODA²², Sergio Fernandez revela que a equipa optou por uma atitude sociológica, nomeadamente na realização dos inquéritos e considera que esta posição não deve ser generalizada a toda e qualquer actuação do arquitecto, em problemas deste alcance. No entanto, acrescenta que estas bases teóricas de reconhecimento do lugar e dos modos de vida são importantes para a construção de projectos comunitários, para responder à especificidade do local. Cremos que estas conclusões aproximam o trabalho de Sergio Fernandez ao trabalho teórico realizado nas disciplinas de Octávio Lixa Filgueiras e Arnaldo Araújo, ainda que o desenho da “Casa do Povo” revele a influência dos modelos de arquitectura moderna que se estudavam na Escola e do Inquérito à Arquitectura Popular Portuguesa.

No entanto, esta experiência seria um importante exemplo para o desenvolvimento do SAAL Norte e para a adopção do método participativo, pois tal como em Rio de Onor, o trabalho junto dos moradores das “ilhas” exigia o conhecimento de uma situação urbana específica e o seu propósito era também a reconstrução de uma vida em comunidade.



Fig.24 Pequenos arranjos nas habitações de Rio de Onor, Sergio Fernandez, 1965

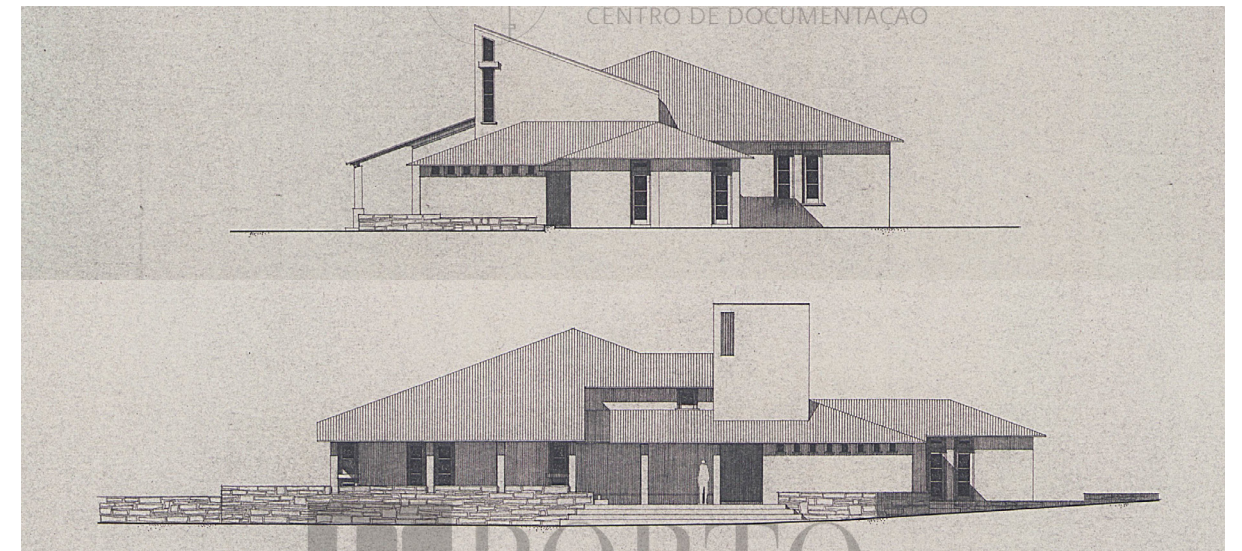


Fig.26 Alçado da “Casa do Povo” em Rio de Onor, com espaços de transição em sombra

C.2

Participação e Autonomia nos projectos SAAL de Siza Vieira

*Em minha opinião estas modalidades de participação são acima de tudo processos críticos para a transformação do pensamento, não só da ideia que os habitantes têm de si, mas também dos conceitos do próprio arquitecto.*²³

A participação dos moradores deveu-se, por definição no Despacho, ao dever das populações se organizarem para procurarem o acompanhamento de uma brigada e de contribuírem na solução de problemas administrativos ou burocráticos, como a expropriação dos terrenos. Fig.27 Porém, a intervenção destes indivíduos alargou-se à discussão de ideias sobre as suas futuras casas, para lhes dar a oportunidade de serem incluídos no debate sobre a cidade que habitam. Esta experiência possibilitava, por um lado, que o arquitecto revesse a prática e o desenho das habitações, para os adequar ao cliente em questão e, por outro, permitia que os moradores se sentissem integrados e que desenvolvessem um sentimento de apropriação pela futura casa, devido ao empenho e tempo empregues nestes debates.

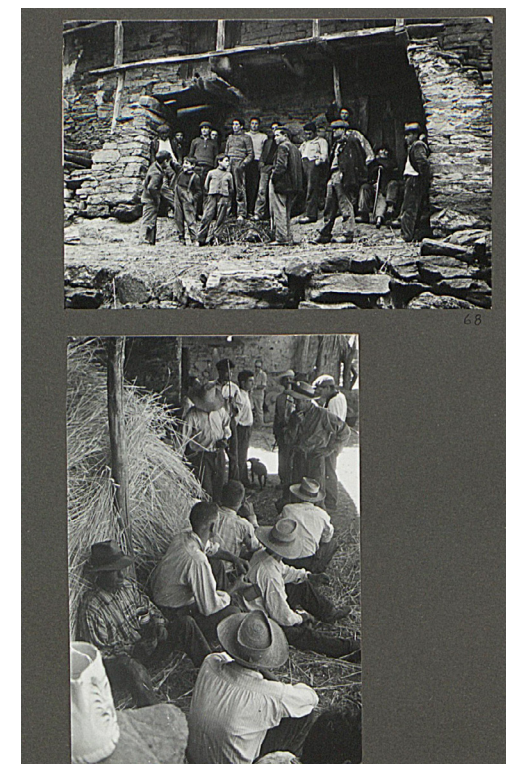


Fig.25 Reunião do “concelho” dos habitantes de Rio de Onor, Sergio Fernandez, 1965



Fig.27 Reunião da Associação de Moradores de S.Victor

22 FERNANDEZ, Sergio. “CODA ESBAP, Recuperação de Aldeias, equipamento colectivo, Rio de Onor, Bragança”; 1965

23 VIEIRA, Siza cit. por FRAMPTON, Kenneth “Profesión poética: Profissão poética, Álvaro Siza Vieira”, trad. Santiago Castán...[et al.]; Barcelona: Gustavo Gili, 1988. p.12

*A participação tinha a ver com a revelação e interpretação dos modos de vida para chegar ao realismo dos programas, nem abstractos nem visionários.*²⁴

Apesar da citação anteriormente transcrita ser apenas referente ao contributo da experiência participativa na edificação do Bairro do Leal, exemplifica o que expusemos anteriormente. A participação permitiu rever os pressupostos modernos do habitat, cimentados e formulados à luz da idealização de uma sociedade melhor, mas sem partir da realidade em si para estudo e concretização das propostas. Os projectos SAAL, considerando a opinião dos moradores e o contexto das operações de cada brigada, reformularam o conceito, a conjugação dos programas habitacionais e a disposição das dependências da casa, como também redefiniram a extensão da vida doméstica ao exterior, desenhando cuidadosamente o espaço público, criando situações de transição e programas comunitários.

*Muitas das minhas propostas não as teria podido defender sem o apoio da gente que participava na discussão, a população ou sectores da população do bairro, porque eram propostas não aceites pela administração, inclusive, em alguns casos, pelos arquitectos, por meros preconceitos. Se consegui realizá-las, e creio que foi bom realizá-las, foi graças à abertura de gente que discutia sem esse peso da importância cultural e, portanto, muito mais aberta ao raciocínio.*²⁵

No caso de S.Víctor, a participação revelou o interesse dos moradores em manter o local de morada, mas com as condições necessárias para a sua vivência diária²⁶ e ainda, a preferência pela

24 PORTAS, Nuno, “Das casas às pessoas e vice-versa” in “Só nós e santa tecla: a casa de Caminha de Sergio Fernandez”, Porto: Dafne, 2008. p.53

25 SIZA, Álvaro in “Fragmentos de uma Experiência – Conversas com Carlos Castanheira, Pedro de Llano, Francisco Rei e Santiago Seara”, “Álvaro Siza: obras e projectos”. Madrid: C.G.A.C., 1995. p.34

26 “We are interested in living here and it is here that we want to have conditions to live as human beings that we are (...)” in MOTA, Nelson, “An Archeology of the Ordinary: Rethinking the Architecture of Dwelling from CIAM to Siza”. Delft: TU 2014. p.223

preservação dos pátios, pequenos espaços privados ou semi-privados, ao invés da construção de grandes áreas e habitações colectivas²⁷.

Esta posição dos utentes, juntamente com a reconhecida importância da arquitectura popular e da necessidade de se reestruturar a malha da cidade do Porto, devido às variadas alterações e demolições que até então se tinham realizado e que teriam descaracterizado certas áreas urbanas, conduziria Siza Vieira a ponderar a preservação das “ilhas”, enquanto elemento base do tecido urbano^{28 29}. **Fig.28**

27 “The existence of patios, small private or semi-private open spaces was collectively cherished as having a major significance and importance.” in Ibidem, p.225

28 VIEIRA, Álvaro Siza, “A Ilha Proletária como Elemento Base do Tecido Urbano” in *Lotus Internacional* nº13, Milão, 1976, p.80

29 COSTA, Alexandre Alves, “A Ilha Proletária como Elemento Base do Tecido Urbano. Algumas Considerações sobre um Título Enigmático” in “A Questão do Alojamento 1”, *Jornal de Arquitectos*, nº 204, Lisboa, 2002, p.9

Fig.28 Demolições das “ilhas” em S.Víctor

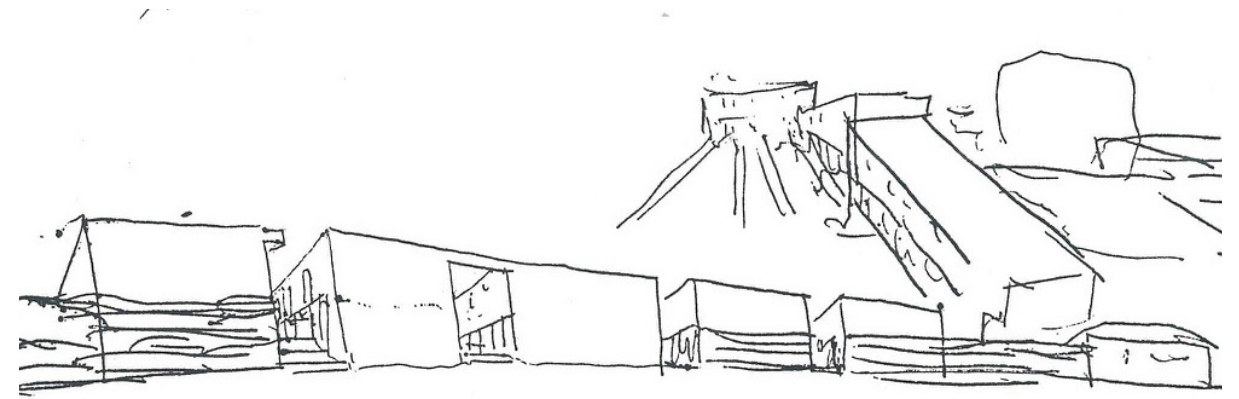
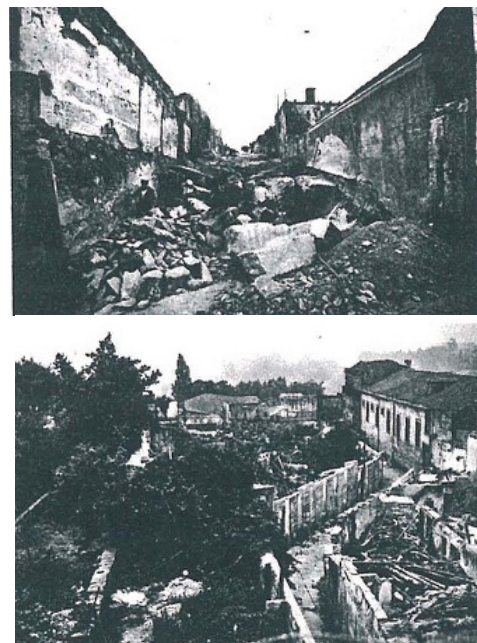


Fig.29 Desenho de Siza Vieira para as habitações baseadas na morfologia urbana das “ilhas”

Este conceito foi inicialmente muito polémico e originou diversas posições entre os arquitectos, mas a subversão de um preconceito, que fora sempre conotado às más condições de salubridade destes conjuntos, só se tornou passível de ser alterado, devido à vontade dos moradores em manter o local de morada, à sua preferência por espaços de morfologia semelhante aos destes núcleos, pela preponderância destas tipologias na malha da cidade, bem como todo um conhecimento teórico sobre a valência da arquitectura popular e o significado das suas formas. Foi da conjugação da participação e dos anos da “Recusa do Desenho”, que na “Urgência do Desenho” surgiu a vontade de tornar a “ilha” uma nova estrutura, integrada e aceite na sociedade urbana. **Fig.29 Fig.30**

Fig.30 Bloco da Srª das Dores entre as reminiscências das ocupações anteriores



Os caluniados anos de “recusa do desenho”, embora não me arrependa das razões, não foram anos perdidos. Traduziram-se numa maior capacidade de compreender a história (compreender o presente) e foram o suporte fundamental para a reformulação que uma prática aberta recente, prepotentemente interrompida, exigiu e orientou. É este o património de que dispomos. Os passos dados não têm de ser repetidos: nem recusa ao desenho nem reaparecimento dos apelos aos modelos abstracta e delicadamente apresentados sob o lema “bom senso e competência”.³⁰

Foi através de “bom senso e competência” e do rigor da linha de acção dos técnicos, que Siza Vieira desenvolveria a experiência participativa em S. Vítor. Por um lado, debatia-se com intensidade ideias de arquitectura, de estética, de ambiente e problemáticas urbanas, por outro lado, o seu alter ego, enquanto “Salazar de S. Vítor”, como os moradores o apelidavam, impedia-o de aceder a opiniões, cuja capacidade crítica, enquanto arquitecto, não permitia. Sobre a diversidade de ideias dos moradores, Siza concluiria, posteriormente:

Este facto vejo-o como uma indicação claríssima de que a arquitectura é um tema escamoteado aos cidadãos por detrás do simulacro do mistério, quando na realidade é um tema discutível por todos e com vantagens evidentes.³¹

A participação, do mesmo modo que os inquéritos ou outras experiências semelhantes de aproximação à realidade e conhecimento da identidade dos utentes, permite questionar a direcção da prática disciplinar, de por em causa preceitos cimentados pelo tempo, por legislações ou pela arquitectura erudita. A participação pode ser um método aplicado para rever conceitos, para a adequação dos modelos arquitectónicos. No caso de S. Vítor, organizaram-se debates, realizaram-se maquetas para tornar menos abstracta a forma dos espaços. Para as primeiras unidades construídas, do Bloco da Sr^a

30 SIZA, Álvaro cit. por FERNANDES, Manuel Correia; “ESBAP/Arquitectura anos 60 e 70, Apontamentos”. 2ª edição, Porto: FAUP publicações, 1988; p.52

31 SIZA, Álvaro in “Fragmentos de uma Experiência: Conversas com Carlos Castanheira, Pedro de Llano, Francisco Rei e Santiago Seara”. Álvaro Siza: obras e projectos (...). Madrid: C.G.A.C., 1995, p.34

das Dores organizou-se, no auditório da ESBAP, uma simulação, com cadeiras e com o material que se encontrava disponível, de um modelo à escala 1/1. Contudo, a “Urgência do Desenho”, imposta pelas condições políticas, pelo ambiente efervescente e rapidamente mutável do pós 25 de Abril, deu consciência da importância do conhecimento disciplinar para desenvolver as propostas e para proceder à sua construção. Os estudantes que fizeram parte da brigada de S. Vítor, voltaram para a Escola para aprenderem soluções de projecto, construção, pormenorização³², para complementarem o trabalho realizado junto dos moradores.

É na “Urgência do Desenho” que inserimos o projecto da Bouça, uma vez que já existia o estudo de Siza Vieira para o “Terreno do tribunal de menores” e, por isso, apenas se procedeu à adequação do projecto às necessidades e números apresentados pelos moradores. Alteraram-se as tipologias T5 para T3, pois os aglomerados familiares tinham, em média, 5 a 6 elementos; reduziram-se as áreas interiores, de 120m² para os 97m², para aumentar o número de fogos (de 140 unidades para 158) e acrescentou-se programa para usufruto da comunidade: lavandaria, biblioteca, sala de estudo e um posto de transformação. Fig.31 Fig.32

A construção do projecto foi iniciada em 1976, contudo apenas se edificou a primeira fase do projecto. Procedeu-se ao realojamento, ainda sem o fornecimento de electricidade e água, e o acesso a estes bens só se obteria através da luta e insistência da Associação. Durante vinte anos, o projecto ficou por concluir e os moradores continuariam a lutar pela sua finalização, impedindo, entretanto, a construção de outros empreendimentos públicos na área disponível e a progressiva degradação do edificado, através dos meios de que dispunham. Fig.33 Fig.34

Em 2002, por insistência da Associação junto da Câmara Municipal do Porto, retomaram-se as obras e foi pedido ao arquitecto Siza que contribuísse na conclusão do projecto. Nesta revisão, o arquitecto foi confrontado com novas necessidades, como o direito a lugar de garagem ou estacionamento ao ar livre, e ainda, a redes de comunicação, como internet e telefone.

32 Ibidem, p.33

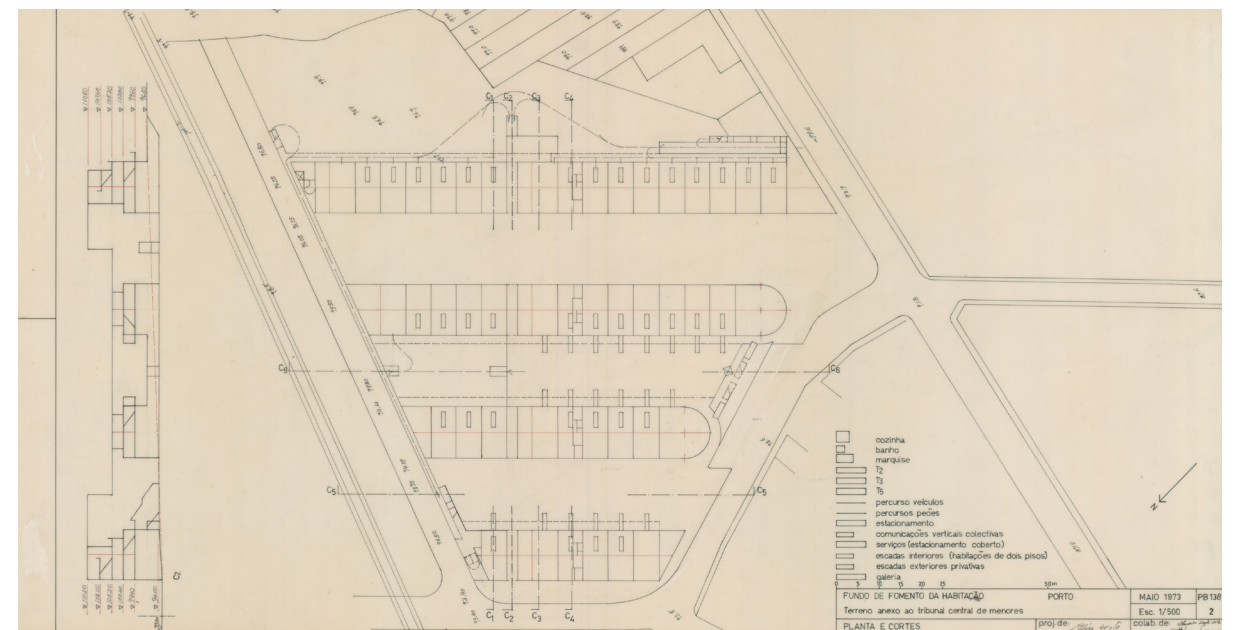


Fig.31 Planta do projecto da Bouça para o FFH, 1972-1973

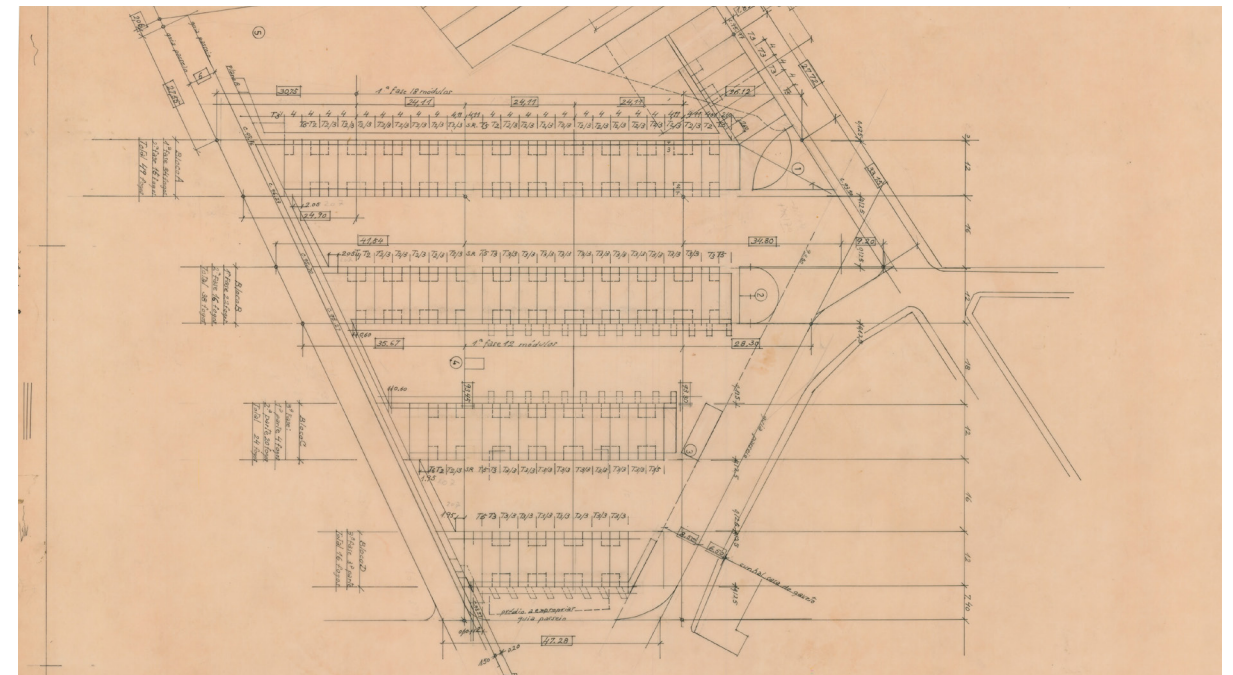


Fig.32 Planta do projecto da Bouça para o SAAL, 1974 - 1978



Fig.33 Escada metálica improvisada pelos utentes, foto do morador Fernando Cardoso



Fig.34 Conclusão da 1ª fase do projecto da Bouça, estado de degradação das habitações, foto do morador Fernando Cardoso

Em 1974, as condições de vida e os meios económicos dos moradores eram muito diferentes, assim como as exigências de conforto e de privacidade eram mínimas ou praticamente inexistentes. Na conclusão da obra, Siza Vieira revestiu as paredes do projecto com capoto, para garantir algum isolamento; redesenhou os espaços exteriores, diferenciando os percursos pedonais da circulação de carros e os espaços privados dos espaços públicos, concebendo jardins e diferentes tipos de pavimento para os arranjos. Garantiu também a construção de um estacionamento coberto, outro exterior, redesenhou as varandas dos fogos superiores, convertendo-as em marquises Fig.35, Fig.36, a pedido da Associação de Moradores, e reconfigurou os jardins dos quartos do piso térreo, para lhes atribuir maior colectividade. Fig.37, Fig.38

*Face a uma situação deste género, o arquitecto pode assumir duas atitudes. Pode assentir, de modo a evitar tensões. Mas esta posição é puramente demagógica e, neste caso, é vã a intervenção do arquitecto. Na hipótese contrária, o arquitecto pode deparar-se com conflitos; estes são inevitáveis, dado o modo de distribuição de informação na nossa sociedade.*³³

A urgência em construir e os longos debates dos arquitectos e moradores colocavam os técnicos no difícil equilíbrio entre o paternalismo, que o processo implicava e a arrogância, que a sua experiência profissional podia gerar. No desenho dos projectos o que estava em causa era a maior ou menor tendência para a reinterpretação da arquitectura popular e conjugação dos modelos eruditos da arquitectura, ou para a cópia do pitoresco e recusa do papel do arquitecto. Em S. Víctor, estes factores foram constantemente confrontados. Por um lado, a participação, as opiniões dos moradores, as pré-existências e as ruínas; por outro, a autonomia, os modelos eruditos e a capacidade inventiva, a possibilidade de reconstruir e assegurar qualidade habitacional, através da conjugação das duas faces da moeda.

Embora na Bouça, o processo tenha sido mais autónomo, devido à existência do estudo prévio para o FFH, Siza Vieira não dispensou a apresentação dos desenhos das habitações à Associação de Moradores, justificando inclusive a escolha da cor do recuado, enquanto homenagem a Bruno Taut. Na segunda fase de construção do bairro, o processo continuava a ser participado, uma vez que a iniciativa para a sua conclusão tinha partido da Associação e do seu esforço para a manutenção do edifício.

Da experiência de 1974 a 1976, poder-se-á afirmar que a participação contribuiu para a tentativa de formalização de um modelo arquitectónico capaz de expressar a cidade, enquanto direito e sinónimo de uma sociedade sem classes ou interclassista, de conjugar a arquitectura erudita com a arquitectura popular, as tipologias modernas com as locais, de responder às necessidades e opiniões da população, num processo de sobreposição de ideias, que permitia complexificar o projecto e dotá-lo de qualidade.



Fig.35 As varandas no fim da conclusão da 1ª fase do projecto



Fig.37 Apropriação dos jardins pelos moradores



Fig.36 Alteração das varandas para marquises



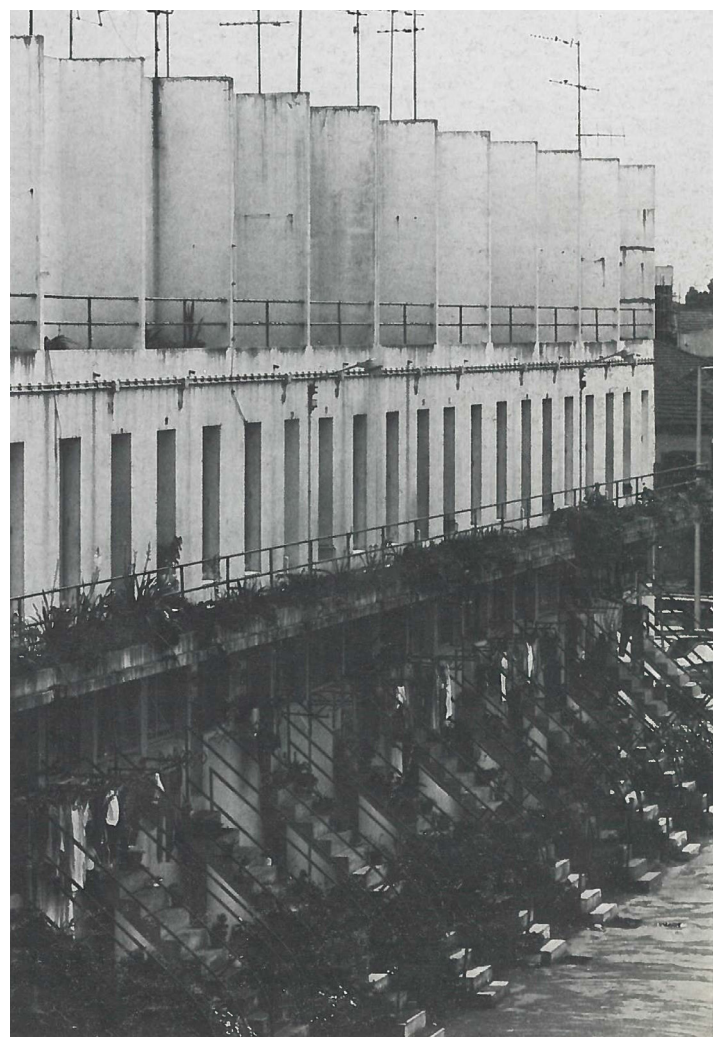
Fig.38 Desenho actual dos jardins e do pavimento

33 VIEIRA, Álvaro Siza cit. por FRAMPTON, Kenneth "Profesión poética: Profissão poética, Álvaro Siza Vieira", trad. Santiago Castán...[et al.]; Barcelona: Gustavo Gili, 1988, p.12



A arquitectura popular no Movimento Moderno

A Brigada acredita que a sua formação e as suas ideias, nos limites concretos da reconstrução do “habitat”, em relação à dialéctica com as ideias actuais da população para quem trabalha, estão na base de um mundo físico criado por - e para - uma sociedade que se deseja sem classes.³⁴



III Alexandre Alves Costa,
“Ilha” do Porto, 1974

IV Álvaro Siza Vieira,
“Bairro da Bouça”, após a
construção da 1ª fase

A.1

O CIAM X e o projecto da Escola do Porto

*Urbanism considered and developed in the terms of the Charte d'Athenes tends to produce “towns” in which vital human associations are inadequately expressed. To comprehend these human associations we must consider every community as a particular total complex. In order to make this comprehension possible, we propose to study urbanism as communities of varying degrees of complexity.*³⁵

A aplicação dos preceitos da “Carta de Atenas”³⁶ Fig.39 permitiu uma rápida reorganização do território e construção de habitação após a II Guerra Mundial, bem como a garantia de uma certa estabilidade económica dos países europeus. Contudo, ultrapassadas as necessidades mais urgentes da edificação de habitação, impostas pelos estragos causados pela guerra e pelo grande número de desalojados, passou a questionar-se a importância da identidade urbana, das relações interpessoais dos utentes e da importância dos espaços, enquanto signos de uma rotina específica de habitar.

Uma vez que, as propostas dos CIAM visavam um urbanismo e arquitectura uniformizados, realizar-se-ia um debate sobre a “Carta do Habitat” no CIAM IX³⁷, no sentido de propor soluções para a situação da arquitectura da década e de substituir a “Carta de Atenas”. Assim sendo, foi apresentado um conjunto de projectos, nos quais os arquitectos tentaram assimilar situações particulares do desenvolvimento urbano e da habitação, através do melhor entendimento dos elementos fundamentais para a constituição

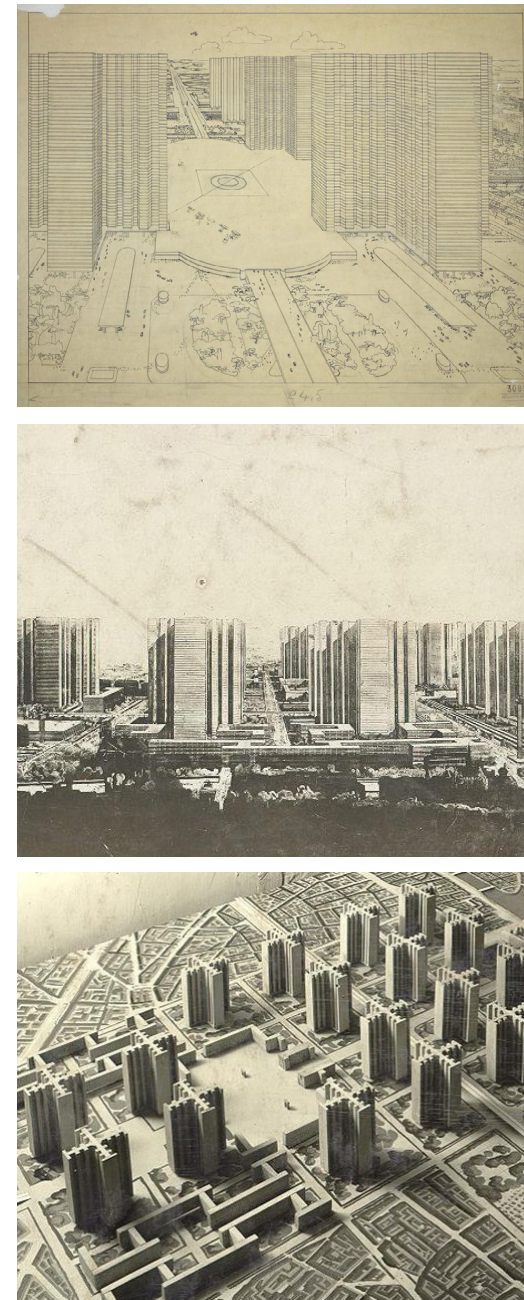


Fig.39 Le Corbusier, “Plan Voisier”, Paris, 1925
- construção de alta densidade e libertação do solo

34 VIEIRA, Álvaro Siza. “Linha de acção dos técnicos enquanto técnicos” in “A Questão do Alojamento 1”, Jornal de Arquitectos, nº204. Lisboa, 2002. p.17

35 MUMFORD, Eric, “The CIAM discourse on urbanism, 1928-1960” Cambridge, Mass.: The MIT Press, 2002. p.240

36 Cartilha de arquitectura redigida por Le Corbusier, no contexto do IV Congresso Internacional de Arquitectura Moderna, realizado em Atenas, Grécia, em 1933

37 Congresso Internacional de Arquitectura Moderna, realizado em Aix-en-Provence, França, em 1953

do ambiente cultural de alguns povos. Entre as propostas apresentadas destacou-se o grupo que desenvolveu o tema sobre “O Habitat Marroquino”³⁸ Fig.40, por se tratar de uma iniciativa que partia da observação das habitações vernaculares, dos novos residentes na cidade de Casablanca.

*Particular functions would now be studied within “their appropriate ecological field”, as aspects of each “total problem” of human association.*³⁹

As conclusões e experiências do CIAM IX conduziram ao debate exaustivo da reorganização do habitat no CIAM X, inclusive dos aspectos influentes na constituição do ambiente envolvente e comunidades dos respectivos habitantes. Para tal, foi sugerido aos participantes que o estudo precedente fosse realizado no lugar do projecto, de modo a proporcionar uma melhor compreensão das particularidades do sítio e das relações interpessoais da comunidade, cujo intuito final seria a concretização de uma proposta para um conjunto de habitações, localizadas num meio específico, explorando o desenho do espaço de convívio da casa e da comunidade.

Neste congresso, os trabalhos foram agrupados por comissões com temas específicos. A Comissão B.6, organizada por Bakema, cujo tópico era “Mudança e Crescimento” correspondeu ao trabalho já apresentado por Candilis no CIAM IX, dando oportunidade aos intervenientes de explorarem os temas da participação e da autoconstrução nos seus projectos. Esta iniciativa tinha o objectivo de apresentar soluções para a possível transformação do habitat, concedendo

38 Neste projecto, o grupo constituído por Bodiansky, Candilis e Emery, procedeu inicialmente à análise da condição da habitação em Marrocos e dos problemas provocados por um rápido crescimento demográfico. Entre estes encontrava-se a incapacidade em garantir um mínimo de condições de habitabilidade que correspondessem ao progressivo aumento da população. A proposta desenhada pelos arquitectos consistia num conjunto de três grelhas semelhantes às da Unidade de Habitação, mas adaptadas às exigências de privacidade e intimidade das convenções islâmicas, também proporcionando ao habitante a possibilidade de lhe atribuir mais divisões e de a tornar mais desenvolvida.

39 “MUMFORD, Eric, “The CIAM discourse on urbanism, 1928-1960” Cambridge, Mass.: The MIT Press, 2002. p.241



Fig.40 Projectos de “Habitação para o Maior Número”, CIAM IX, Aix-en-Provence, 1953
construção baixa, de alta densidade e ocupação

liberdade de acção ao indivíduo que pretendesse alterar a sua casa. O conceito de participação surgiu nos CIAM enquanto método que permitia respeitar a identidade dos utentes, considerando a possibilidade de evolução do desenho da casa, a construção para o maior número e a alteração desta consoante a expressão espontânea e as necessidades dos habitantes.

Em suma, os arquitectos participantes no CIAM X auxiliaram-se do entendimento da realidade, através do estudo da particularidade dos lugares, da especificidade das relações humanas, das construções vernaculares de culturas diferentes e formularam a hipótese dos moradores alterarem livremente o seu habitat.

*At the same time, in the 1960s some of these approaches began to overlap with explicitly anti-CIAM directions such as the idea of advocacy planning, self-build, and user participation, as part of the effort to redefine architecture in ways to be more responsive to the real needs of its future users.*⁴⁰

Nesta época, também se questionava a identidade da arquitectura em Portugal, no seguimento do confronto da tradicional “Casa Portuguesa” com o Movimento Moderno.⁴¹ Neste sentido, o Inquérito à Arquitectura Popular tinha então sido iniciado, com o intuito de justificar o emprego de determinados elementos construtivos e a especificidade das construções vernaculares de diferentes regiões do país. No seguimento desta pesquisa, interessou aos membros responsáveis pela concretização do Inquérito à Arquitectura Popular nas regiões do Minho e Trás-os-Montes e Alto Douro⁴², a sua participação no CIAM X, juntamente com Viana de Lima, delegado português nos congressos CIAM.

O trabalho “Habitat Rural, Nouvelle Communauté Agricole” dos arquitectos portugueses consistiu numa proposta para um novo povoamento e respectivas habitações, numa localidade

40 Ibidem, p.268

41 Referência às publicações de Raúl Lino, “A nossa casa : apontamentos sobre o bom gosto na construção das casas simples”, 1923 e de Fernando Távora, “O problema da casa portuguesa”, 1947

42 Nomeadamente Fernando Távora, Octávio Lixa Filgueiras e Arnaldo Araújo

entre Bragança e Rio de Onor. No primeiro painel, o grupo apresentou a implantação de duas comunidades que exemplificavam e sustentavam as escolhas dos arquitectos para a organização do povoamento. Fig.41 Este localizava-se estrategicamente entre outras seis comunidades próximas e era composto por três áreas agrupadas por funcionalidades, tal como estava explícito na “Carta de Atenas”.

No centro da comunidade foi desenhado um largo, constituído pelo centro cívico e a “venida”, conectado à margem oposta do rio, onde se localizava a igreja.

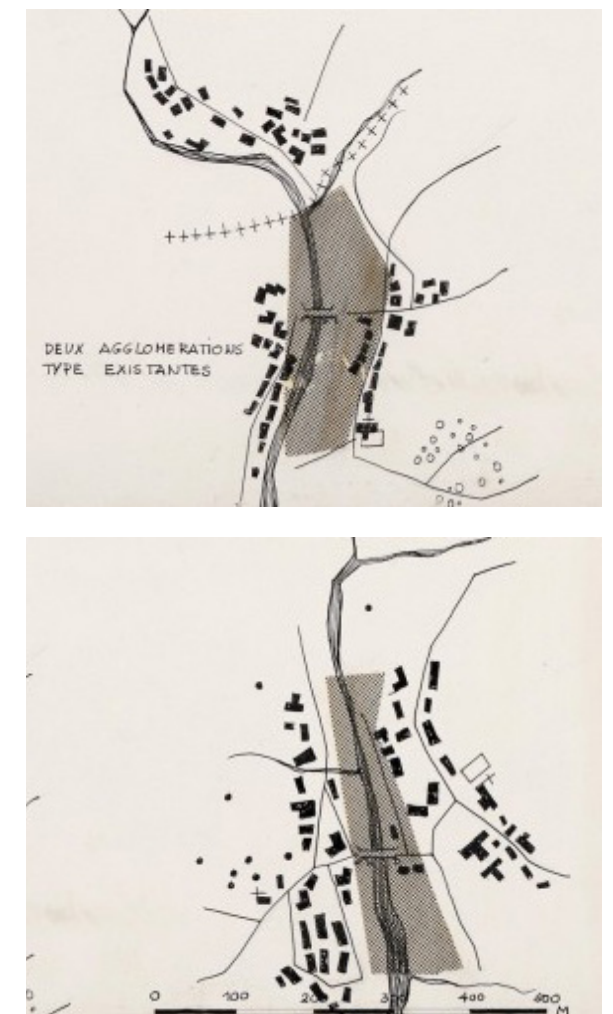


Fig.41 Habitat Rural, painel 2, CIAM X, 1956
Duas povoações dos arredores da proposta

Um pouco mais distante e situado numa localização mais elevada, encontrava-se um agrupamento cooperativo do qual faziam parte a escola, um serviço de saúde e edifícios de dimensões mais alargadas para auxiliar a produção agrícola.

A unidade habitacional era organizada em torno da lareira, símbolo da reunião e do convívio familiar. A partir desta divisão foram distribuídos os quartos, a varanda, restantes espaços de transição e a instalação sanitária. **Fig.43** Foram também desenvolvidas duas tipologias principais, a M1 para uma família sem filhos e as M2 e M3, que incluíam mais quartos. **Fig.44** Tal como noutros estudos apresentados no CIAM X, também a equipa portuguesa sugeriu que o habitante pudesse alterar a habitação. A utilização dos materiais do lugar como o xisto, a ardósia e a madeira, permitiam que o habitante, familiarizado com o tratamento destes materiais, pudesse alterar as áreas livres da unidade, consoante os números do agregado familiar.

Ainda que o estudo se baseasse na organização funcional proposta pela “Carta de Atenas” (habitação, lazer, trabalho e transporte), é possível observar a influência do conhecimento do lugar na formulação do programa para o povoamento e para a habitação, bem como a escolha dos materiais. No trabalho da equipa portuguesa, elementos como a “venda”, a igreja e o largo tinham bastante relevância na forma do povoamento, enquanto pontos fundamentais de convívio e de vivência do dia-a-dia dos indivíduos. Também a utilização dos materiais do lugar, a preservação das varandas como espaço de reunião dos habitantes da casa e a organização do programa em torno da lareira **Fig.45** revelam uma maior consciência dos arquitectos sobre as especificidades da arquitectura popular e da importância das diferentes formas de apreensão do espaço habitacional.



Fig.42 Habitat Rural, painel 2, CIAM X, 1956
Organização do programa da povoação

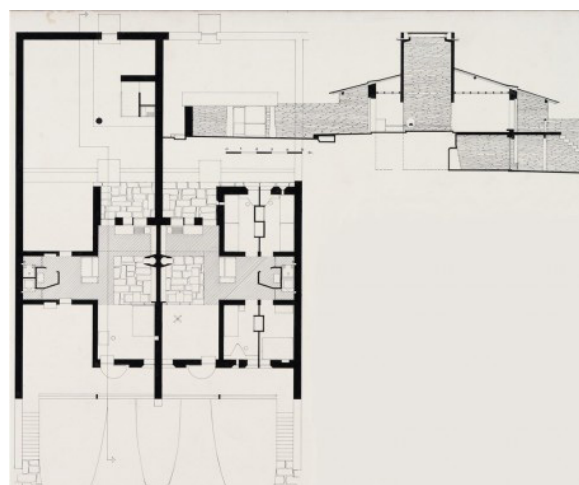


Fig.43 Habitat Rural, painel 3, CIAM X, 1956
Organização da casa em torno da lareira

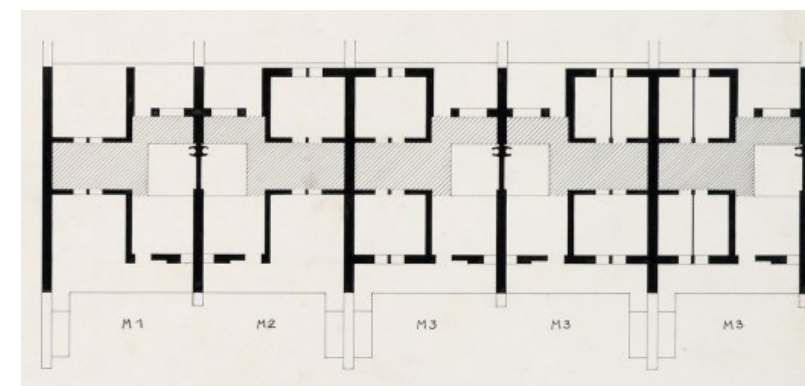
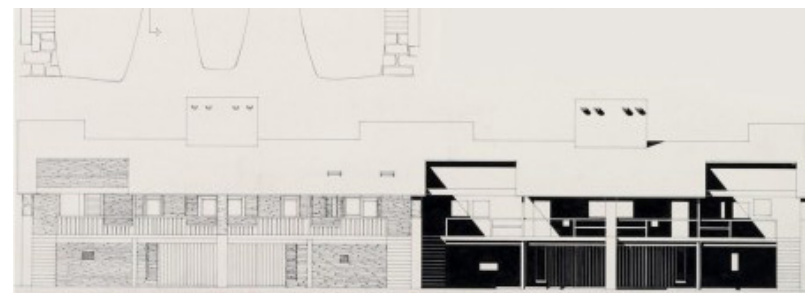


Fig.44 Habitat Rural, painel 3, CIAM X, 1956
Proposta para a evolução das unidades

A participação da Escola do Porto no CIAM X, associada à experiência do Inquérito, foi uma influência condicionante no ensino da Escola, conduzindo alunos e arquitectos a procurar a autenticidade local, através do conhecimento da arquitectura popular, da reinterpretação das construções vernaculares e à formulação, por Nuno Portas, de um método para a construção da habitação, baseado na “Habitação Evolutiva” e na autoconstrução. Também no trabalho de Siza Vieira, a crítica aos pressupostos formulados pelos CIAM expressaram-se no desenho e na vontade de recuperar a História, a identidade urbana dos projectos da Bouça e S.Víctor, nomeadamente na valorização das tipologias populares e na revisão dos modelos Modernos anteriores à Guerra.

Fig.45 Habitat Rural, painel 3, CIAM X, 1956
O material, os espaços de luz e sombra das varandas



A.2

Duas directrizes do Inquérito à Arquitectura Popular

*A casa popular fornecer-nos-á grandes lições quando devidamente estudada, pois ela é a mais funcional e a menos fantasiosa, numa palavra, aquela que está mais de acordo com as novas intenções.*⁴³

A casa rural fora especificamente seleccionada para objecto de estudo e de análise no Inquérito, uma vez que se tratava de um exemplo construtivo que, devido à sua remota localização, não sofrera alterações de influência exógena, nem tão pouco fora condicionada por políticas de habitação ou por modelos de arquitectura e, como tal, correspondia directamente às necessidades e modos de vida dos seus utentes. As suas soluções arquitectónicas são também as mais sedimentadas, pois a conjugação das formas e dos métodos construtivos foram alvo de inúmeras adaptações, sobreposição de saberes e de experiências readaptadas, consoante exigências climáticas, geográficas e respectivas ocupações. Partindo deste pressuposto, o trabalho do Inquérito foi distribuído por equipas responsáveis pelo estudo da arquitectura popular em diferentes regiões de Portugal, sendo relegado a cada grupo o critério e o processo do estudo.

Do reconhecimento da arquitectura da região minhota, chefiado pelo arquitecto Fernando Távora⁴⁴, destaca-se os objectos em análise, exemplos populares de qualidade espacial e plástica, que comprovam a existência de uma relação forma/função, próximos dos preceitos da arquitectura moderna. Fig.46 Também a análise do uso de diferentes materiais e métodos construtivos, Fig.47 consoante a variação da localização da habitação ou do cliente, demonstram um elevado cuidado na apreensão da singularidade das construções

43 TÁVORA, Fernando; "O Problema da Casa Portuguesa", Lisboa 1947, p.11

44 Juntamente com Rui Pimentel e António Menéres

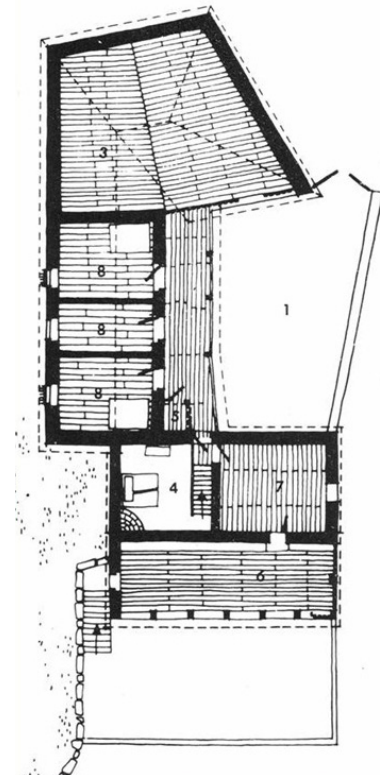
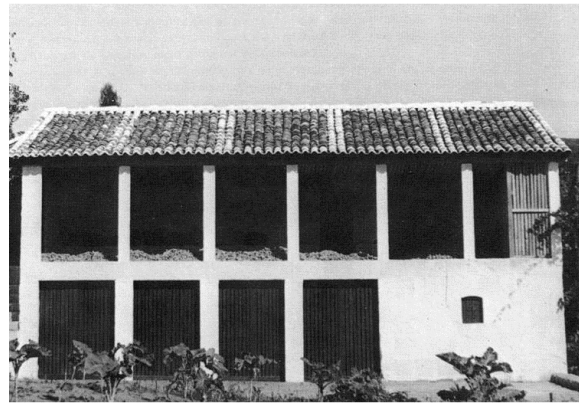


Fig.46 Alçado e planta da "Casa da Lavoura", Balazar, Guimarães, "Arquitectura Popular em Portugal", 1961



Fig.47 Uso da madeira para a construção da "Casa da Lavoura", Balazar, Guimarães, "Arquitectura Popular em Portugal", 1961

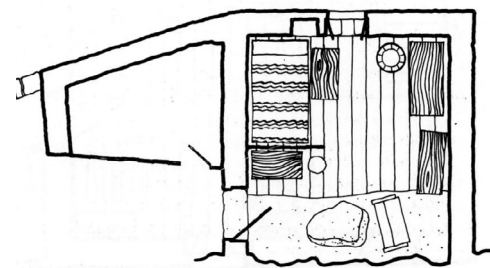
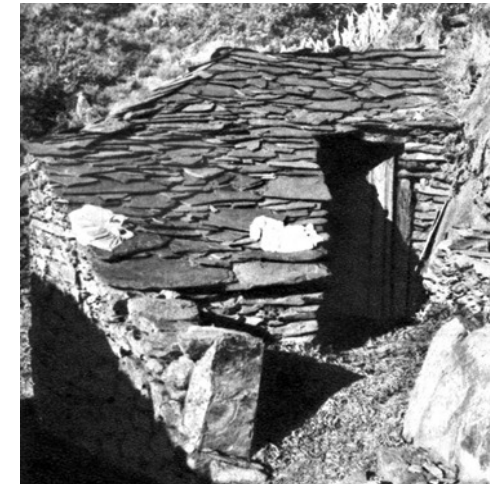


Fig.49 Fotografia, alçado interior e planta, Montes, "Arquitectura Popular em Portugal", 1961



Fig.48 Interior de uma casa, Montes, "Arquitectura Popular em Portugal", 1961

*Por isso, para cada caso, procuraremos reconhecer o seu ambiente natural, saber da sua gente, como vive e de quê, entrar no espaço das suas casas e descobrir a ordem que lhes puseram, compreender os materiais dominantes sob as formas em que os talharam*⁴⁵

Por outro lado, no Inquérito em Trás-os-Montes e Alto Douro, os autores Octávio Lixa Filgueiras e Arnaldo Araújo⁴⁶ observaram atentamente o interior das casas, sobretudo os objectos que as preenchiam, o modo como se dispunham as áreas programáticas, muitas vezes circunscritas a um único espaço, cujas dependências se diferenciavam pela materialidade empregue. Entre a informação exposta neste capítulo encontram-se inúmeras fotografias do interior das casas, dos elementos que as preenchiam e são também retratados alguns momentos da vida diária dos habitantes. Fig.48 Este interesse pela rotina está também expresso nos desenhos dos levantamentos, no apontamento dos objectos e a sua disposição no interior, que muitas vezes não teria valor enquanto espaço arquitectónico, mas antes enquanto ambiente vivido, preenchido pelos signos do dia-a-dia.

Fig.49

A diferença de metodologia e de interesses repercutiram-se no ensino da Escola, estendendo-se até ao culminar do processo SAAL, experiência que permitiu a coexistência de uma análise direccionada à qualidade espacial e técnica da arquitectura e de outra orientada sob a observação da identidade e das relações sociais. Por um lado, uma análise tipo-morfológica das construções vernaculares, preconizada por Fernando Távora e que justificou o seu estudo para objectivos fundamentalmente disciplinares, para a reformulação dos modelos da prática da arquitectura. Por outro lado, a presença de uma ideologia que se baseou no aprofundamento do papel social do arquitecto e conhecimento da identidade da população.

45 "Arquitectura Popular em Portugal", 2ª edição, Lisboa: Associação Arquitectos Portugueses, 1980. p.118

46 Em colaboração com o arquitecto Carlos Carvalhos Dias

B.1

A reinterpretação da Arquitectura Popular

*A nossa Arquitectura e o nosso Urbanismo atravessam uma crise porque não são modernas – isto é, porque não realizam exactamente a síntese das nossas necessidades e das nossas possibilidades, não constituindo desse modo a tradução perfeita do homem português na multiplicidade das suas relações.*⁴⁷

Em Portugal, e tendo por referência os anos entre 1948 e 1955, não se tinham construído, até então, as estruturas socioeconómicas necessárias para se justificar a reestruturação da arquitectura num sentido universal e racional, capaz de retratar o desenvolvimento industrial e as respectivas consequências culturais da standardização. O país estava ainda muito enraizado nas tradições rurais, na especificidade dos lugares, provocado pelo lento e tardio progresso da produção em série, tornando inoperável actuar segundo estes pressupostos. As obras construídas trataram-se maioritariamente de encomendas isoladas, edifícios de excepção, e a estagnação da indústria da construção, ainda presa ao artesanato, impedia a garantia de uma maior eficiência e aperfeiçoamento das técnicas.

O caminho formal encetado pelo Movimento Moderno, no sentido de uma transformação radical para servir o Homem universal, fruto das supostas necessidades homogéneas, não davam lugar às especificidades culturais e étnicas. Por vezes, o Estilo Internacional em Portugal, repercutira-se somente na utilização da sua gramática formal, como a presença do “brise soleil” enquanto elemento decorativo, a construção da janela horizontal, contínua e na falta de investimento em materiais locais como o tijolo, madeira, pedra, etc.

Neste sentido, foi no estudo e compreensão das construções populares que se procuraram os fundamentos da arquitectura portuguesa, as razões e necessidades que justificam os seus métodos construtivos e formas, de modo a facultar e desbloquear o sentido da prática disciplinar. A transversalidade da arquitectura popular, no sentido de que a sua construção advém da sobreposição de experiências de tempos diferentes, também permite justificar a sua eficácia funcional e formal, fundamentando a empregabilidade e adaptação da sua função/forma à arquitectura erudita.

A catalogação dos casos de estudo presentes no Inquérito segundo “tipologias”, devido à constatação da sua repetição em determinadas regiões, prova a importância do estudo destas sínteses mais harmonizadas das necessidades, soluções técnicas, concepções de beleza individuais e colectivas de sociedades específicas. **Fig.50** Esta conclusão seria preponderante no SAAL Norte, pois conduziria arquitectos e estudantes a procederem a trabalhos de campo e de reconhecimento rigoroso das “ilhas”, enquanto tipologia que reflectia o modo de viver da classe trabalhadora. Em suma, a publicação do Inquérito provou aos arquitectos que era possível auxiliarem-se das formas da arquitectura popular na prática disciplinar, demonstrando que o conhecimento não se adquiria somente nos periódicos ou no abstraccionismo formal das escolas, mas que este deveria também partir da análise da realidade, em si. Como tal, passa a ser relevante expor a influência da publicação do Inquérito nos projectos de Siza, nomeadamente na Casa de Chá da Boa Nova, enquanto exemplo do percurso do arquitecto na interpretação da arquitectura popular no Moderno.

Há mesmo assim na Casa de Chá “ideia” logo desde a incrustação no sítio – recusa de exibir uma construção “moderna” mas recusa de a desfazer num mimetismo ruralizante – pontuada pelos volumes de canto e de chaminé; ideia na maneira de entrar que faz chegar a uma esplanada árida, trepar entre rochas, “baixar a cabeça” sob o alpendre, penetrar e descer entre o denteado de um tecto (...)”⁴⁸

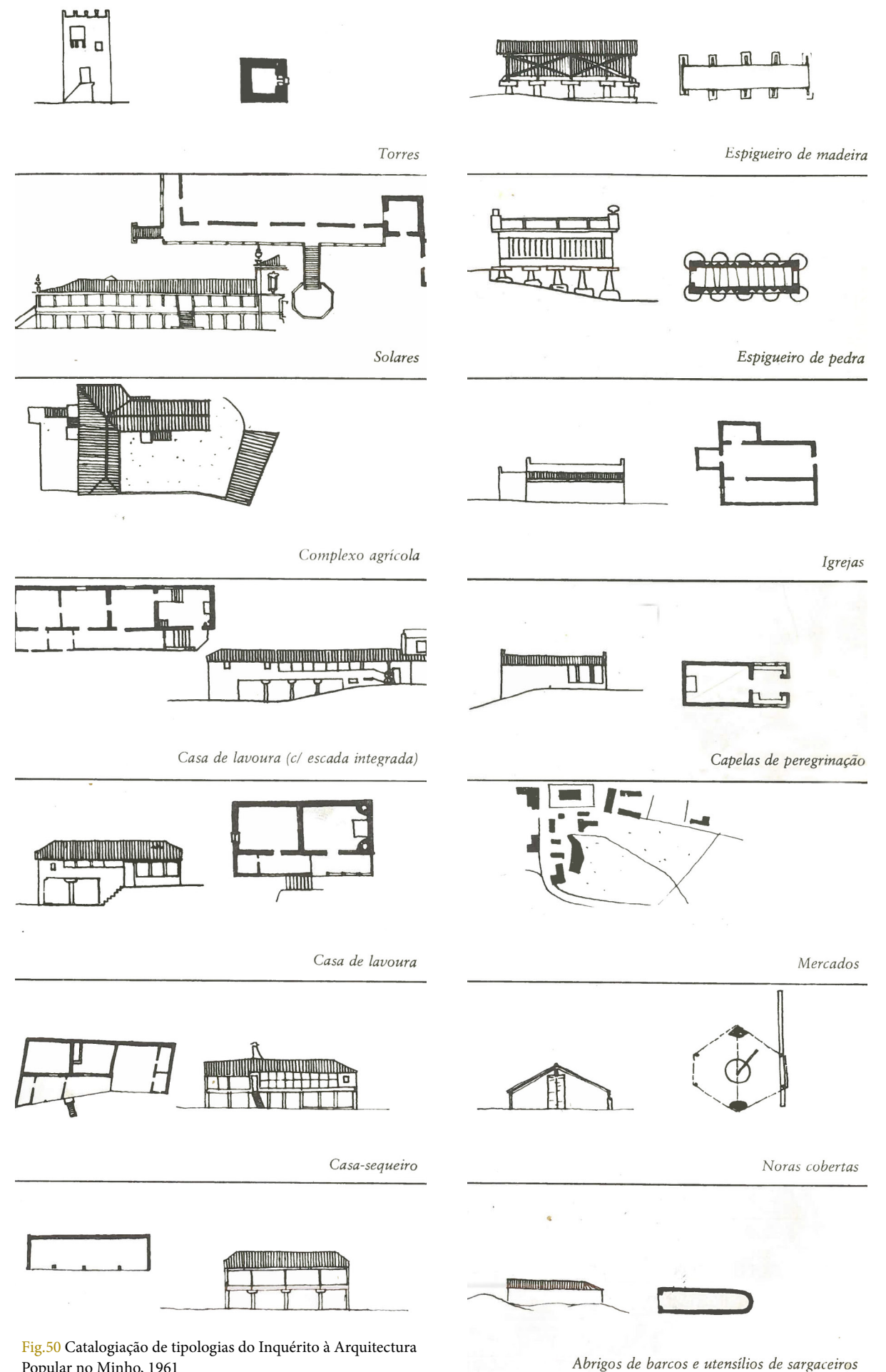


Fig.50 Catalogação de tipologias do Inquérito à Arquitectura Popular no Minho, 1961

47 TÁVORA, Fernando cit. por COSTA, Alexandre Alves “Dissertação expressamente elaborada para o concurso de habilitação para a obtenção do título de professor agregado”, prefácio de Álvaro Siza, 2ª edição, Porto, ESBAP, 1982, p.25

48 PORTAS, Nuno in VIEIRA, Álvaro Siza “Casa de Chá da Boa Nova – Boa Nova Tea House, 1958-1963”, s/p.



Fig.53 Inquérito à Arquitectura Popular em Trás-os-Montes e Alto-Douro, 1961 - implantação integrada no terreno

O projecto da “Casa de Chá” em Leça da Palmeira, materializa a reformulação da prática disciplinar num sentido mais próximo da identidade e da situação cultural portuguesas, tirando o melhor partido da envolvente natural e do manuseamento dos materiais locais. O projecto tem por referência as obras de Alvar Aalto, devido à capacidade do arquitecto em adaptar as obras modernas aos meios disponíveis no seu país, também ainda muito enraizada na produção artesanal e tratamento de matérias naturais.

A implantação da “Casa de Chá” num local privilegiado, escolhido por Távora, de extremo contacto com o mar e com as rochas Fig.51, obrigou e permitiu explorar, em termos disciplinares, as possibilidades de um projecto que exigia um tratamento volumétrico do edifício de modo integrado e orgânico, pelo confronto e tensão do construído com a envolvente. A construção encrusta-se na continuidade da natureza, Fig.52 tal como algumas construções populares apresentadas no Inquérito que, tirando partido da inclinação do terreno, eram implantadas à meia cota destes declives. Fig.53



Fig.51 Siza Vieira, “Casa de Chá da Boa Nova”, 1963
Localização privilegiada de contacto com o mar e rochas

Fig.52 Siza Vieira, “Casa de Chá da Boa Nova”, 1963
Implantação da construção no terreno

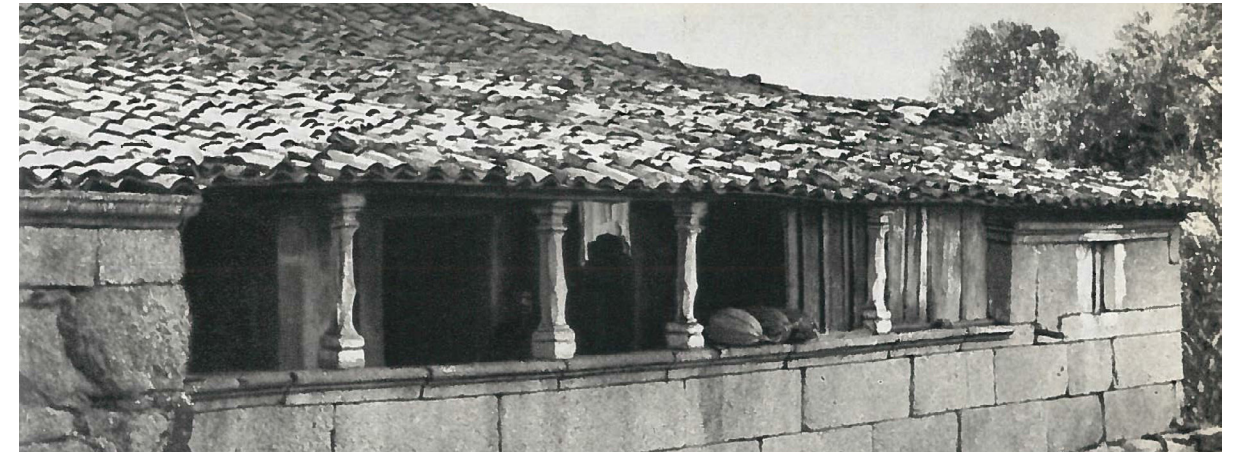


Fig.55 Inquérito à Arquitectura Popular em Trás-os-Montes e Alto-Douro, 1961 - a sombra e prolongamento da cobertura

O conjunto do edifício apresenta-se fragmentado, sem destituir a sua composição num só todo, no qual se destaca a saliência do volume da entrada e a proeminência da chaminé, símbolo das habitações rurais que até então tinham sido estudadas. Ainda da volumetria, faz parte o desenho das coberturas inclinadas que, tal como nos projectos de Aalto e de Fernando Távora, permitiu desenhar espaços interiores com pés direitos contidos, que recorressem a uma escala mais humana, à semelhança da arquitectura popular, de modo a acompanhar o percurso do indivíduo no espaço, e a manusear as entradas de luz zenital, à imagem da arquitectura Moderna

A concepção de diferenciados espaços de transição de escalas mais inclusivas, idênticos aos das habitações rurais mais humildes, o desenho de lugares de sombra configurados pelo prolongamento da cobertura inclinada, para além dos limites parietais Fig.54 Fig.55, assim como o esforço que o percurso de chegada ao edifício envolve, são também aspectos presentes nas construções populares do Inquérito.

Fig.54 Siza Vieira, “Casa de Chá da Boa Nova”, 1963
confronto com as rochas e prolongamento da cobertura

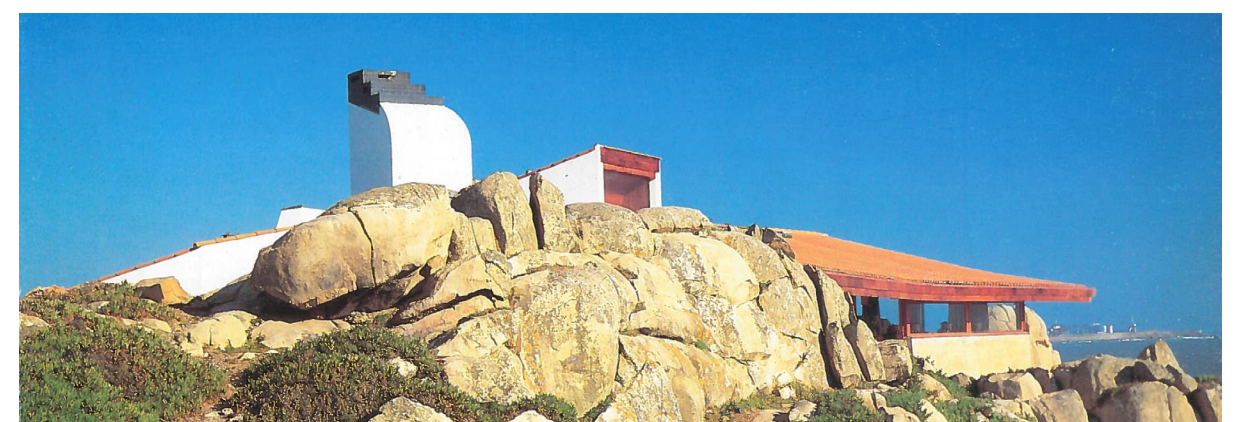




Fig. 57 Inquérito à Arquitectura Popular em Trás-os-Montes e Alto-Douro, 1961 - o tratamento do material

A escolha dos materiais e o seu tratamento revelam, mais uma vez, a influência dos projectos de Alvar Aalto, nomeadamente no tratamento da madeira ondulada e utilização do reboco branco Fig. 56, mas também do trabalho do Inquérito. O conhecimento das casas populares rurais provou que a diferenciação material e o manuseamento artesanal das matérias podiam contribuir na qualidade espacial, ainda que os espaços interiores conservassem simplicidade formal, tirando o maior partido do manuseamento artesanal, isto é, das suas formas, encaixes, remates e aparelho, aspectos que as máquinas e a reprodução industrial não permitem conceber. Referimo-nos, por exemplo, a tratamentos semelhantes aos das coberturas de duas águas das habitações em Rio de Onor Fig. 57 e ao diversificado desenho da madeira no interior nesta obra de Siza. Fig. 58

A “Casa de Chá” tratou-se de uma experiência disciplinar que reflectiu as preocupações da época, às quais o jovem Siza não foi indiferente e também expressou as repercussões da realização do Inquérito, a influência da arquitectura orgânica de Frank Lloyd Wright e dos projectos de Alvar Aalto, práticas disciplinares mais integradoras, preocupadas com a humanização dos espaços e com a preservação da identidade



Fig. 56 Alvar Aalto, “Maison Carré”, Bazoches-sur-Guyonnes, França, 1957-60 - interior em reboco e madeira

Fig. 58 Siza Vieira, interior da “Casa de Chá da Boa Nova”, 1963

cultural.

Contudo, finda a década de 60, as problemáticas da prática centraram-se nos problemas habitacionais do país e, neste contexto, os modelos urbanos do Movimento Moderno ressurgem no trabalho de Siza Vieira, enquanto soluções formais economicamente rentáveis e eficazes, em simultaneidade com uma ideia orientadora do processo SAAL Norte: o elogio e referência às “ilhas”, enquanto construções vernaculares capazes de expressar a vida da classe trabalhadora e constituintes do legado arquitectónico e cultural da cidade do Porto.

O conhecimento popular ramificou-se na análise de aspectos tipo-morfológicos e sociais, sendo que os primeiros tiveram visível consequência nos projectos dos arquitectos do Porto. Os segundos foram aprofundados pelo corpo discente da ESBAP, no contacto e estudo da cidade e de outras comunidades do interior do país. A conjugação do conhecimento tipo-morfológico com as preocupações sociais dar-se-ia apenas no SAAL, devido às possibilidades de acção geradas pelas circunstâncias políticas.

B.2

Das “Ilhas” da cidade Oitocentista⁴⁹ à “Ilha Proletária” do pós-25 de Abril^{50 51}

As “ilhas” surgem a par do desenvolvimento das indústrias na segunda metade de 1800 e do deslocamento da população rural para a cidade, conduzindo ao aumento demográfico e necessidade de construção de alojamento. A solução para este fenómeno foi da sugestão da pequena e média burguesia que rentabilizou os quintais privados para a construção de pequenas casas para alugar, dispostas em banda, com um ou dois pisos, permitindo o máximo aproveitamento do solo. A área contígua a estas habitações é apenas acessível a moradores, proprietários e conhecidos, uma vez que a entrada faz-se através da habitação burguesa que se volta para a rua, conduzindo, de seguida, a um estreito corredor que distribui as unidades e onde também se localizam os lavatórios comuns. Fig. 59 O isolamento urbano e a dimensão reduzida destes núcleos de habitações conduziu à denominação de “ilha”⁵²

O contínuo crescimento da cidade e da aglomeração populacional originou o aumento do número destes elementos, a adopção de novas estratégias que permitissem continuar a economizar espaço e, simultaneamente, erguer mais habitações. Conjugaram-se duas porções de terreno de dois lotes distintos, para alargar a área dos acessos, situando os volumes no centro

49 TEIXEIRA, Manuel C. “Habitação popular na cidade oitocentista : as ilhas do Porto”, F.C.G, Lisboa, 1996

50 VIEIRA, Álvaro Siza; “The proletarian island as a basic element in the urban tissue” in Lotus Internacional, nº13, Milão, 1976

51 COSTA, Alexandre Alves in “A Ilha Proletária como Elemento Base do Tecido Urbano. Algumas Considerações sobre um Título Enigmático in “A Questão do Alojamento 1”, Jornal de Arquitectos, nº 204, Lisboa, 2002

52 TEIXEIRA, Manuel C. “The Development of 19th century working-class housing – The “ilhas” in Oporto, Portugal”, Architectural Association School of Architecture, 1988. p.181

da ocupação, de modo a dispor as unidades em espelho, aproveitando a mesma parede para duas habitações e originando dois corredores laterais. É importante salientar que, cada casa contém apenas uma frente desimpedida, na qual se rasgaram os vãos para uma pequena janela e uma porta, sendo, por isso, escassa a iluminação interior e inexistente a possibilidade de ventilação cruzada. As vantagens monetárias destas estruturas, pelo reduzido custo de construção e pela maximização de uso do terreno, levou à sua construção em situações urbanas em que não se verificava uma limitação imposta pelo loteamento e, por isso, a sua edificação era independente das habitações que definiam o quarteirão.⁵³ Fig.60 Nestes casos, o acesso às “ilhas” pode realizar-se através de um portão contíguo à fachada burguesa. Fig.61

No seu interior, as unidades típicas dispõem apenas de 16m², cuja área está circunscrita a um quadrado de 4m x 4m, onde está incluída uma sala (4m x 2,5m), que também pode ser usada como espaço de repouso, uma alcova (2,5m x 1,5m), uma cozinha (1,5m x 1,5m) e, em alguns casos, o sótão é aproveitado para incluir um segundo quarto. O volume total destas habitações não ultrapassa os 30m³, uma vez que o pé direito do seu interior é normalmente inferior a 2,5m. Fig.62 Os materiais empregues na sua construção são a pedra, presente nas paredes exteriores e a madeira, empregue na estrutura da cobertura, que se encontra à vista no interior da unidade, e também nas divisões interiores⁵⁴.

*No Bairro Leal (...) passavam furgonetas e camionetas dos serviços da Câmara, carroças com um cavalo, era o azeiteiro que vendia aos quarteirões o azeite, e as carroças com bois, que os homens vendiam litros de leite à vizinhança. Corriam todo o Bairro, as vendadeiras de hortaliças, a dos ovos e galinhas, a dos bancos e gamelas, as dos limões, alhos e cebolas, as peixeiras, as leiteiras e padeiras.*⁵⁵

53 Ibidem, p.184

54 Ibidem, p.185

55 Testemunho de Alfredo Correia, morador do Bairro Leal

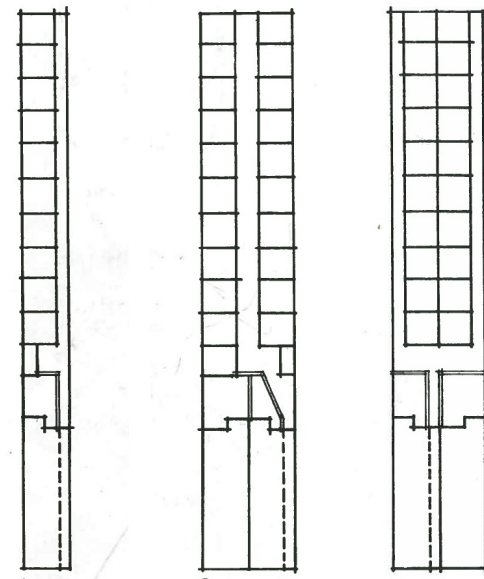


Fig.59 Manuel C. Teixeira - Organização da “ilha” e entrada pela habitação burguesa

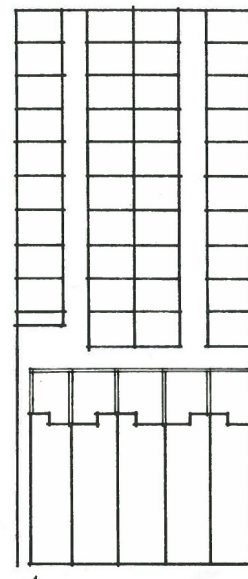


Fig.60 Manuel C. Teixeira - Organização da “ilha” quando alargada a vários lotes e entrada lateral



Fig.61 Manuel C. Teixeira - Portão contíguo às fachadas

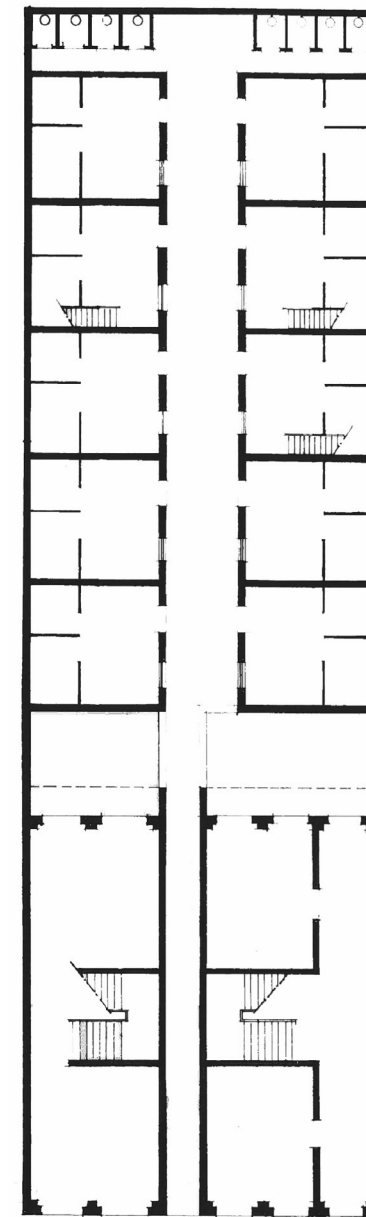


Fig.62 Manuel C. Teixeira - Morfologia das “ilhas”



Fig.63 Fotografia de Alexandre Alves Costa - Contexto social dos habitantes das “ilhas”

Devido à pobreza e segregação dos moradores, a integração destes habitantes no meio urbano acabaria por ser lenta e quase inexistente, bem como a evolução dos seus meios. No entanto, a familiaridade das construções, a proximidade entre vizinhos e as difíceis condições de vida originaram um grande sentido de comunidade entre estes indivíduos. A situação em que viviam permitiu desenvolver hábitos e modos de estar muito próximos entre si, mas muito distantes da restante vida urbana.

*Entre as malhas do tecido urbano persistem ilhotas e ilhas de ruralidade “pura”, (...), povoadas por camponeses envelhecidos, mal “adaptados”, despojados daquilo que constitui a nobreza da vida camponesa nos tempos de maior miséria e da opressão. A relação “urbanidade-ruralidade”, portanto, não desaparece; pelo contrário, intensifica-se, e isto mesmo nos países mais industrializados. (...) Aqui ou ali, as tensões tornam-se conflitos, os conflitos latentes se exasperam; aparece então em plena luz do dia aquilo que se escondia sob o “tecido urbano”.*⁵⁶

Partindo da breve explicação sobre a origem das “ilhas”, da descrição sobre o ambiente que se vivia nestes núcleos, bem como da citação de Henri Lefebvre, anteriormente transcrita, podemos afirmar que estas comunidades são pequenos agrupamentos de indivíduos, cujos costumes estavam ainda vinculados a uma certa ruralidade, inexistente no restante ambiente da urbe, mas que prevaleciam nestes núcleos e, ainda hoje, são característicos nalgumas zonas da cidade. Neste sentido, não podemos deixar de comparar o dia-a-dia dos moradores da classe operária com o modo de vida das populações do campo, pelo isolamento, sentido de comunidade e pobreza que prevaleciam em ambos os casos. Ainda que, no primeiro, a situação de insularidade seja menos extrema, mas também causadora do difícil acesso a melhores e mais desenvolvidos meios. Fig.63

Por estas razões, a rotina dos habitantes das “ilhas” era desconhecida para a maioria dos cidadãos de classe média, aspecto que a insalubridade e a propagação de doenças nestes núcleos acabariam por enfatizar, provocando a

56 LEFEBVRE, Henri; “O Direito à Cidade”, trad: Rubens Eduardo Frias, 5ª edição, Centauro Editora, 2008, p.19

rejeição completa destas populações como parte integrante da sociedade urbana. Procedeu-se à destruição de inúmeras “ilhas” no centro urbano, ao desmantelamento das comunidades e ao realojamento dos indivíduos na periferia, principalmente, no final dos anos 50, época em que este processo ocorreu com maior expressividade⁵⁷. As novas habitações para os moradores situavam-se em Bairros Camarários, isolados da vida urbana, onde as acções dos utentes eram vigiadas por um regime policial constante e a prática de qualquer irregularidade podia provocar a sua expulsão. Consequentemente, nas “ilhas” que restavam e, entre os respectivos moradores, instalou-se a aversão por estes bairros estatais e cresceu a preferência pelo local de residência, isto é, a permanência na cidade e nas comunidades.

A par destas iniciativas do governo, os estudantes da ESBAP iam criando relações próximas com os moradores, quer pela própria localização e proximidade da Escola aos bairros operários, quer pelo trabalho de campo moroso⁵⁸, que os alertava para a precariedade das condições de habitação e para a importância do uso do espaço na identidade dos moradores. Como tal, progressivamente, foi-se impondo a necessidade de operar para contribuir na construção de outro nível de vida para estas populações. Após o 25 de Abril, e tirando partido do que era então uma situação política indefinida e, portanto, efémera, arquitectos e estudantes encontrariam no programa SAAL, uma oportunidade para dar início ao realojamento da classe trabalhadora. O processo permitiu também alargar o debate sobre a cidade a estes utentes, para quem esta oportunidade de participação nunca havia sido proposta,

57 COSTA, Alexandre Alves in “A Ilha Proletária como Elemento Base do Tecido Urbano. Algumas Considerações sobre um Título Enigmático in “A Questão do Alojamento 1”, Jornal de Arquitectos, nº 204, Lisboa, 2002, p.11

58 “Eram “levantamentos dolorosos”, retratos sociais, a tinta-da-china, com um ínfimo detalhe arquitectónico. Os pormenores com que eram efectuados estes levantamentos permitem uma leitura rigorosa de como o espaço era utilizado: o número e disposição de pessoas a dormir por quarto e por cama (tantas vezes em corredores); o mobiliário, materiais, estilo e texturas; padrões de tecidos, carpetes e cortinados; objectos, bibelôs, crucifixos, lamparinas, tachos e alguidares, retratos, por vezes a televisão.” In BANDEIRA, Pedro; “Escola do Porto: Lado B, 1968-1978 (Uma História Oral)”, A Oficina, CIPRL, Sistema Solar (Documenta), 2014, p.91

devido à sobrevalorização do desenvolvimento capitalista nos centros urbanos, à situação monetária e de poder social menos favoráveis em que estes indivíduos se encontravam.

*si consideramos como lo más importante la función debemos entender el tipo como el modelo organizador de esta función.*⁵⁹

Uma vez iniciados os debates e a possibilidade de planeamento sem intermediários entre arquitecto e futuro morador, os técnicos do SAAL reconsiderariam a importância das “ilhas” na História da cidade e na identidade da classe trabalhadora. Tornou-se então imperativo proceder ao levantamento destas unidades e reconhecimento da sua morfologia, entender o lugar destes núcleos na malha da cidade, a disposição das habitações e a respectiva organização interior, para reinterpretar ou reproduzir o seu desenho. Era do critério dos arquitectos a menor ou maior aproximação das novas habitações ao desenho das construções vernaculares, ou simplesmente a recusa da mimetização ou da reprodução de qualquer semelhança mais imediata.⁶⁰

-Abrir a zona à cidade, preservando tanto quanto possível

-Reservar os espaços para os equipamentos definidos pela dinâmica própria dos habitantes de que existiam exemplos.

*-Intervir no domínio da habitação recuperando o maior número possível de casas e projectando as novas habitações segundo um processo evolutivo da unidade base existente*⁶¹

Tome-se como exemplo o projecto para as “ilhas” das Antas, de Pedro Ramalho. Neste foram acrescentados pisos às unidades existentes Fig.64, foram também recuperados os restantes espaços, desenhada uma área exterior individual e manteve-se a generalidade da aparência inicial, isto é, a cobertura de duas águas e a morfologia urbana original. Fig.65 Ou ainda, o Bairro do

59 ROSSI, Aldo; “La arquitectura de la ciudad”, 10ª edição, GG, Barcelona, 1999, p.84

60 VIEIRA, Álvaro Siza, “Linha de Acção dos Técnicos enquanto Técnicos” in “A Questão do Alojamento 1”, Jornal de Arquitectos, nº 204, Lisboa, 2002, p.17

61 RAMALHO, Pedro; “Itinerário”, 2ª edição, Porto: FAUP publicações, 1989. p.55



Fig.64 Pedro Ramalho, “ilhas” das Antas, 1975 - preservação da construção inicial e acrescimento de área



Fig.65 Pedro Ramalho, projecto para as “ilhas” das Antas” 1976



Fig.66 Sergio Fernandez, Bairro do Leal, 1976 - configuração de zonas de luz e sombra



Fig.67 Sergio Fernandez, Bairro do Leal, 1976 - largo para o convívio dos moradores

Leal, no qual Sergio Fernandez, aproveitando a área livre de um terreno anexo às habitações existentes, projectou um conjunto de habitações no interior do quarteirão, com uma morfologia semelhante à das “ilhas”, isto é, distribuindo unidades, de dois pisos e de cobertura de duas águas, por corredores, configurando também zonas de sombra nestes espaços, através da sobreposição dos quartos do segundo piso. Fig.66

No entanto, observam-se algumas diferenças no exterior, como a concepção de um pequeno largo, para promover o convívio entre a comunidade Fig.67, e de zonas de transição, exteriores às habitações, que individualizam o momento de entrada. A distribuição das dependências nos interiores também é reorganizada, tirando o máximo proveito da área disponibilizada pelo pé direito da cobertura inclinada, incluindo uma casa de banho entre as dependências domésticas e delimitando a área da cozinha, em relação à sala.

*Quando se chama ilha proletária às ilhas, estamos a conferir-lhes um novo sentido e uma nova dignidade. O singular dá-lhe a globalidade: é o conjunto de todas as ilhas, é a cidade a construir ou a reconstruir. Proletária porque a nova cidade será operária, antes de cidade sem classes.*⁶²

O objectivo do SAAL Norte era preservar as “ilhas” pelo seu valor simbólico e transformar a cidade à imagem e identidade da população operária. Esta ideia apenas se pôde realizar, e com relativo sucesso, devido a certas condições políticas que se conjugaram no programa SAAL e que permitiram gerar maior autonomia para o arquitecto, relativamente às decisões impostas pelas políticas de habitação. Ou seja, surgiu pela primeira vez, a oportunidade de construir uma cidade que reflectisse as ideias do arquitecto e a vida da classe trabalhadora, e não apenas as encomendas para a população mais abastada. Esta operação iniciou-se no centro do Porto, para abarcar todas as zonas de residência da classe trabalhadora no grande projecto urbano da “Ilha Proletária”.

62 COSTA, Alexandre Alves in “A Ilha Proletária como Elemento Base do Tecido Urbano. Algumas Considerações sobre um Título Enigmático in “A Questão do Alojamento 1”, Jornal de Arquitectos, nº 204, Lisboa, 2002, p.12

*The possibility of communication between the various islands through internal passages running into the courtyards is also under examination, taking the Island as a possible element in the development of the city.*⁶³

Se, por um lado, nalguns projectos do SAAL é possível confirmar que a restituição da cidade proletária consistiu numa maior aproximação dos projectos às formas vernaculares e à morfologia das “ilhas”, talvez pela preponderância do trabalho do Inquérito no seio da ESBAP, por outro lado, no trabalho de Siza Vieira, veremos que foi também um momento de inquestionável relevância para a revisão do Movimento Moderno na prática do arquitecto, nomeadamente dos respectivos modelos urbanos e da reinterpretação da tipologia das “ilhas”.

63 VIEIRA, Álvaro Siza; “The proletarian island as a basic element in the urban tissue” in Lotus Internacional, nº13, Milão, 1976, p.87

C.1

A revisão dos Modelos Modernos

*As teses progressistas aí afirmadas têm de ser vistas à luz do que então se pensava e fazia na reconstrução do após-guerra europeu: os modelos arquitectónicos da edificação em altura, das amplas zonas verdes e das grandes vias urbanas, mesmo que o seu preço fosse o esmagamento dos núcleos urbanos antigos para o que se juntavam um higienismo simplista e os interesses da especulação fundiária... Regressa assim o funcionalismo mas agora à escala das cidades e há que reconhecê-lo, bem mais devastador.*⁶⁴

Apesar de a citação anteriormente transcrita referir-se concretamente à construção do Bairro de Alvalade, as ideias defendidas na “Carta de Atenas” também tiveram graves repercussões no urbanismo e habitação da cidade do Porto. A expropriação dos terrenos, o despejo dos moradores das “ilhas” nos bairros camarários e o desenho de planos ordenadores de grandes escalas, como o Bairro da Pasteleira, conduziram à pobreza cultural dos centros e à falta de identidade das novas extensões urbanas.

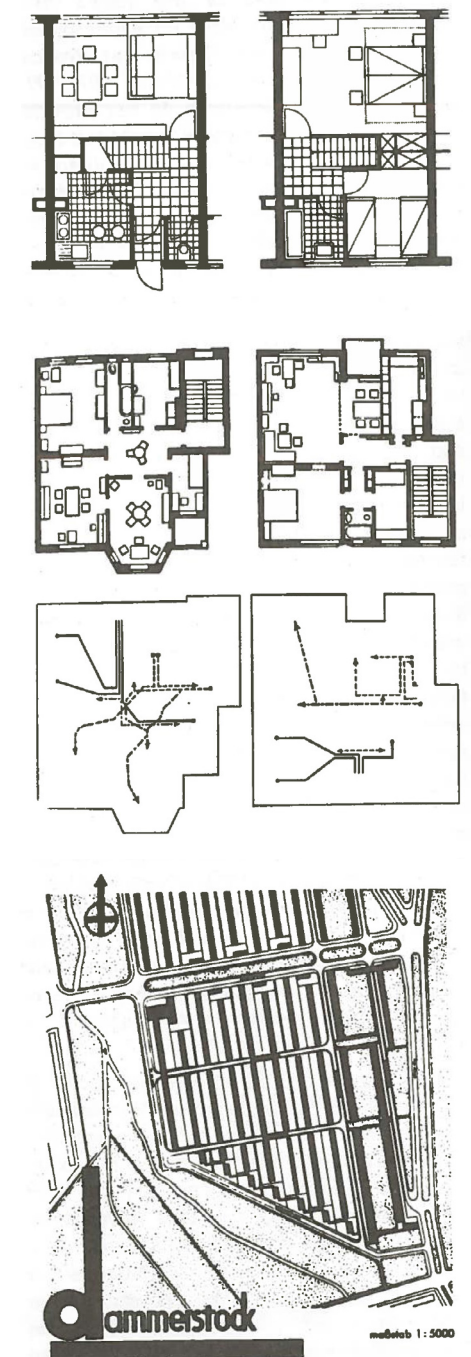
Para além disto, e tal como já referimos, a consciência de que a todos pertencia o direito à cidade e a presença das “ilhas” como parte do legado arquitectónico portuense, conduziria à recusa de determinados aspectos dos modelos da “Carta de Atenas”, por parte dos técnicos do SAAL. No pós 25 de Abril, a alternativa para muitos dos arquitectos gerou-se num momento único de aproximação da prática à realidade urbana, no entendimento do modo de vida da classe trabalhadora e respectivas relações com a morfologia das suas habitações.

Para outros, como Siza Vieira, foi também um momento de revisão dos modelos urbanos do Movimento Moderno e de conjugação dos seus melhores contributos com a identidade da cidade. De facto, os esforços dos CIAM Fig.68 em difundir a adopção das técnicas industriais

64 PORTAS, Nuno, “Arquitectura(s) História e Crítica, Ensino e Profissão”, Porto: FAUP publicações, 2005, p.295

na arquitectura e da abertura dos modelos urbanos para a cidade, tinha o propósito de garantir condições de habitabilidade para o grande número de desalojados do pós II Guerra Mundial e estes contributos revelam-se incontornáveis numa prática disciplinar socialmente consciente.

Fig.68 “Existenzminimum”, CIAM 1929, Alexander Klein, estudos distributivos, 1928 e Gropius, Plano para Dammerstock, Karlsruhe, 1929



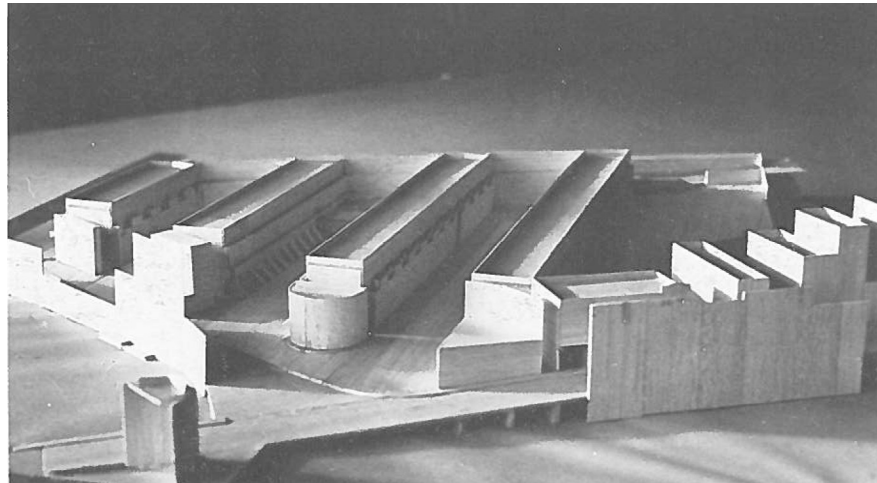


Fig.69 Maquete do projecto para o Bairro da Bouça - abertura do espaço público para a estrutura viária da cidade

No projecto da Bouça, cujo estudo foi elaborado de raiz para o FFH, dispondo de um terreno cujos limites não estavam totalmente circunscritos por edifícios, nem tão pouco influenciado pela agitação e entusiasmo do SAAL, está presente esta mesma ideia de abertura para a cidade. Esta formaliza-se num conjunto de habitações dispostas em blocos que diluem o limite do quarteirão, abrindo o interior ao espaço urbano, contrariamente ao que, por norma, se edificava na malha da cidade. Fig.69 No entanto, o projecto não se resumiu à adopção do modelo, mas também à sua integração na malha existente, através da caracterização dos espaços públicos e continuidade da estrutura urbana, cuja inspiração e influência Siza foi colher aos preceitos de Camillo Sitte, nomeadamente aos projectos dos seus ex-alunos J.P.Oud Fig.70 e Bruno Taut.

*Sitte was particularly disdainful of “geometers” – surveyors who laid out towns or parts of cities with a meaningless geometrical exactitude. It was not merely their indiscriminate use of “a-priori” plans which did not take into account accidents of the terrain and other special characteristics of the area in question.*⁶⁵

A uniformização dos pressupostos da “Carta de Atenas” e o depuramento das formas dos planos urbanos, maximizando a simplificação e repetição do bloco, conduziu ao uso normalizado deste modelo em qualquer extensão ou intervenção local nas cidades, rompendo com as ligações das ruas pré-existentes, sem atender

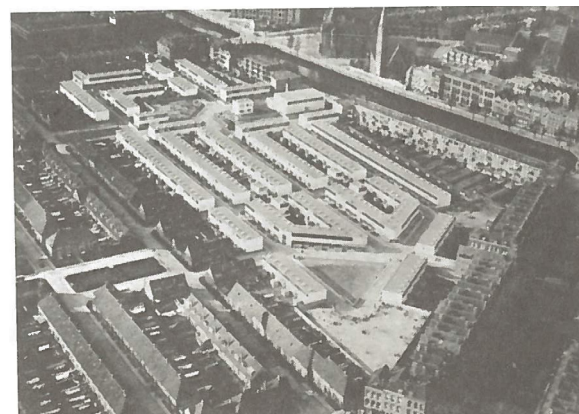
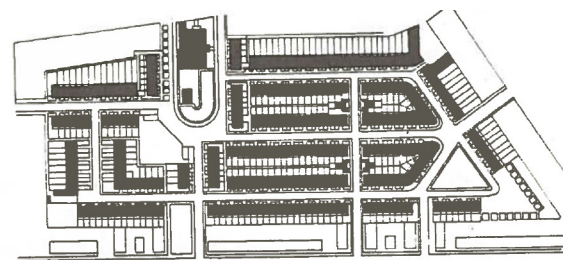


Fig.70 J.P.Oud, bairro Kiefhoek, Roterdão, 1925 - composição formal e identitária dos espaços no plano urbano

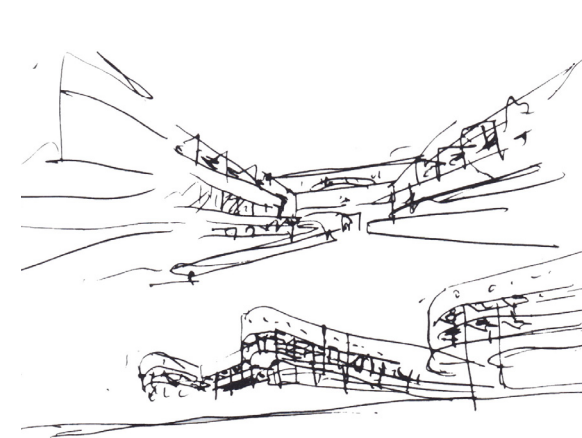
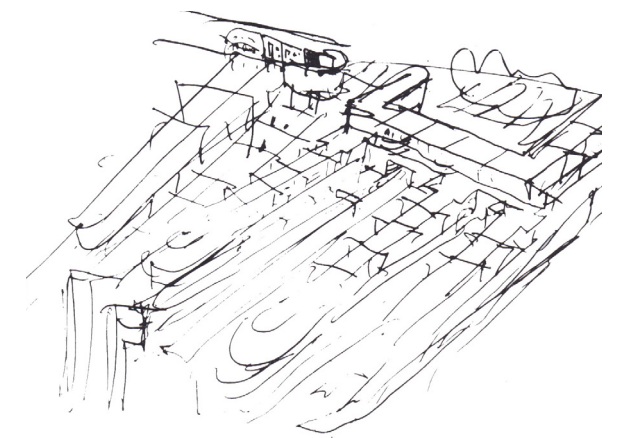


Fig.71 Siza Vieira, estudo para o parcelamento “Bárbara de Sousa”, Ovar, 1972



à topografia dos lugares. Siza Vieira, nos anos anteriores ao processo SAAL, conviveu de perto com estas problemáticas do CIAM X, que eram expostas por Fernando Távora, durante as horas de trabalho no atelier que partilhavam.

No estudo para o parcelamento “Bárbara de Sousa” em Ovar Fig.71, já se observava nos esboços de Siza a revisitação dos modelos modernos do início de século XX. Estes projectos distinguem-se dos blocos normalizados, pela importância que conferem ao desenho de espaços diferenciados, fundamentais nas estruturas das cidades: praças, ruas e pátios privados; individualizando e diversificando estes lugares. Na Bouça, verificamos a mesma preocupação com a continuidade do espaço urbano, pelo prolongamento das fachadas da rua da Boavista Fig.72, de modo a encerrar o perímetro do projecto e também pela atenção no tratamento das diferenças de cota. Para caracterizar e personalizar os espaços exteriores, Siza encerrou um dos lados das áreas livres que separam os blocos habitacio-

Fig.72 Siza Vieira, desenho para a fachada da Boavista, no projecto da Bouça - continuidade e integração na estrutura urbana



65 COLLINS, George R. e COLLINS, Christiane C.; “Camillo Sitte and the birth of modern city planning”. London: Phaidon, 1965, p.17

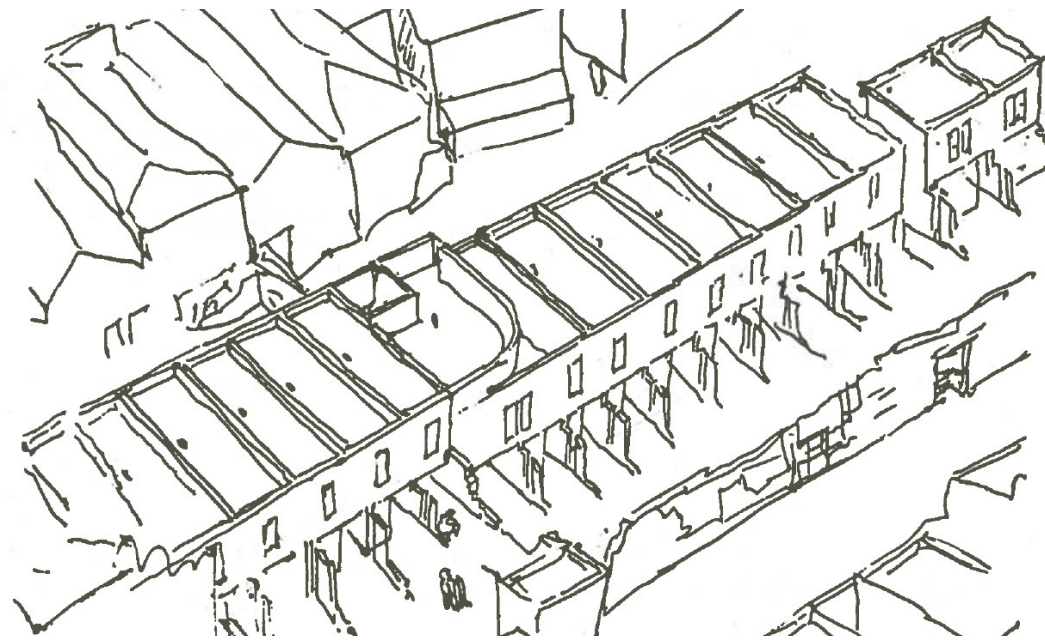


Fig.73 Siza Vieira, desenho do bloco da Sra das Dores - o uso da cobertura plana e comparação com a envolvente

nais, assemelhando-as à morfologia dos pátios ou praças semiprivadas, assegurando também a continuidade das estruturas viárias envolventes. Embora estes espaços exteriores sejam idênticos na sua configuração, as escadas do pátio central permitem originar situações de maior convívio entre os moradores, enquanto os restantes espaços exteriores respondem às necessidades de privacidade.

Na volumetria dos edifícios é mantida a planimetria das paredes dos modelos modernos, facto que é enfatizado pelo uso da cobertura plana no bloco da “Sra das Dores”, Fig.73 no prolongamento das fachadas da Bouça, de modo a esconder a cobertura de duas águas e pela exploração dos planos, através da desconstrução do volume. Fig.74 São também usadas diversas formas geométricas, não só as mais normalizadas e rectangulares, mas também ângulos agudos e curvas, para conferir qualidade espacial e compositiva aos espaços, desenhar momentos de tensão nas intersecções. salientando também a relevância do aspecto estético, e não apenas da importância da racionalidade no planeamento urbano e do uso da malha rectangular. Fig.75 Fig.76

A curva no projecto da Bouça apresenta-se também como uma continuidade das estruturas urbanas, tanto da pré-existente como da nova, recordando a sinuosidade dos limites irregulares da envolvente e do crescimento espontâneo da cidade, na tentativa de não sobrepor o planeamento geométrico na malha urbana, contudo necessário para uma resposta operativa e global

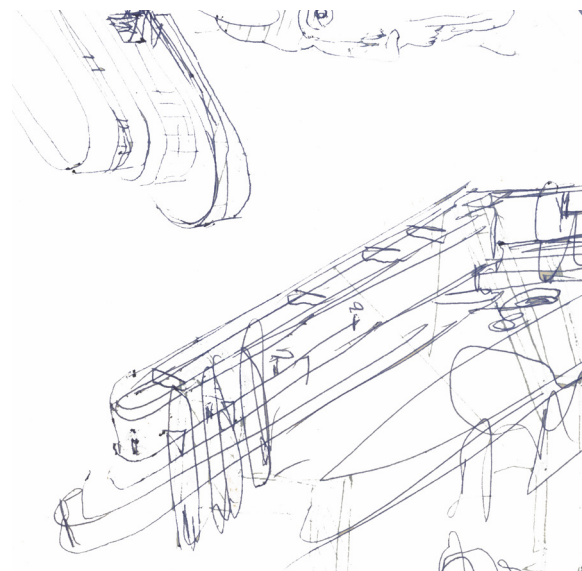


Fig.75 Siza Vieira, esquisso do projecto da Bouça, 1973-1977 - desenho da curva e procura da forma

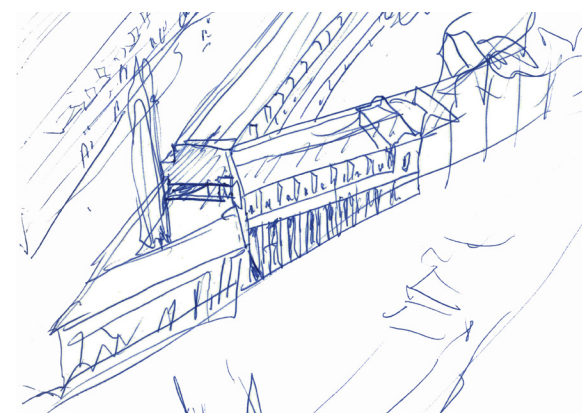


Fig.76 Siza Vieira, esquisso do projecto da Bouça, 1973-1977 - uso do ângulo agudo para desenhar a transição entre a implantação e a estrutura urbana da rua da Boavista

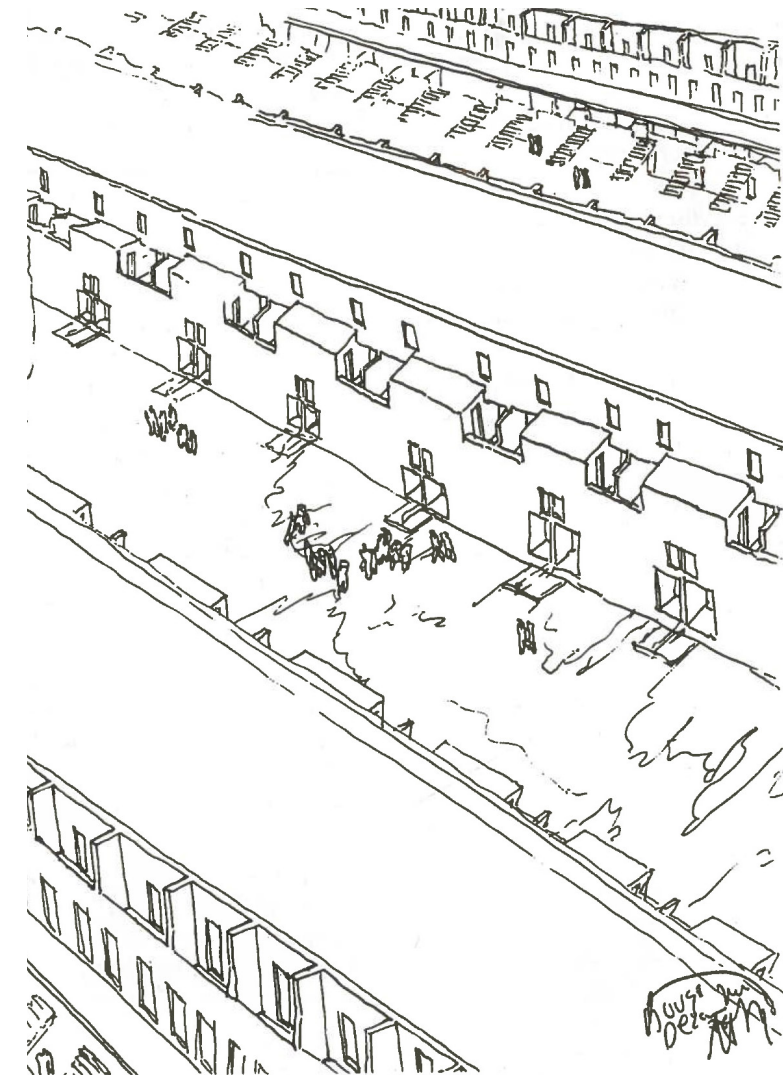


Fig.74 Siza Vieira, esquisso da Bouça, 1973-1977
J.P. Oud, casas na Strandboulevard, Scheveningen, 1917
- Desconstrução do volume e da planimetria

no desenho da habitação colectiva. J.P.Oud também utiliza este elemento nos planeamentos para “Hoek van Holland” e “Kiefhoek”. **Fig.77** No primeiro, a curva é utilizada enquanto elemento orgânico, capaz de quebrar a rigidez do desenho simétrico, um pouco à semelhança do bloco da “Sra das Dores”, onde também está presente, de certo modo, esta composição clássica, na qual a curva enuncia a passagem do espaço público para as traseiras das unidades. **Fig.78**

Elsewhere in the plan, too, Oud tried to correct irregularities of the plan by dint of symmetrical arrangements, such as the free-standing dwellings terminating the elongated blocks lining the main streets.⁶⁶

Tal como J.P.Oud, Siza também desenha volumes independentes que permitem conformar e individualizar áreas, tanto no projecto para a “Sra das Dores”, como na Bouça. É também importante referir que, para destacar a diferenciação planimétrica das fachadas e atenuar o sentido abstracto da parede branca, Siza utiliza a cor, à semelhança dos projectos de Bruno Taut **Fig.79**. Ainda, a necessidade de tornar menos dispendiosa a edificação do projecto da Bouça, para corresponder aos meios disponíveis no contexto do programa SAAL, conduziu à construção do projecto em alvenaria de blocos de betão **Fig.80** e à redução da altura dos volumes mais altos das extremidades do terreno, por imposições estruturais **Fig.81**, para quatro pisos, correspondentes à sobreposição de dois fogos. Para tornar mais operativo o alojamento dos moradores, Siza reduziu as áreas de circulação e diferenciou maioritariamente as zonas de uso diurno e nocturno, reduzindo a frente dos módulos para 4m, à semelhança do bloco da “Sra das Dores”⁶⁷.

Algumas contradições dos projectos da Bouça e de S. Víctor, nomeadamente as que correspondem a um afastamento dos modelos Modernos, justificam-se pela capacidade de Siza Vieira

66 BAKEMA in TAVERNE, Ed, “J.J.P. Oud : the complete works : 1890-1963” Ed Taverne, Cor Wagenaar, Martien de Vletter ; contrib. Dolf Broekhuizen ...[et al.]. Rotterdam: Nai Publishers, 2001, p.277

67 ver p.37



Fig.77 Siza Vieira, Bairro da Bouça, 2004 - 2006
- uso da curva para desenhar a continuidade da planimetria

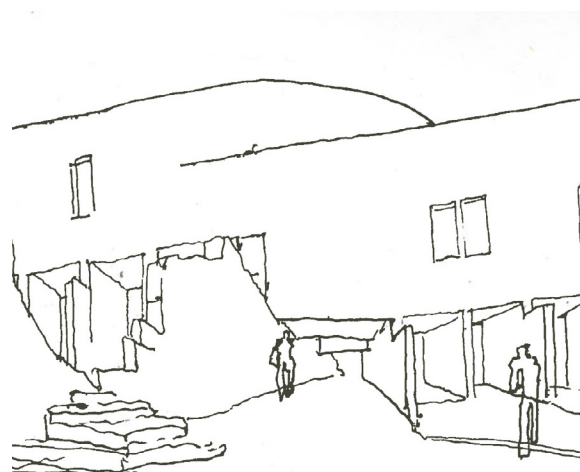


Fig.78 J.P.Oud, Hoek van Holland, Roterdão, 1928-1930
Siza Vieira, esquisso do bloco da Srª das Dores, 1974-1976
- uso da curva para enunciar passagem.

em concilia-los com a identidade local. Estas condições influenciaram o arquitecto a realizar um percurso inverso ou, talvez, precursor, e a optar pelos modelos Modernos anteriores à publicação da “Carta de Atenas”, mais inclusivos e cuidadosos com a qualidade espacial urbana. Uma vez mais, estava em causa o balanço entre a arquitectura popular e a participação dos moradores, factores influentes na reformulação de determinados preceitos do modernismo. Contudo, era sobretudo preponderante a autonomia do arquitecto, isto é, a sua capacidade em adoptar um processo aligres entre a abstracção e a objectividade.



Fig.79 Bruno Taut, Bohnsdorf, Berlim, 1929-1933
Siza Vieira, Bairro da Bouça, 2004-2006 - uso da cor para diferenciar planos e acentuar a identidade do lugar



Fig.80 Construção da 1ª fase da Bouça, 1977 - sobreposição dos blocos de betão

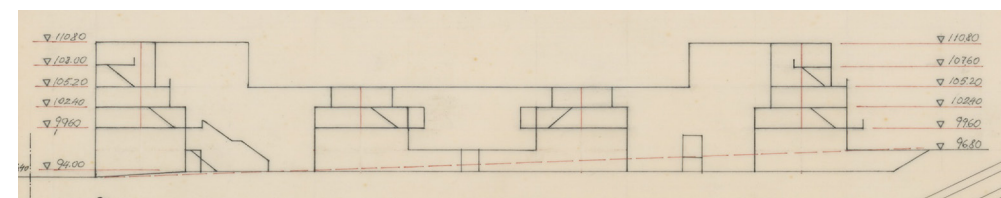


Fig.81 Corte do estudo para o FFH do projecto da Bouça, 1973 - desenho de 6 pisos nos volumes extremos da implantação

C.2

A reinterpretação da
Arquitectura Popular

Finally, one must consider a central area in the extension of the city to the North, with the most important nuclei of “ilhas” in Bouça, Lapa, Leal-Fontinha and Rua da Duqueza de Bragança.⁶⁸

A morfologia do Bairro da Bouça é anterior à reformulação da zona de S.Víctor e ao processo SAAL, no entanto, cremos que o projecto recorda a presença secular das “ilhas” nas áreas circundantes, reinterpretando a sua organização e disposição no terreno, impondo-se na cidade pela escala urbana, aspecto que não é característico das tipologias anteriores. Ou seja, também na implantação da Bouça, as habitações estão organizadas em fileiras de duas unidades sobrepostas, intercaladas por corredores exteriores ampliados, rematados por um muro⁶⁹, neste caso, colocado junto à via férrea, enquanto que nas “ilhas”, este elemento esconde-as do espaço público da rua. **Fig.82** Porém, é identificável no projecto a existência de percursos de escalas menores, mais privados, passagens na sombra dos edifícios, que recorda as entradas que permitem o acesso ao corredor das “ilhas”. **Fig.83 Fig.84**

68 TEIXEIRA, Manuel C. “The Development of 19th century working-class housing – The “ilhas” in Oporto, Portugal”, Architectural Association School of Architecture, 1988. p.190

69 MONTENEGRO, Manuel, DAVIDOVICI, Irina: “Aspects of urban integration in Oporto SAAL housing” in “Colóquio Internacional, 74-14 – O SAAL e a Arquitectura”, Coimbra, Novembro, 2014

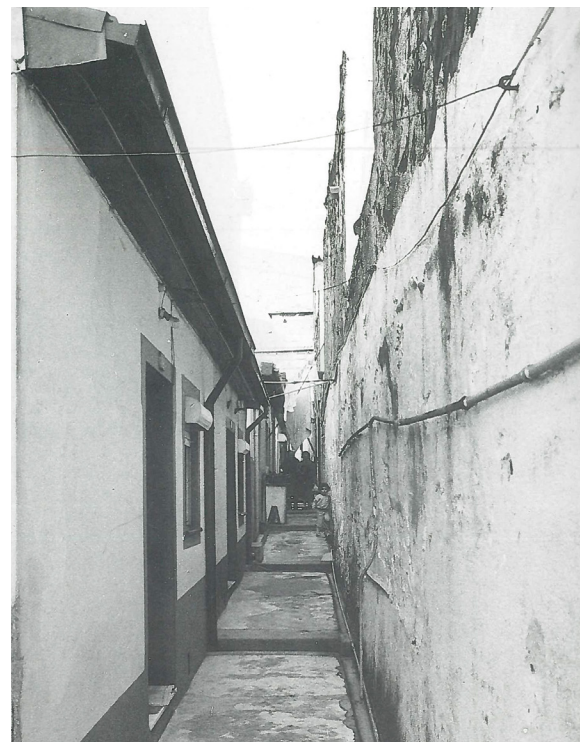


Fig.82 Siza Vieira, Bairro da Bouça, 2004-2006
Manuel C. Teixeira, “ilha” em S.Víctor
- comparação da morfologia do espaço exterior do projecto e das “ilhas”

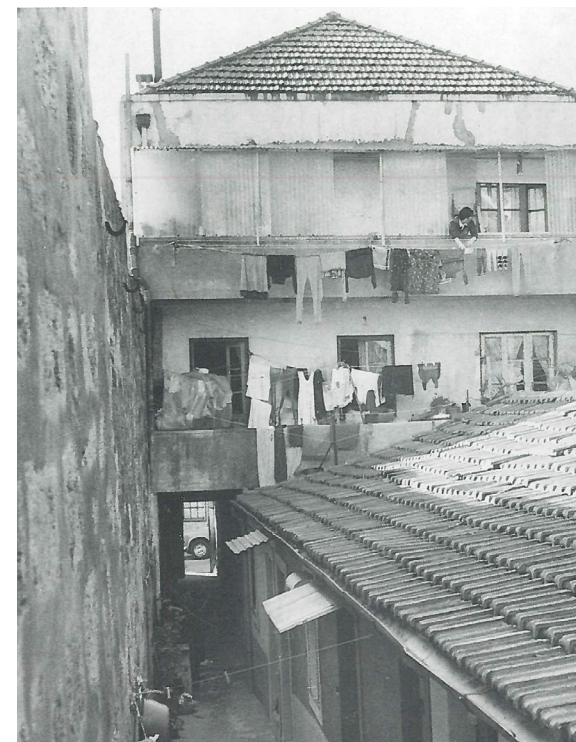


Fig.83 Siza Vieira, Bairro da Bouça, 2004-2006
Manuel C. Teixeira, “ilha” em S.Víctor
- percursos semi-privados do projecto de Siza e das “ilhas”

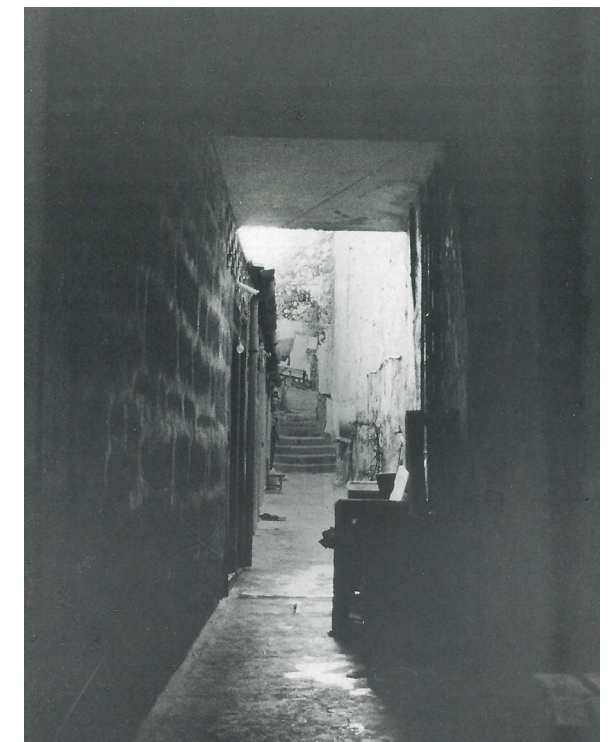
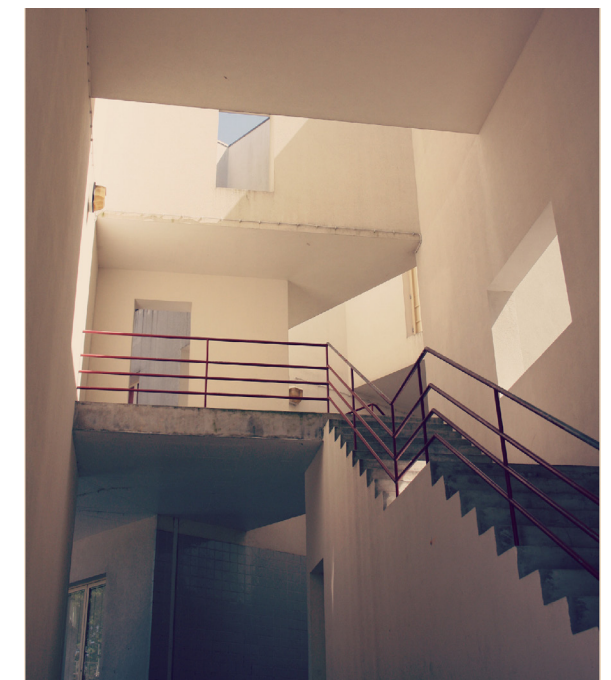


Fig.84 Siza Vieira, Bairro da Bouça, 2004-2006
Manuel C. Teixeira, “ilha” em S.Víctor
- ênfase da luz e da sombra na Bouça

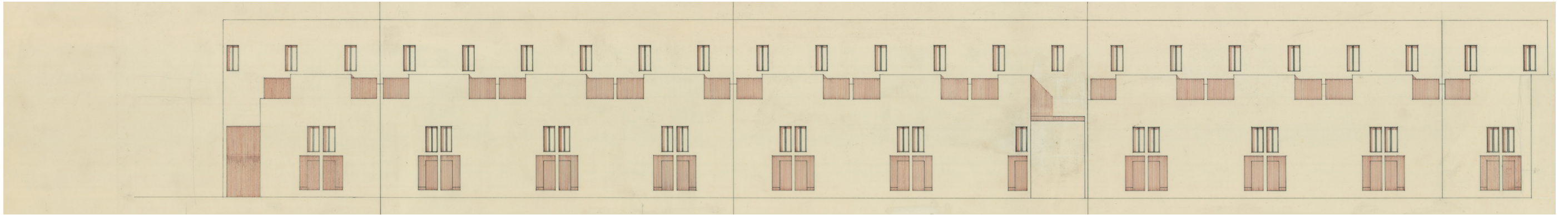


Fig.85 Siza Vieira, alçados do projecto da Bouça, 1973-1977 - fachada mais planimétrica, mais relacionada com a linguagem do Movimento Moderno



Fig.87 Inquérito à Arquitectura Popular no Minho, 1961
- Proeminência da presença das escadas no acesso às habitações rurais

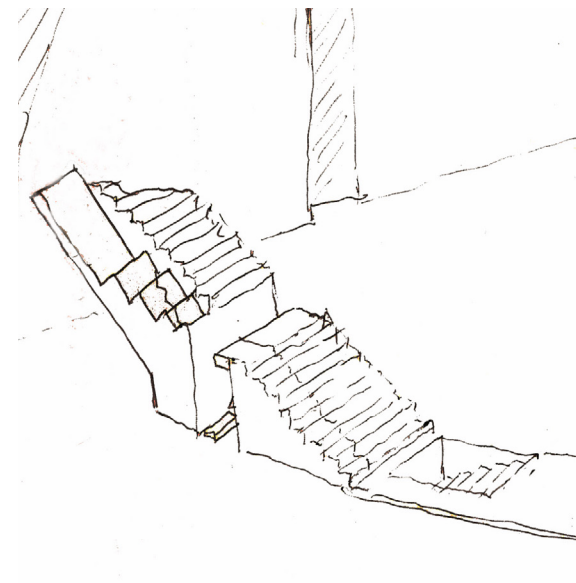
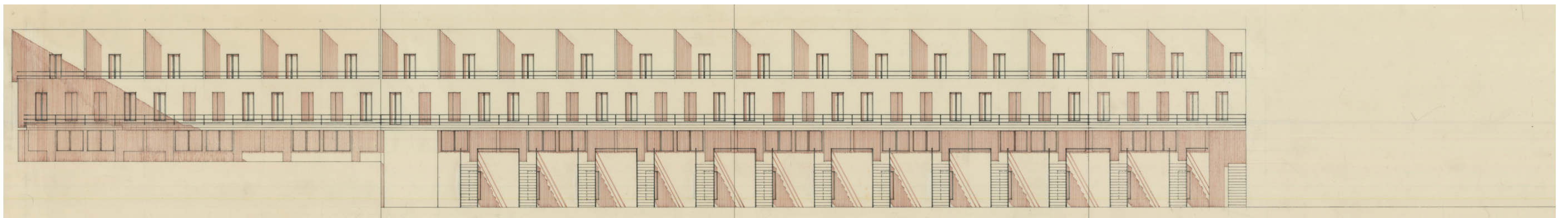


Fig.88 Esquisso de Siza Vieira para um monumento em homenagem à Associação de Moradores da Bouça, 1976

A enfatização das unidades, conseguida pelas paredes que separam as varandas dos quartos dos últimos pisos e pela presença das escadas no pátio central, não só atribuem um ritmo incisivo e mecânico, semelhante ao que poderia ser uma linguagem capaz de expressar o modo de vida da classe operária, como também é metáfora da integração do proletariado na vida da cidade. Fig.85 Fig.86 A inclusão das escadas para aceder às áreas comuns recordam o trabalho do Inquérito, mais precisamente a importância destes elementos como percurso cerimonial para a entrada na casa rural, usados também como local de paragem e de convívio entre membros da comunidade. Fig.87 Fig.88

Fig.86 Siza Vieira, alçados do projecto da Bouça, 1973-1977 - fachada mais densa e preenchida, recorda a arquitectura popular



Locationally, there were two main types of “ilhas”: “Ilhas” in the built-up areas developed in the first decades of the nineteenth century; and “ilhas” built in areas of Oporto that for some reason were still vacant in the second half of the century. In the first case, the largest group in Oporto, the “ilhas” were predominantly built in the back gardens of middle-class properties. In the second case, the construction of “ilhas” gave these areas an unmistakable working-class character.⁷⁰

A participação e debate de ideias com os moradores durante o processo SAAL, juntamente com o envolvimento da Escola no levantamento de vários núcleos de “ilhas” no Porto, conduziu ao reconhecimento da sua preponderância enquanto tipologia fundamental para a estrutura e história da cidade e também para a identidade dos seus moradores. Em S. Vítor, estes elementos apresentam-se em quantidade numerosa nos logradouros das casas burguesas, devido à localização desta zona numa área que, durante vários anos do século XIX se manteve desocupada e, portanto, o ambiente gerado pela presença da classe trabalhadora tornou-se próprio do lugar. **Fig.89**

Neste sentido, e incluindo a vontade dos moradores em manter o local de residência, Siza optou por uma estratégia urbanística que consistia em recuperar as unidades e garantir melhores condições de salubridade, preencher os terrenos vazios com novas habitações, mas operando com os vestígios da anterior presença das “ilhas”, símbolos e reminiscências da permanência da classe trabalhadora neste local. **Fig.90** No entanto, era também importante atender à integração dos moradores na cidade, uma vez que a disposição destes núcleos no interior dos quarteirões contribuía para o isolamento da classe trabalhadora. Tornou-se necessário desenhar opções de atravessamento dos quarteirões, de conexão às estruturas urbanas existentes, através de percursos estreitos, com escalas contidas, isto é, de morfologia semelhante aos corredores das “ilhas”; por entre os vãos reminiscentes das ruínas e os vestígios dos seus muros, criando espaços de convívio e de circulação, integrados no tecido circundante. **Fig.91**

70 TEIXEIRA, Manuel C. “The Development of 19th century working-class housing – The “ilhas” in Oporto, Portugal”, Architectural Association School of Architecture, 1988. p.187

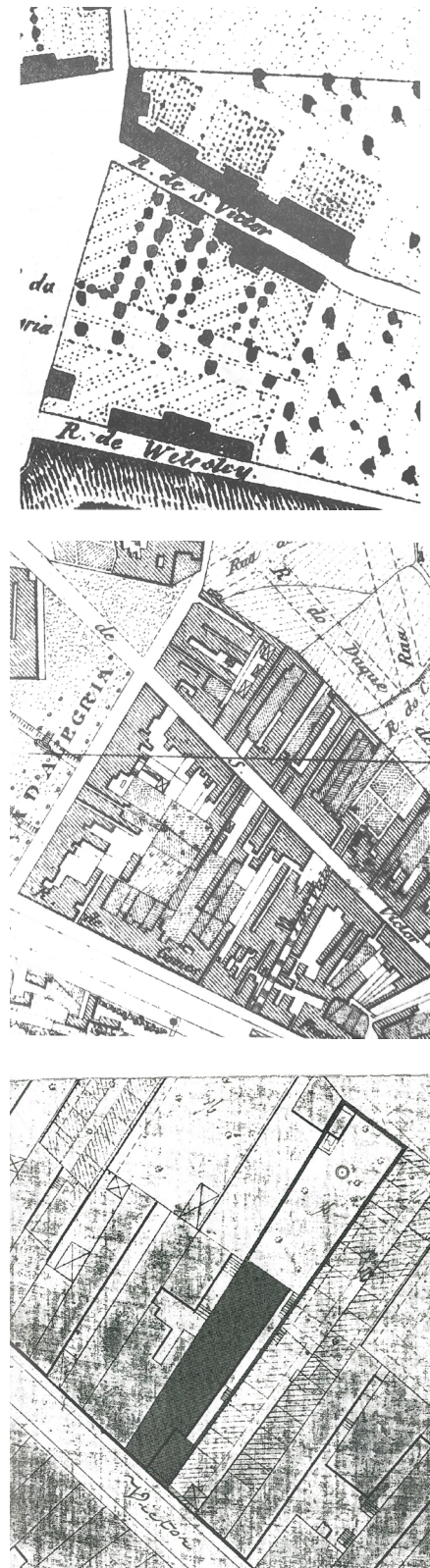


Fig.89 A zona de S.Vítor em 1865 e em 1892 - expansão da ocupação das “ilhas”

Esta intervenção foi resultado de um processo complexo que envolveu o estudo das condições das habitações existentes, jogando com a possibilidade de agrupamento de unidades ou de acrescento de um piso superior, para aumentar a área interna; e ainda a análise das paredes que ofereciam possibilidades de restauro e das potencialidades dos terrenos livres. Tratou-se de uma intervenção cirúrgica na malha existente, que envolveu a recuperação de edifícios e da circunscrição de novos volumes entre as ruínas, como no caso da “Sra das Dores”.

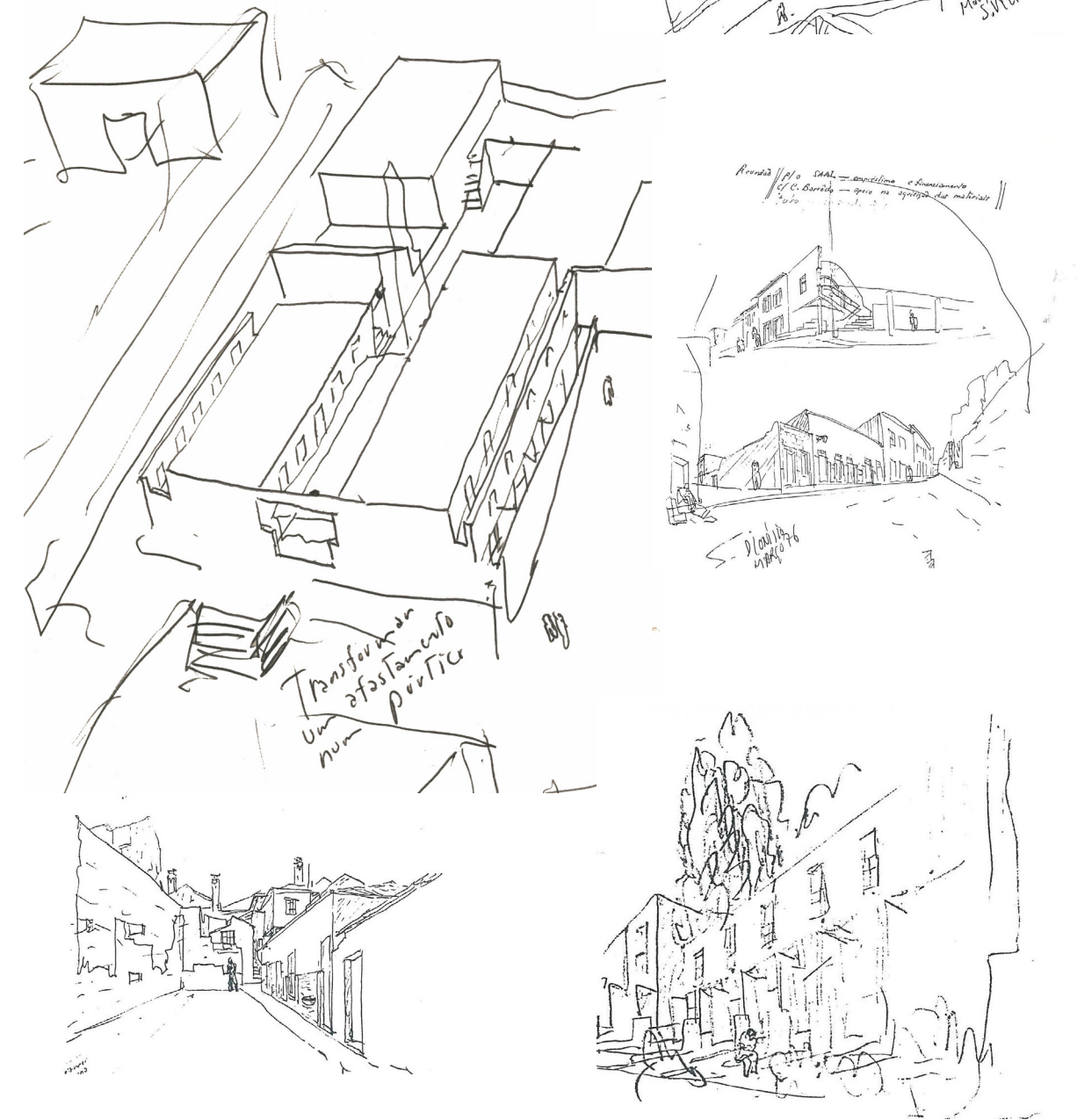


Fig.90 Esquissos de Siza Vieira para S. Vítor, 1974-1976 - Possibilidades de desenho para manter as reminiscências das “ilhas”: pórticos, muros e redesenho dos edifícios pré-existent

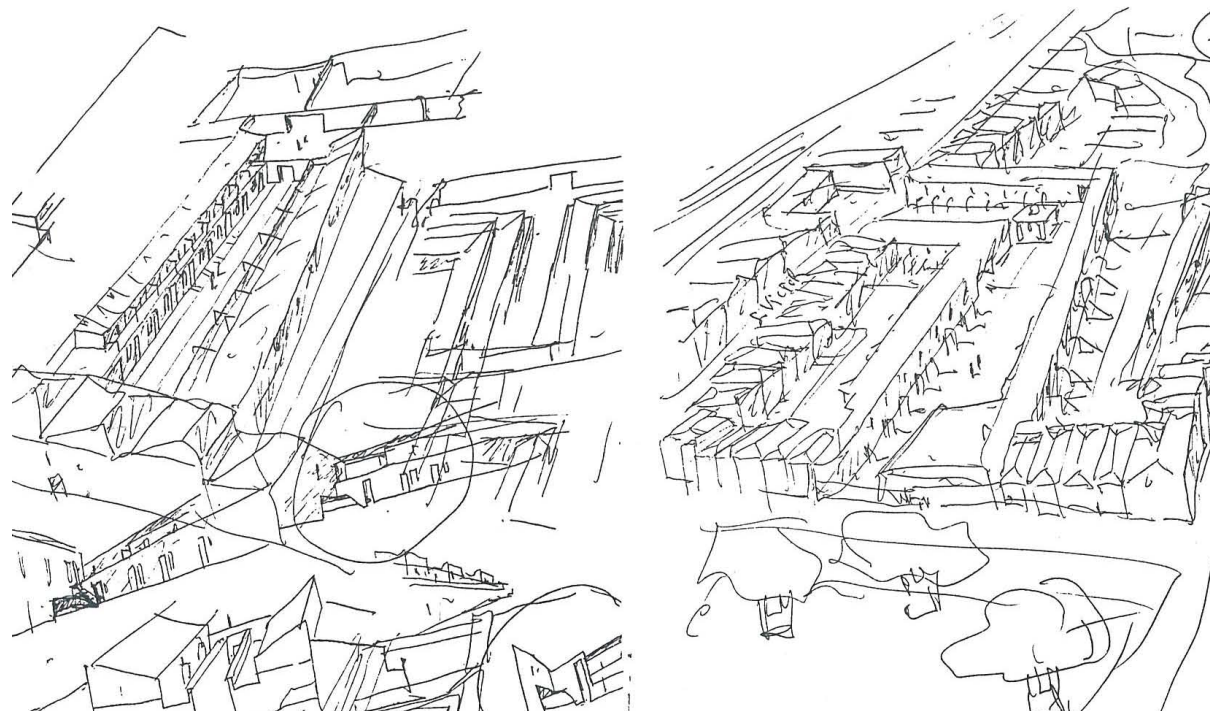


Fig.92 Siza Vieira, bloco da “Srª das Dores”, 1974-1976
- desenho das zonas de transição entre o interior e exterior



Fig.93 Inquérito à Arquitectura Popular no Minho, 1961 -
tratamento das zonas de transição na habitação vernacular

No bloco da “Srª das Dores” (correspondente a a1)⁷¹, Siza optou por conceber um projecto com volumetria e linguagem modernas, mas respeitou a escala das construções populares e atribuiu somente dois pisos às habitações. Também o desenho dos espaços de transição, momentos de luz e de sombra, configurados na extracção de volume nas fachadas Fig.92 e no desenho das varandas, são elementos que a concretização do Inquérito tinha revelado como imprescindíveis nas construções populares portuguesas, consequência do meio e das condições meteorológicas mediterrâneas. Este cuidado no tratamento da passagem do interior para o exterior Fig.93, está também presente no projecto da Bouça, mais precisamente na individualização das entradas do terceiro piso do pátio central e nas varandas.

(...) the dwelling was internally partitioned into a living-room which doubled as a sleeping-room, a small sleeping room or alcove, and a kitchen⁷²

Nos interiores do bloco da “Sra das Dores”, na recuperação das unidades de “S.Dionísio” (correspondente a c2)⁷³ e também nos fogos desenhados para o “Bairro da Bouça”, a tipologia das “ilhas” é reinterpretada, mantendo a conexão do espaço da sala com o exterior, assim

71 Ver p.105

72 TEIXEIRA, Manuel C. “The Development of 19th century working-class housing – The “ilhas” in Oporto, Portugal”, Architectural Association School of Architecture, 1988. p.185

73 Ver p.105

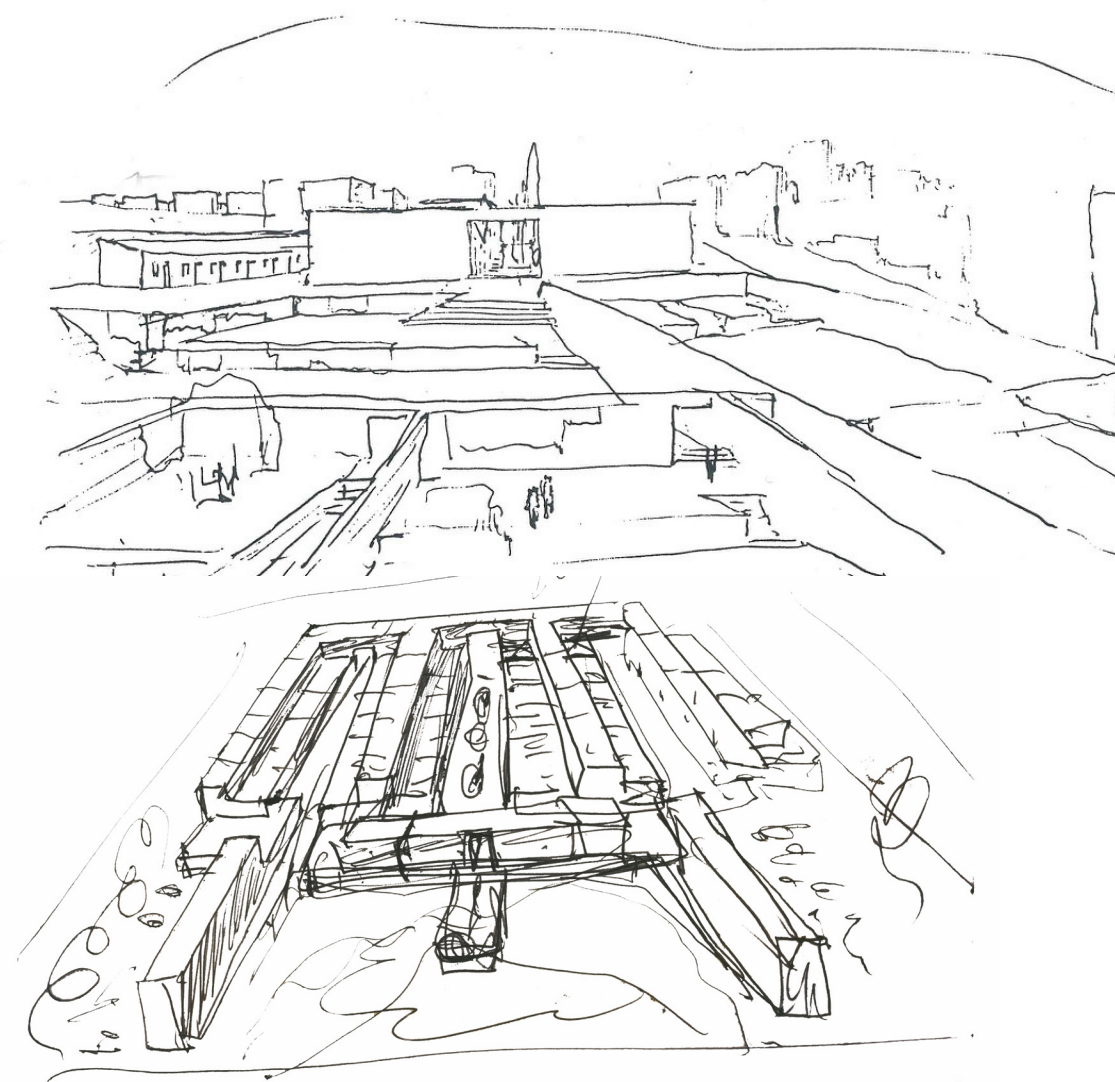


Fig.91 Esquissos de Siza Vieira para S. Víctor, 1974-1976 -Possibilidades de desenho para o espaço público e de conexão das “ilhas” à cidade

como a existência de um quarto no piso correspondente à utilização diurna, também este mais próximo do espaço público e da zona comum da casa. Nas habitações da “Sra das Dores”, o quarto dispõe de uma janela que permite a visibilidade do espaço semi-privado que antecede a entrada na casa. Na “Rua de S.Dionísio” e no “Bairro da Bouça” conjuga-se a possibilidade de este compartimento abrir-se para o corredor exterior contíguo às fachadas e de carácter mais pessoal, que na Bouça se materializa na galeria de distribuição do terceiro piso. O desenho de um quarto mais exposto às zonas de convívio da casa e a hipótese da sua ligação ao exterior Fig.94 demonstra a capacidade de Siza em adaptar os modelos das unidades do Movimento Moderno, divididas em funções nocturnas e diurnas, ao modo de habitar do utente em questão, cujas necessidades de privacidade não eram as mais rígidas, uma vez que os moradores das “ilhas” estavam familiarizados com a vida em comunidade.

A cozinha é das dependências de maior importância na arquitectura popular, principalmente nas “ilhas”, cuja cultura e desenvolvimento era ainda marcadamente rural, facto que conduziu Siza a dedicar mais empenho no desenho deste compartimento, nos projectos do processo SAAL. Na recuperação das unidades convertidas em estúdio, o interior da “ilha” é reformulado a partir da cozinha Fig.95, sendo considerada o ponto central da reorganização do espaço, que delimita a zona comum e distingue-a da área

Fig.95 Siza Vieira, unidades de “S.Dionísio”, em S.Víctor, 1974-1976 - a centralidade da cozinha e a localização do quarto

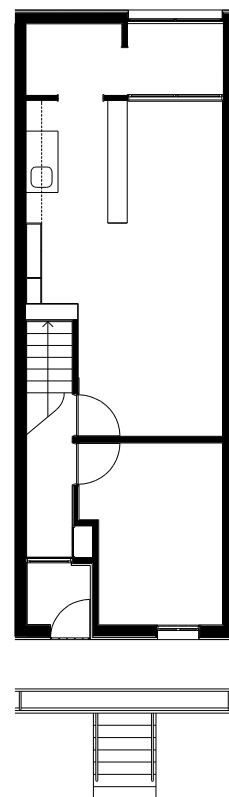
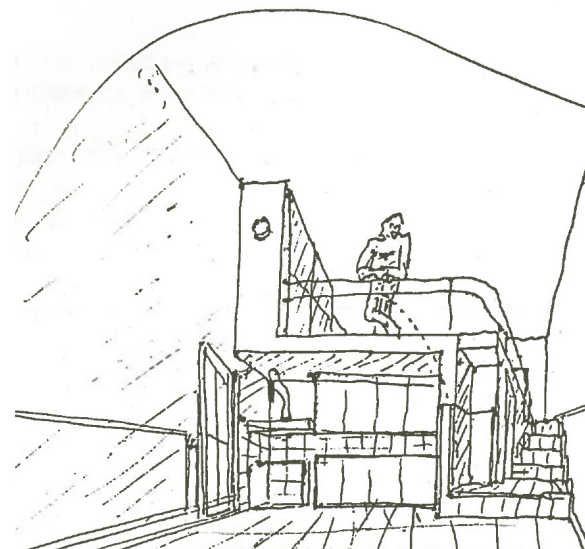
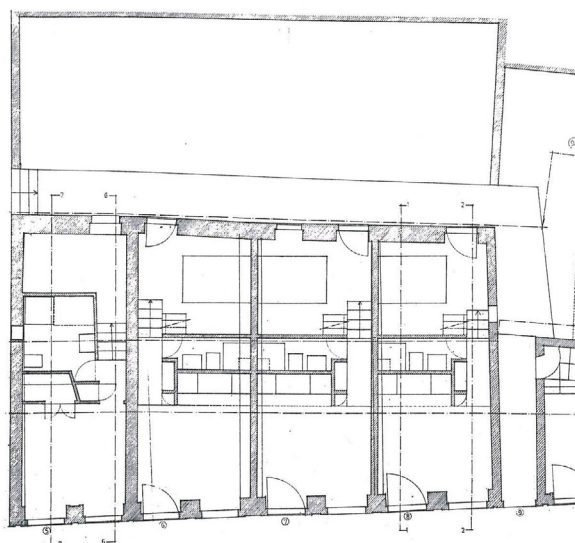


Fig.94 Siza Vieira, Bairro da Bouça, 1973-2006 - quarto junto à galeria

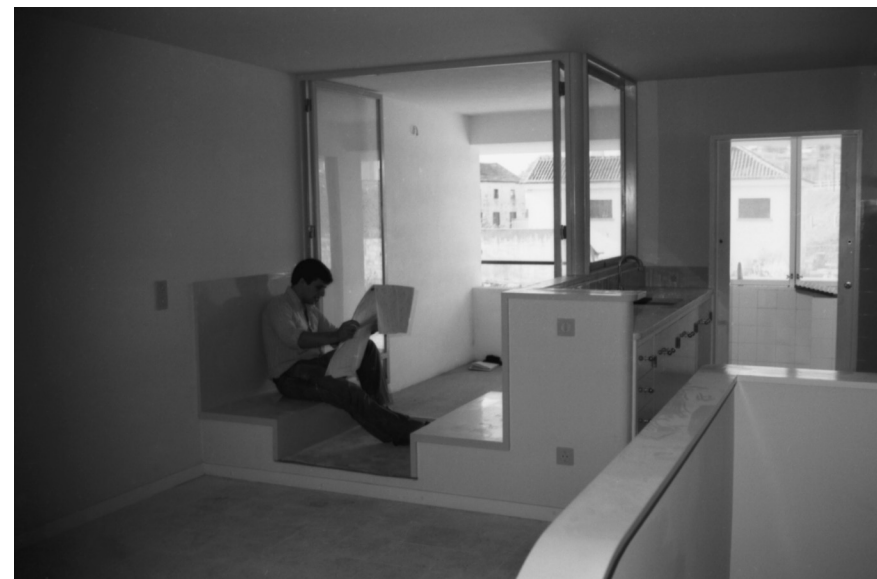


Fig.96 Siza Vieira, habitações da Bouça, 1977 - desenho do espaço de reunião da casa

privada, permitindo a distribuição das restantes dependências em meios-pisos. Ainda que, nos interiores sejam empregues algumas técnicas modernas para suprir as dificuldades impostas pelos condicionalismos das áreas reduzidas, como é o caso do mezanino, a localização da cozinha no centro da habitação demonstra a sua importância no dia-a-dia dos seus utentes.

Nos desenhos para as unidades da “Sra das Dores”, a cozinha é conjugada com a escada e os arrumos são colocados no espaço sobrance, situado na parte inferior deste acesso. Na Bouça as cozinhas das unidades que ocupam o terceiro e quarto pisos assemelham-se à descrição anterior, excepto pela maior proximidade que mantêm com o espaço exterior ou com a varanda, e pelo espaço de reunião que Siza desenha na continuidade do balcão de apoio da cozinha Fig.96 assemelhando-se um pouco ao “core” que se procurava no CIAM, ao espaço de reunião familiar, simbolizado pela zona do fogo na arquitectura popular do Inquérito. Fig.98

Dado que, uma das estratégias da operação de S.Víctor consistiu na recuperação das estruturas existentes, nas unidades de “S.Dionísio” foram mantidas as arquitraves das fachadas e os rodapés de pedra das construções anteriores, ambos no seu estado naturalmente desgastado pelo tempo. Fig.97 Por outro lado, na “Sra das Dores” e no “Bairro da Bouça”, o desenho dos pormenores construtivos é realizado sem os constrangimentos de estruturas precedentes. Contudo, Siza mantém a verticalidade das

Fig.97 Siza Vieira, operação de S.Víctor, 1973-1976 - fachada das habitações na rua “S.Dionísio”



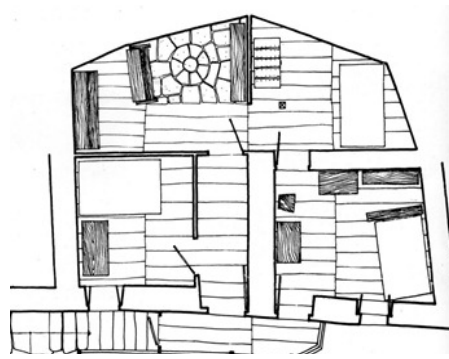


Fig.98 Planta de uma habitação vernacular, Inquérito à Arquitectura Popular em Trás-os-Montes e Alto Douro, 1961. Le Corbusier, "Maison de week-end", La Celle-Saint-Cloud, França, 1934 - centralidade da zona de fogo na habitação, enquanto local de reunião

janelas, típica da arquitectura portuense, ao invés de empregar a horizontalidade dos vãos modernos. Na pormenorização é igualmente visível esta preocupação em evocar as técnicas de construção da cultura portuguesa, na utilização do caixilho em guilhotina em S.Víctor e na divisão reticulada do vidro, que também permitia economizar a construção.

Na Bouça, a espessura da pormenorização dos caixilhos, a presença de portadas que permitem que o utente manobre a iluminação do espaço interior e o contacto com o exterior, são pormenores que relembram a arquitectura popular catalogada no Inquérito, na qual as casas também ofereciam opções diversificadas de manipulação deste elementos. Estas ideias estavam presentes também nas estratégias de outros arquitectos que emergiram com a crise do Movimento Moderno. Fig.99

Para Siza, a noção de transformação em arquitectura implica um vasto e complexo campo de acção, cujo raio vai da modificação ditada pelas circunstâncias (e logo orgânica) dos modelos racionais esquemáticos recebidos em herança, às sucessivas transformações físicas de um contexto concreto urbano ou rural através de uma intervenção específica.⁷⁴

74 VIEIRA, Siza; cit. por FRAMPTON, Kenneth "Profesión poética – Profissão poética, Álvaro Siza Vieira", trad. Santiago Castán...[et al.]; Barcelona, Gustavo Gili., 1988. p.10



Fig.99 Siza Vieira, operação de S.Víctor, 1973-1976. Barragán, "Casa-estúdio Luis Barragán", Cidade do México, 1948 - a reinterpretação da arquitectura popular na pormenorização



Fig.100 Siza Vieira, 1974-1976 - Pormenor sobre o confronto

A reinterpretação das "ilhas" enquanto elemento fundamental da organização da cidade, foi diversificadamente formalizada no trabalho de Siza. Na Bouça, e tendo a oportunidade de planear um projecto de habitação num terreno livre, providenciado pelo Fundo de Fomento de Habitação, o arquitecto readapta as "ilhas" à escala urbana. O projecto integra esta morfologia no ambiente urbano, através da sua conjugação com os modelos Modernos do ante-guerra, estendendo o interior do quarteirão à cidade e permitindo o seu atravessamento.

Na operação de S. Víctor, o processo densifica-se porque é iniciado a partir de estruturas já existentes e do confronto dos seus fragmentos com novos edifícios. A morfologia das "ilhas" é mantida e a estas é sobreposta uma malha que redesenha a conexão destes núcleos às estruturas urbanas, pelo aproveitamento das ruínas e vestígios da ocupação anterior. No bloco da "Sra das Dores", o edifício surge entre as ruínas e contrasta com a rugosidade dos muros, pela planimetria presente nas suas paredes e pela inserção no espaço, que reaproveita os vestígios para conformar os espaços exteriores.

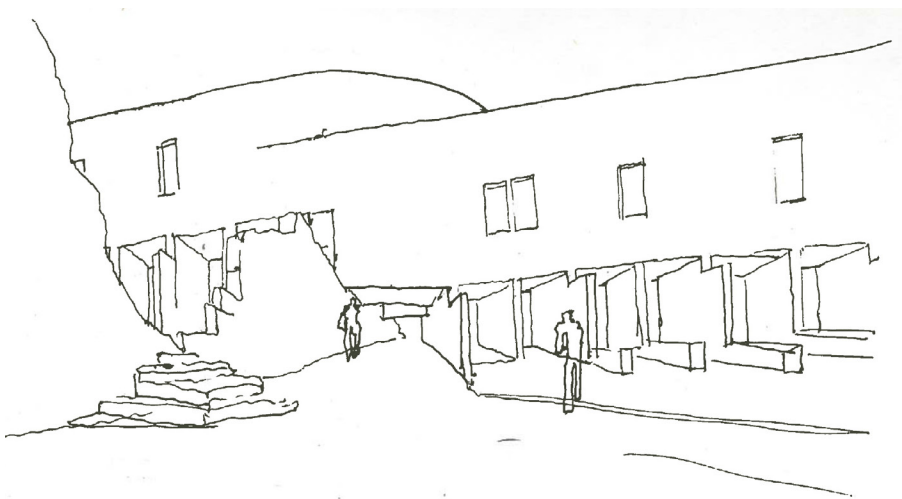
O estudo para a Bouça foi idealizado pelo

arquitecto, com base na sua capacidade crítica e autonomia, de que resulta um projecto excepção na malha urbana, que conjuga a realidade com uma idealização, uma morfologia vernacular com um modelo Moderno. Na operação de S. Víctor, ambicionou-se tornar o debate mais complexo, através da oposição de opiniões entre arquitecto e moradores, partindo do confronto entre a realidade e o desenho, para a reformulação de ambos. A operação de S. Víctor simula a complexificação e o crescimento da cidade, que se constrói na coexistência de tempos diferentes, na contradição de ideias e de necessidades, pela sobreposição e oposição de fragmentos. Fig.100



O método para a edificação da habitação social

(...) o controlo das zonas degradadas deverá caber às populações que habitam, no sentido de apropriação e recuperação, controlo que, logo à partida, deverá necessariamente ser alargado à própria cidade e à sua envolvente.⁷⁵



V Foto da cortesia de Fernando Cardoso, membro da Associação de Moradores da Bouça, 1976

VI Álvaro Siza Vieira, Esquisto para o bloco da Nossa Srª das Dores , 1975

A.1

Contributos dos Team X, de John Turner, Henri Lefebvre e da iniciativa INA CASA

A realização dos últimos CIAM e a apresentação dos respectivos trabalhos foram influentes e pioneiros no percurso disciplinar de vários arquitectos, preocupados em desenvolver uma prática socialmente informada e morfológica-mente conhecedora, adequada às prioridades da edificação da habitação social.

Após o fim dos CIAM, os TEAM X empenhar-se-iam na revisão e na reorientação teórica e prática dos preceitos Modernos do pós-guerra. Deste grupo faziam parte Jacob Bakema, de quem dependia a gestão do trabalho a realizar, os britânicos Alison e Peter Smithson, o francês Geroge Candilis, o italiano Giancarlo di Carlo e o holandês Aldo van Eyck, arquitectos participantes nos últimos debates dos Congresso Internacionais. Conscientes da necessidade de explorar novos métodos, capazes de facultar um trabalho mais inclusivo e adaptável aos utentes, o grupo iria desenvolver experiências permeáveis à mudança, através da autoconstrução e da extensão do interior, designadamente no projecto desenvolvido pelos Smithson para o “Golden Lane Housing Competition” **Fig.101** e do confronto da participação dos moradores com a capacidade crítica do arquitecto, na construção do projecto “Villagio Matteotti” de Giancarlo di Carlo. **Fig.102** Os TEAM X actuavam a partir do real, da observação das características de determinadas circunstâncias, da recolha de factores culturais e condicionalismos locais, para os confrontar com novas soluções, que visavam outras estratégias de projecto, mais integradas e ajustáveis.

*Entre los conceptos propuestos por el concurso estaban la racionalización, modulación, tipificación, crecimiento progresivo, flexibilidad y función.*⁷⁶

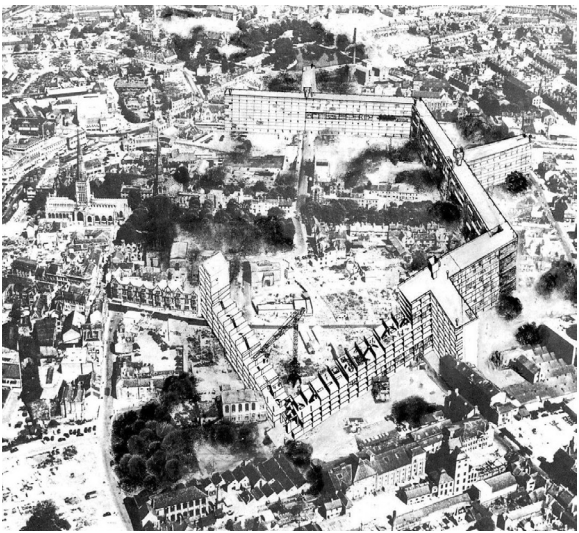


Fig.101 Alison e Peter Smithson, “Golden Lane Housing Competition”, 1952

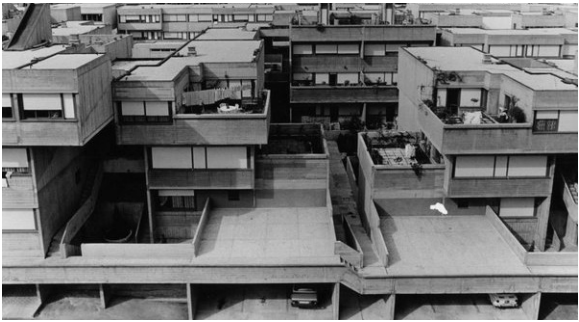


Fig.102 Giancarlo di Carlo, “Villagio Matteotti”, Itália 1975

76 VIEIRA, Álvaro Siza, “Linha de acção dos técnicos enquanto técnicos” in “A Questão do Alojamento 1”, Jornal de Arquitectos, nº204. Lisboa, 2002. p.17

76 HUIDOBRO, Fernando García; TORRITI, Diego Torres;

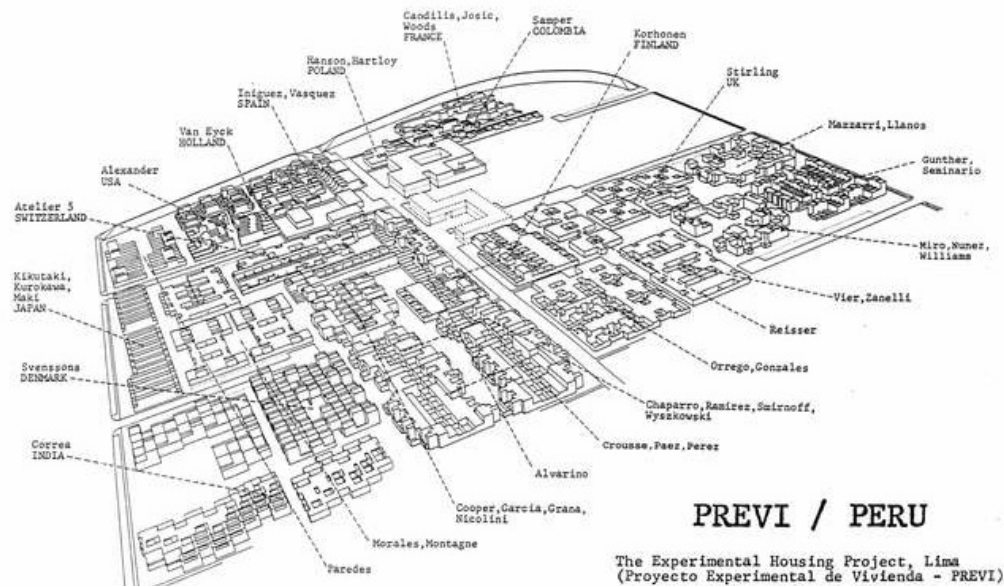


Fig.103 Projeto “Previ” em Lima, Peru, 1968

Um pouco por toda a Europa, aprofundou-se o desenvolvimento destas práticas, mas rapidamente se alargaram para países em rápido desenvolvimento e crescimento demográfico, onde estas necessidades eram ainda mais prementes, como no caso do Peru, onde se iniciou o concurso “Proyecto Piloto 1 del PREVI”⁷⁷, em Lima. Desta acção surgiu um plano que apontava, inicialmente, a construção de 1500 habitações, das quais apenas um conjunto de 500 foi construído, correspondentes a 26 propostas de diferentes equipas que deveriam analisar a consequência das construções espontâneas da cidade, explorar as oportunidades dos métodos de auto-construção e soluções baseadas em propostas urbanísticas de alta densidade, tirando partido da casa pátio e de hipóteses de evolução da habitação. Fig.103 Esta experiência estaria entre as referências mais influentes para Nuno Portas, na formulação da proposta para a “Habitação Evolutiva”⁷⁸, apoiada em premissas semelhantes ao projecto PREVI.

*In housing for instance, local autonomy and direct or indirect dweller-control depend on the availability of appropriate tools and materials (or technology), of land and finance. In general, the accessibility of these basic resources is a function of law and its administration, and there, in turn are functions of central authority.*⁷⁹

John Turner, por exemplo, também partiu para o Peru enquanto assistente de construções-piloto, escolas básicas e novas povoações, edificadas pela população local. Do seu contributo nestas experiências, o arquitecto concluiria os benefícios da colaboração comum dos utentes, permitindo a autonomização das iniciativas destes indivíduos, face aos impedimentos governamentais e ao natural desenvolvimento das habitações, em simultaneidade com a evolução dos meios dos utentes.

No entanto, Turner destacava a importância de organizar o processo por planeamento, construção e manutenção, sendo que esta última era da responsabilidade da administração dos bairros e incluía a gestão e evolução dos fogos, enquanto que a primeira deveria ser da autoria do arquitecto e consistia no desenho das infra-estruturas básicas como saneamento, espaços

públicos e áreas verdes. Quanto à localização das habitações, apoiava que a população deveria ter acesso facilitado aos equipamentos, mantendo uma certa proximidade física com as casas, de modo a evitar que os utentes despendessem as suas economias em deslocações de transportes ou rendas elevadas, derivadas de projectos mais complexos ou de acabamentos de custo mais alto.

*Devassar uma intimidade destas tem muito mais de íntimo porque em tudo perdura o ar do seu dono.*⁸⁰

Outras disciplinas, como a filosofia, debruçaram-se sobre o estudo da identidade dos habitantes e na influência do meio urbano e da casa, como extensão natural destes indivíduos. Entre os trabalhos mais influentes para o SAAL, apontamos “O Direito à Cidade” de Henri Lefebvre. Este autor, após ter desenvolvido um tema sobre a preponderância da casa unifamiliar rural, interessou-se em justificar a preferência generalizada da população por habitações unifamiliares, ao invés dos edifícios multifamiliares. A teoria de Lefebvre defendia que o espaço doméstico das primeiras dava margem à conjugação da socialização com a individualização, que implicava a possibilidade de apropriação da casa pelo habitante. Esta hipótese incluía a construção de espaços flexíveis, tanto em circunstâncias privadas como públicas, na medida em que as qualidades habitacionais não advinham da qualidade formal e geométrica da casa, mas da oportunidade de apropriação da mesma. O trabalho desenvolvido por Octávio Lixa Filgueiras e Arnaldo Araújo no Inquérito à Arquitectura Popular, tinha também evidenciado a importância do reflexo do indivíduo no espaço habitacional.

Nos projectos de Siza Vieira para o SAAL, os espaços não são materialmente flexíveis, no sentido em que não se comportam como ferramentas maleáveis ou de interacção com o utente, mas o arquitecto dá margem para a apropriação, tanto na quantidade de arrumos que disponibiliza no interior, como na extensão das zonas de convívio para o exterior e individualização das entradas, com determinados detalhes que incentivam a caracterização destes espaços por

parte do utente, como canteiros, bancos, etc. No entanto, Siza não dispensa a qualidade formal e espacial das habitações, nem anula o desenho pela necessidade de apropriação e flexibilidade, aspecto que é notório tanto no desenho dos espaços interiores como exteriores ⁸¹.

*Só a vida social, a praxis, na sua capacidade global, possuiriam a capacidade de criar formas e relações novas.*⁸²

Mas Lefebvre estende a compreensão do habitante aos espaços exteriores e afirma que a cidade é uma projecção da sociedade, das classes sociais mais influentes sobre o território e das estratégias políticas, tratando-se de um sistema em mutação que corresponde ao dia-a-dia dos cidadãos e que exige o entendimento de todas as suas contradições. O ambiente urbano é a conjugação das suas diferenças, causadas por desenvolvimentos e modos de vida díspares. Neste sentido, o filósofo propõe que a orientação da arquitectura da habitação fosse da iniciativa dos interessados, de modo a desviar a influência dos poderes dominantes sobre esta, pois acreditava que a prática disciplinar da arquitectura não era capaz de restringir o campo de possibilidades, sem ser pré-determinada. Era também marcadamente importante o envolvimento dos moradores, para a apropriação das suas futuras casas, sobrepondo a ideia de consumo pelo valor do uso.⁸³

*A tradição cultural italiana, fortemente enraizada no significado histórico dos aglomerados e dos tecidos urbanos, fez com que um conjunto de preocupações relativas à inserção nos tecidos históricos, à manutenção da especificidade cultural das comunidades a realojar, e à própria identidade cultural da imagem arquitectónica, estivessem presentes na normativa que enquadrava o programa.*⁸⁴

TUGAS, Nicolás - PREVI Lima: 35 años después in Revista ARQ, n 59, p. 72

77 HUIDOBRO, Fernando García; TORRITI, Diego Torres; TUGAS, Nicolás - PREVI Lima: 35 años después in Revista ARQ, n 59, p. 72.

78 PORTAS, Nuno; DIAS, Francisco Silva. “Habitação Evolutiva” in “Arquitectura(s) Teoria e Desenho, Investigação e Projecto”, Porto: FAUP publicações, 2005. P.173

79 TURNER, John F.C. “Housing By People: towards autonomy in building environments”, introd. by Colin Ward. New York : Marion Boyars, cop. 1991. p.17

80 “Arquitectura Popular em Portugal”, 2ª edição, Lisboa: Associação Arquitectos Portugueses, 1980. p.124

81 Ver capítulo sobre “A Arquitectura Popular no Movimento Moderno”

82 BANDEIRINHA, José António. “O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974”. Coimbra: EDARQ, 2007. p.39

83 Ibidem, p.41

84 Ibidem, p.55

O programa INA CASA foi de uma iniciativa italiana que possibilitou a construção de 30 000 habitações para os trabalhadores e proporcionou um momento de inovação tipológica, durante dois períodos de sete anos. O programa visava a reinterpretação da linguagem popular nos projectos, sem por isso menosprezar ou diminuir a capacidade crítica e a autoria do arquitecto. As obras reinventam a disposição orgânica das construções vernaculares, adoptam as janelas verticais e são empregues materiais locais e técnicas artesanais, como o uso do ferro forjado. Esta iniciativa aproximou-se ao movimento do “Neo-Realismo”⁸⁵ e foi uma forte influência para o trabalho desenvolvido no SAAL Norte. Entre alguns projectos destacam-se o complexo residencial “Tiburtino”, em Roma, de Ludovico Quaroni, Mario Ridolfi, e de outros colaboradores Fig.104 e ainda, o “Forte Quezzi”, em Génova, de Luigi Carlo Daneri Fig.105.

Tanto o trabalho de John Turner⁸⁶ no Peru, como o “Direito à Cidade”⁸⁷, de Lefebvre, iriam influenciar a formulação das propostas de Nuno Portas para “A Habitação Evolutiva”⁸⁸ e para o “Despacho SAAL”⁸⁹, nomeadamente na procura de estratégias que permitissem autonomizar a construção dos projectos habitacionais, relativamente às decisões governamentais. Em a “Habitação Evolutiva”, Nuno Portas propõe a possibilidade de inclusão da autoconstrução⁹⁰,

85 “Talvez pelos mais próximos desejos de contaminação cultural, como o cinema ou a literatura, frequentemente se apelidam estas intervenções como a expressão do neo-realismo arquitectónico. Mas não nos podemos esquecer que elas representam também o ensino populista de, finalmente, lograr a penetração da arquitectura erudita no seio do gosto das populações a servir, (...)” in Ibidem

86 TURNER, John F.C. “Housing By People: towards autonomy in building environments”, introd. by Colin Ward. New York : Marion Boyars, cop. 1991.

87 LEFEBVRE, Henri; “O Direito à Cidade”, trad: Rubens Eduardo Frias, 5ª edição, Centauro Editora, 2008

88 PORTAS, Nuno; DIAS, Francisco Silva. “Habitação Evolutiva” in “Arquitectura(s) Teoria e Desenho, Investigação e Projecto”, Porto: FAUP publicações, 2005. P.173

89 in “Livro branco do SAAL / Serviço de Apoio Ambulatório Local : 1974-1976.” [S.l.] : Conselho Nacional do SAAL, 1976. p.61

90 “No entanto, os esquemas evolutivos de habitação não



Fig.104 Ludovico Quaroni, Mario Ridolfi, Complexo habitacional “Tiburtino”, Roma, Itália, 1950

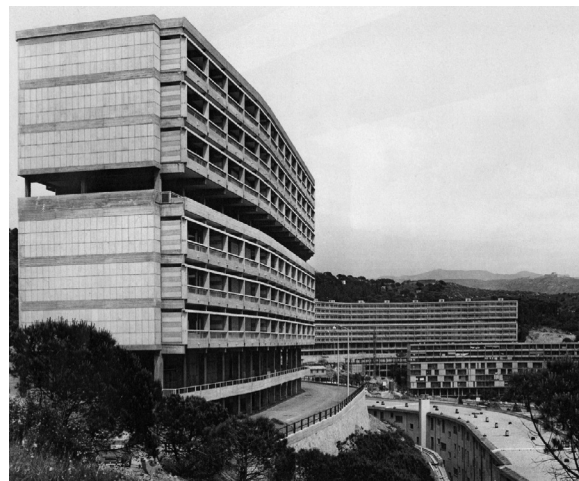


Fig.105 Luigi Carlo Daneri, “ Forte Quezzi”, Génova, Itália, 1956-1968

o investimento de parte dos recursos das populações e o planeamento da possível evolução das habitações, a partir da influência física do factor “tempo”⁹¹, aproximando esta ideia à experiência de John Turner. No “Despacho SAAL”, o arquitecto propõe também que a iniciativa da construção de habitação para a classe trabalhadora partisse dos próprios interessados ⁹², dando lugar à organização social da procura e à participação no debate dos projectos, como modo de apropriação das futuras casas pelos utentes, à semelhança do que Henri Lefebvre defendia no tema do “Direito à Cidade”.

implicam uma fórmula de autoconstrução, embora a admitam, como admitem fórmulas evoluídas do ponto de vista de organização e tecnologia, não incompatíveis, elas também, com a participação, em iniciativa e recursos latentes.” in PORTAS, Nuno; DIAS, Francisco Silva. “Habitação Evolutiva” in “Arquitectura(s) Teoria e Desenho, Investigação e Projecto”, Porto: FAUP publicações, 2005. p.174

91 “Assim, a única contribuição que ao problema podem dar os esquemas residenciais tratados neste estudo é o aumento da adaptividade às condições reais, na medida em que introduzem a noção de processo, ou o factor tempo, nas estruturas físicas do habitat.” in Idem. P.173

92 “Daqui decorrer que os tipos de operação a realizar não podem ser estabelecidos a priori. Serão o resultado, por um lado, das opções e prioridades definidas pelas próprias populações, e por outro das suas capacidades de organização, produção e reivindicação e dos apoios exteriores que possam utilizar.” in Idem, p.62



Fig.106 Nuno Portas e Nuno Teotónio Pereira, Torre habitacional para o plano “Olivais-Norte”, 1958

Partindo da experiência do projecto para o bairro “Olivais-Norte” Fig.106 e da viagem a Itália com Nuno Teotónio Pereira, Nuno Portas redigiu a “Proposta para a Metodologia da Edificação da Habitação Social”. Nesta sugere a integração dos fenómenos sociais, enquanto aspectos preponderantes nas estratégias de conjugação da individualidade com a colectividade, para a definição da identidade cultural do habitante. Este método assemelha-se aos trabalhos dos TEAM X e da INA CASA, uma vez que ambos optaram por rever as novas técnicas e soluções arquitectónicas do Movimento Moderno, para as adequar e integrar na identidade local.

Neste sentido, Nuno Portas parte da “praxis”, da vida em si e dedica a parte inicial da sua proposta ao estudo do dia-a-dia da classe trabalhadora. Expõe a mudança do papel da mulher, que passa a contribuir monetariamente nos rendimentos da casa, desdobrando-se entre as tarefas domésticas e o emprego e as crianças que dispõem de espaços menos amplos para as suas actividades de lazer e de um reduzido tempo de acompanhamento, por parte dos pais. A estes factores adiciona-se ainda o acrescido isolamento em que as famílias viviam, na generalidade.

Entre os exemplos de habitação social referenciados na metodologia de Nuno Portas encontram-se projectos de Coderch, Alison e Peter Smithson, Bakema, Candillis, Giancarlo di Carlo e também exemplos do programa INA CASA. Estas propostas surgem no CODA devido à forma inovadora da disposição das unidades e da conjugação da habitação com as zonas de convívio, acessos, entradas, ou mesmo pelo desenho do interior da unidade, explorando diferentes hipóteses de disposição e conjugação dos espaços, fomentando diversificação nas relações pessoais.

B.1

Proposta para a Metodologia da Edificação da Habitação Social

A elaboração desta proposta por Nuno Portas deveu-se à sua vontade em contribuir para um processo de projecto mais informado, através da formulação de um método que permitisse abarcar todas as implicações envolvidas na construção de habitação social e a conscienciliar o arquitecto da possível consequência das suas escolhas. No Porto e em Lisboa, a conclusão de alguns edifícios tinha demonstrado vários aspectos negativos no dia-a-dia dos utentes, principalmente devido à falta de informação do arquitecto e consequente desadequação do uso das formas e tipos.

À semelhança do trabalho de Christopher Alexander, que se inicia com um processo científico de investigação, capaz de sustentar as escolhas do arquitecto e de questionar a sobrevalorização do desenho, enquanto ferramenta intuitiva⁹³, o trabalho de Nuno Portas inicia-se com uma análise das mudanças do dia-a-dia do indivíduo e com um esboço de possíveis tipologias de famílias, incluindo a relação da classe a que pertencem e o seu modo de vida. Seguidamente, é elaborado um pequeno esquema que propõe o reconhecimento de um conjunto de aspectos, anteriores ou paralelos ao desenho do projecto. Entre estes encontram-se a descrição sociológica, ou seja, as características do ambiente onde os moradores habitavam; as potencialidades de promoção de diferentes modelos; a estrutura da vida no lar e na comunidade; a capacidade de cooperação entre os indivíduos e a mobilidade demográfica e social.

O objectivo desta análise seria identificar as variações destes aspectos nos moradores de diferentes classes, como por exemplo, as relações interpessoais nas classes proletária e burguesa.

A primeira, devido à falta de meios económicos, ao peso da carga horária do trabalho e das dificuldades do seu dia-a-dia, vivia num meio de entreajuda e convívio comunitário, no sentido de embrandecer as durezas da sua rotina. Contrariamente à classe proletária, a burguesia, pela sua autonomia monetária e pelos meios que usufruía, apreciava a independência, o conforto individual e a privacidade.

É também enunciado o conjunto de limitações que até então não teriam permitido um estudo comprometido na análise dos factos determinantes na habitação social. Nestes incluem-se a especulação imobiliária, que por norma era um agente proeminente no planeamento urbano, os custos da habitação, ocupação dos solos e ainda, a definição de um conjunto de preconceitos que conduziria à formação de bairros de classe. O arquitecto refere também que, para a conclusão desta pesquisa, excluiu a influência do valor dos terrenos, apontando um conjunto de mudanças que teriam de ser concretizadas para a diminuição dos custos, com o intuito de permitir uma arquitectura de habitação que considerasse a inserção regional e nacional das comunidades, consoante o movimento pendular “casa-trabalho” e a “tradição ecológico-espacial”⁹⁴, para resolver o problema da densidade populacional.

*A consideração, em termos absolutos, do custo da construção, se é a mais cómoda, é também a mais abstracta – a sua ultrapassagem exige coragem e um imenso esforço de coordenação: (...) reforma da legislação urbanística e ligação com o planeamento, regional e urbano; fomento desassombrado dos organismos não-lucrativos e de autoconstrução e remodelação mecânica dos empréstimos ou aplicações de capitais estatais; organização metódica de estudos rigorosos sobre os factores de custo nos diferentes condicionalismos (...) consequente reforma da regulamentação da construção em vigor (...) o custo da burocracia, duplicação de serviços, (...)*⁹⁵

94 Termo utilizado por Nuno Portas

95 PORTAS, Nuno; “A Habitação Social – Proposta para a metodologia da sua arquitectura”. 1ª ed. - Porto : Faup Publicações, 2004. p.85

93 BANDEIRINHA, José António. “O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974”. Coimbra: EDARQ, 2007. p.23

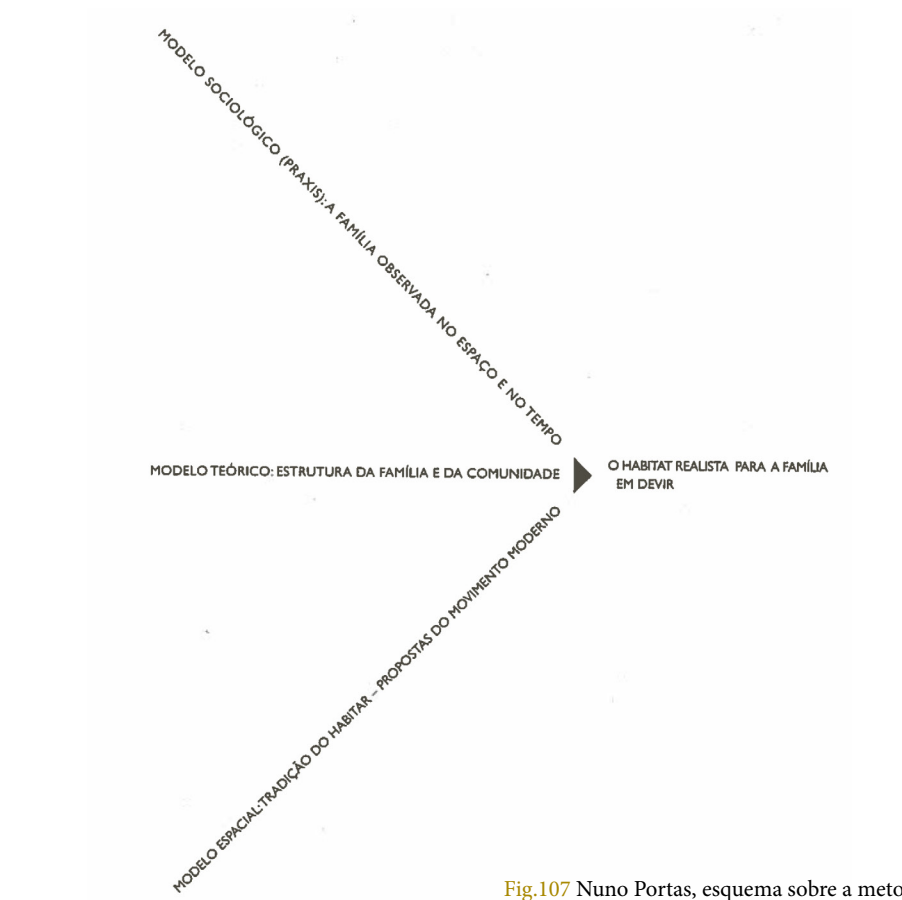


Fig.107 Nuno Portas, esquema sobre a metodologia para o habitat em devir

Embora não sejam exploradas de forma muito aprofundada no CODA, as ideias de Nuno Portas para a possibilidade de concepção e desenho da habitação social sem, no entanto, sobrevalorizar os custos em detrimento da qualidade da solução, seriam defendidas por este para a concretização da operação SAAL. Procurar-se-ia incentivar empréstimos estatais para a realização dos projectos, estratégias de desburocratização, através da descentralização das políticas da habitação relativamente ao Estado e à sua localização; o incentivo à autoconstrução ou à iniciativa das associações de moradores, para evitar a sobrevalorização da obra enquanto produto finalizado e o uso de soluções construtivas menos dispendiosas e mais operativas.

A opção pela construção de habitação social orientada apenas pelo emprego de áreas mínimas e custos baixos reflectia-se na vida do morador, no comportamento, saúde e rendimento no trabalho; causando um maior número de consequências negativas na vivência da cidade, do que de benefícios. Neste sentido, a selecção de projectos no CODA de Nuno Portas justifica-se pela qualidade inventiva dos modelos arquitectónicos, que consideravam os aspectos socioló-

gicos e a identidade dos moradores, através da combinação dos elementos modernos de forma racional e sensível à individualidade do utente. Resumindo num breve esquema presente na sua pesquisa, Nuno Portas indica que a combinação entre o “Modelo Sociológico (Praxis): A Família observada no espaço e no tempo”, o “Modelo Teórico: estrutura da família e da comunidade” e o “Modelo espacial: tradição do habitar – propostas do Movimento Moderno”, iriam permitir constituir o “Habitat realista para a família em devir”⁹⁶. Fig.107

Nas bases da teoria da Habitação, Nuno Portas divide-as em dois conjuntos fundamentais, nos quais são expostos outros subtemas. Os grupos são a “Concepção da Forma de Agrupamento”⁹⁷ e a “Organização Interna da Célula Familiar”⁹⁸, que se complementam e interrelacionam, consoante a sua formalização. A desconstrução da temática do habitat em diversos parâmetros

96 Ibidem, p.91

97 Ibidem, p.93

98 Ibidem, p.125

permitiu expor um conjunto de aspectos influentes na edificação da habitação e conduziu à sensibilização dos arquitectos e estudantes que, posteriormente, fariam parte das brigadas SAAL, quanto aos aspectos sociológicos e às implicações do desenho da casa na psicologia do indivíduo. A escolha dos acessos⁹⁹, o desenho da entrada¹⁰⁰, o número e modo de agrupamento das habitações¹⁰¹, a combinação do programa interior¹⁰² e a extensão do programa doméstico para o exterior¹⁰³, seriam um conjunto de factores importantes e em constante experimentação pelos arquitectos do SAAL Norte e que podem contribuir para justificar algumas opções nos projectos de Siza Vieira.

99 “Quer se trate de uma escada, destinada ao esforço natural mas sempre significativa (sentimental ou socialmente) dos componentes da família, quer domine o meio mecânico que, por não exigir esse esforço, não deve continuar a ser um ambiente desprezado pelo projectista, a coluna de distribuição é hoje objecto de uma caracterização espacial e até simbólica (...)” in Ibidem, p.s 113 e 114

100 “Dos três órgãos que compõem o esquema distributivo de uma dada forma de agrupamento, a entrada ou recepção é talvez a que se apresenta com menor complexidade – mas não a menos importante. Os psicólogos vieram precisamente a sublinhar a sua importância, vendo na expressão volumétrica, na excitação visual que ela produza, um sinal de equilíbrio perante as formas standardizadas que caracterizam os grandes programas de habitação.” in Ibidem, p.s 111 e 112

101 Ibidem, p.93

102 Ibidem, p.142

103 “É este aspecto, de facto, o primeiro móbil social do equipamento auxiliar: suprime as deficiências programáticas que a habitação económica quase sempre implica, estruturando uma vida de relação e cooperação entre os moradores em base não individualista, mas sim familiar” in Ibidem, p.135

B.2

A Habitação Evolutiva

Ao longo da sua carreira, Nuno Portas foi aprofundando o conhecimento sobre a situação da habitação social em Portugal, enquanto investigador, arquitecto e membro do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, no qual realizou inúmeros inquéritos relativos ao grau de satisfação dos moradores com as habitações modernas. A partir do trabalho que já tinha realizado para o CODA e das informações que adquiriu a partir destes inquéritos, acabaria por desenvolver uma proposta para o Colóquio da Política da Habitação, no qual propunha algumas medidas que visavam diminuir o défice de habitações no país e permitir ao morador desenvolver individualmente as respectivas unidades.

Apenas procederemos a uma breve descrição sobre os modelos desenvolvidos por Nuno Portas para a construção da Habitação Evolutiva e respectiva implantação urbana, por crermos que as ideologias e linhas condutoras que justificam a sua concretização seriam mais influentes para o SAAL Norte e publicação do respectivo Despacho, do que propriamente os desenhos e tipos desenvolvidos, uma vez que praticamente não se recorreu a estes métodos evolutivos durante o processo, a não ser por aglutinação ou sobreposição de unidades nas “ilhas”, ou ainda na região algarvia.

*O constante aumento do défice habitacional, (...) mostra que a acção da administração pública central e local, se tem de concentrar na “oferta de níveis correctos de urbanização ao maior número” antes mesmo, ou a par, da “oferta de habitações convencionais a um número que será relativamente menor” (...)*¹⁰⁴

No trabalho sobre “A Habitação Evolutiva” são enumeradas determinadas implicações que teriam de ser reformuladas, para a concretização de uma política de habitação verdadeiramente

104 PORTAS, Nuno; DIAS, Francisco Silva. “Habitação Evolutiva” in “Arquitectura(s) Teoria e Desenho, Investigação e Projecto”, Porto: FAUP publicações, 2005. p.178

adequada, tais como a especulação imobiliária, o custo dos terrenos e da construção das obras. Procedia-se maioritariamente ao realojamento das comunidades mais pobres na periferia, com o objectivo de libertar terrenos de elevado valor imobiliário no centro das cidades, mesmo tendo conhecimento dos prejuízos monetários e sociais que esta acção implicava. É também importante incluir a incapacidade de financiamento, a falta de iniciativa do Estado para atender ao número de indivíduos que vivia em situações precárias e, igualmente para desenvolver alternativas que colmatassem este problema, sem a implicação de longas e morosas esperas, causadas por inúmeras burocracias que apenas contribuíam para o atraso das obras e arrasto das soluções.

Neste sentido, Nuno Portas formulou uma solução que admitia uma maior autonomia dos habitantes em relação às decisões estatais e ao financiamento das construções, permitindo que o morador melhorasse continuamente a sua casa, a par da sua evolução socioeconómica, podendo optar entre iniciativas individuais ou colectivas e artesanais ou industriais. A proposta sugere uma primeira fase de instalação que permitia acrescentar programa ao núcleo inicial, quer através da extensão do interior sobre a área livre ou da divisão do espaço interno em várias dependências. Fig.108

Esta iniciativa evitava a valorização das respectivas habitações, causada por dispendiosos investimentos na sua finalização e acabamento, permitindo utilizar este financiamento para a aquisição pública de um maior número de terrenos e para a sua urbanização imediata. Para além disto, um estudo sobre a capacidade monetária dos indivíduos desalojados ou em situações habitacionais precárias revelava que os meios que usufruíam não permitiam o pagamento regular das rendas, mas antes o investimento esporádico em arranjos e obras na casa.

*(...) ou se verifica uma compatibilidade das novas formas residenciais com a morfologia existente, ou se assistirá a mais um processo de “rejeição” como o que se verifica com as urbanizações especulativas dos subúrbios, sejam concentradas em blocos, sejam as dispersas em núcleos de pequenas casas mais ou menos clandestinas.*¹⁰⁵

105 Ibidem, p.184

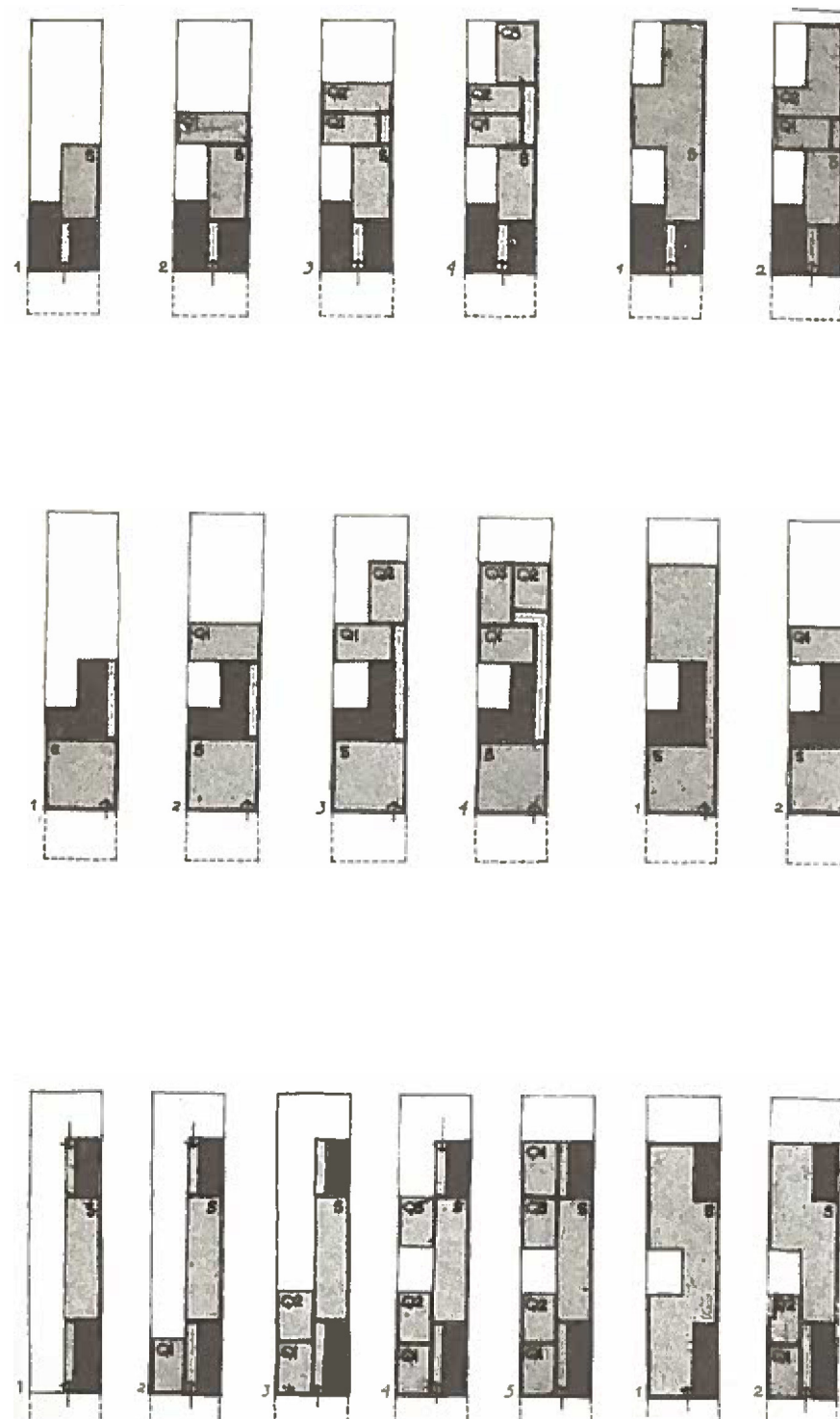


Fig.108 Nuno Portas, evolução da habitação de lote estreito, a partir de um núcleo inicial

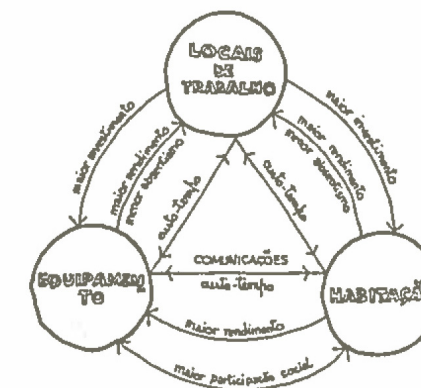


Fig.109 Nuno Portas, esquema explicativo sobre as vantagens da proximidade entre a habitação, o equipamento e o local de trabalho

Nuno Portas alertava também para a integração urbana destas populações, defendendo a permanência das comunidades por um longo período de tempo, para possibilitar o desenvolvimento das relações pessoais no seu meio, caso contrário todo o processo desenvolvido através da autoconstrução apenas iria gerar mais casos de clandestinidade e de insalubridade. Para solucionar esta hipótese, é também proposta a atribuição de lotes em terrenos adequados e integrados na malha da cidade que permitissem o acesso a outras infra-estruturas [Fig.109](#), como transportes e equipamentos de saúde pública que garantissem o mínimo de condições salubres, considerando a densidade e o desenho urbano, os tipos e as áreas-limite para cada habitação, a adequação dos processos construtivos e a natureza visual e espacial das edificações.

Como referimos, as operações de evolução variavam entre a ampliação de um espaço ou subdivisão do mesmo. A opção por uma solução ou outra deveria variar consoante a necessidade de fornecer alojamento a um maior número de famílias ou a agregados familiares mais numerosos. Para ambos, foi proposta a constituição de um núcleo inicial comum que deveria incluir dependências de necessidade imediata como o quarto, que também podia ser usado enquanto sala, a cozinha, uma casa de banho e um lavadouro. Também para os equipamentos foi definido um grupo de modelos, passíveis de

acompanhar a evolução das comunidades e de proporcionar uma gama variada de funções que se reajustassem conforme a evolução das habitações. Estes equipamentos permitiriam proporcionar diferentes níveis de vida urbana, desde a situações de intenso movimento e convívio, através do contacto de pessoas de forma recorrente; a situações menos movimentadas, como percursos de peões com acesso a infantários, creches ou actividades ao ar livre.

No seguinte sub-capítulo, veremos que das ideias defendidas na proposta para a “Habitação Evolutiva”, as que se tornariam mais importantes para a formulação do Despacho SAAL são o direito ao lugar e de apropriação da casa pelos moradores. No Porto, estes princípios conduziram à conservação e reabilitação das “ilhas”, pelo seu forte simbolismo e pela sua compatibilidade morfológica com o modo de vida da classe trabalhadora.

B.3

O Despacho SAAL

Esta proposta baseara-se, inicialmente, nas ideias desenvolvidas no estudo para “A Habitação Evolutiva”, no sentido de tornar mais operativa a acção junto das populações carenciadas, que após o 25 de Abril se organizavam em manifestações e grupos para reivindicar melhores condições de habitabilidade. A iniciativa previa a inclusão do máximo de recursos disponíveis dos interessados na edificação das suas habitações e da autoconstrução, com o objectivo de conceder mais autonomia ao processo, relativamente às decisões do Estado, garantindo a vinculação do sentido de propriedade por parte dos moradores.

Um dos objectivos defendidos no Despacho passaria também por dar prioridade à reconstrução no local de residência dos moradores, caso a análise das circunstâncias indicasse a possibilidade de permanência e melhoramento das condições de vida, evitando o realojamento dos residentes em áreas desconhecidas e a negociação da cedência de terrenos, que apenas causava o atraso dos processos. Esta medida levaria à impossibilidade de colocar em prática os modelos da “Habitação Evolutiva” desenvolvidos por Portas, pois concluir-se-ia que a maioria destes casos não se tratavam de construções efémeras como “bairros de lata”, mas de problemas urbanos na malha da cidade do Porto, que exigiam projectos específicos, de abordagens individuais para cada circunstância e do contributo da capacidade inventiva dos arquitectos. Embora se observe nos projectos SAAL Norte a associação de unidades de “ilhas” para aumentar as áreas das habitações.

1. (...) *A necessária base legal e financeira destas operações é simultaneamente assegurada por dois diplomas em curso de promulgação – o primeiro sobre a constituição de cooperativas habitacionais não lucrativistas e o segundo sobre as modalidades de financiamento e apoios técnicos à iniciativa organizada dos moradores (...)*¹⁰⁶

106 “Ministérios da Administração Interna e do Equipamento Social e do Ambiente – Despacho”, Diário do Governo nº182

Uma vez que, a organização e iniciativa dos moradores era fundamental para dar início a qualquer operação e que a situação portuguesa não correspondia à das comunidades de crescimento espontâneo, como as da América latina, alterar-se-iam as ideias da autoconstrução pela experiência participativa no programa SAAL Norte. Este processo dava igualmente oportunidade aos moradores de colaborarem na edificação das suas futuras casas, de explicitem as suas necessidades junto dos técnicos responsáveis, garantindo-lhes o direito à cidade, à apropriação das suas casas e à colaboração no debate sobre o seu futuro.

Nesta época, um pouco à luz do pensamento social europeu que se desenvolveu no fim da década de 60, as tendências idealistas passavam por dar oportunidade de permanência e de participação a todos os cidadãos, sem reduzir as decisões sobre a cidade a opções economicamente vantajosas para o negócio imobiliário, respeitando a relação pessoal dos indivíduos com os espaços urbanos e mantendo a morfologia destes lugares. Tal como Nuno Portas defendera na apresentação do CODA e no documento sobre “A Habitação Evolutiva”, a política da habitação e do urbanismo apenas poderia ser bem conduzida através da menor influência possível do custo dos terrenos e dos gastos na condução da qualidade das soluções. Ou seja, também as estratégias adoptadas não se deveriam apoiar em opções simplistas, como no planeamento de habitação que se resumisse ao uso das áreas mínimas, ao realojamento na periferia ou a métodos construtivos de menor qualidade, mas dever-se-iam propor novos modelos e sistemas construtivos experimentais que permitissem atribuir qualidades e condições de habitabilidade correspondentes entre classes.

(...) *o SAAL constituiu um momento de grande importância sobre a cidade histórica e o seu destino.*¹⁰⁷

– 1ª série de 6 de Agosto de 1974, in “Livro Branco do SAAL 1974 – 1976”, p.64

107 COSTA, Alexandre Alves, “Textos datados”, Coimbra : Edarq, 2007. p.43

No caso da cidade do Porto, as inúmeras iniciativas de construção tinham apenas contribuído para a descaracterização sucessiva dos lugares, através da deslocalização dos moradores e contínua libertação dos terrenos para especulação imobiliária. A problemática que se apresentava aos técnicos do SAAL Norte já não dizia unicamente respeito aos números de habitações em falta ou à população carenciada (factores que poderiam conduzir inicialmente à preferência pelos métodos da autoconstrução), pelo contrário, tornava-se então necessário que os arquitectos participassem com ideias de projecto na reestruturação da identidade da cidade. O contributo da sua autonomia disciplinar seria essencial para a proposta de soluções que combinassem problemas, como a falta de habitações e de condições de salubridade, com planos de melhoramento dos centros das cidades, desenho de espaço público e infra-estruturas, sem descuidar a opinião dos moradores e permitindo a sua inclusão nos debates. Este método permitia também uma certa rapidez de desburocratização, por parte das associações de moradores que se organizavam para facilitarem o despacho das questões oficiais, como os empréstimos do FFH ou a cedência dos novos terrenos, enquanto a brigada desenhava propostas e procedia aos levantamentos das “ilhas”.

No capítulo referente ao CODA de Nuno Portas salientou-se a importância da análise sociológica para o planeamento da habitação colectiva e o dever do arquitecto em conjugar as ferramentas e os elementos disponíveis em prol de situações sociais favoráveis. Em suma, destaca-se um método capaz de incluir: a observação da família no tempo e no espaço, a sua estrutura e da comunidade a que pertence, à semelhança do que Octávio Lixa Filgueiras e Arnaldo Araújo propunham enquanto exercício na ESBA¹⁰⁸, e ainda, a revisão e adaptação das propostas do Movimento Moderno com base nesta pesquisa. Como exemplo da conjugação destes três factores, apresentaremos alguns aspectos distintos presentes nos Bairros da Bouça e S.Víctor¹⁰⁹.

Do documento sobre “A Habitação Evolutiva” ressaltámos a formulação de um sistema que

108 Ver p.23

109 Ver p.96

permitia a colaboração dos moradores, maior independência relativamente às decisões do Estado e o direito à permanência de comunidades com menos posses, em terrenos com boas condições de habitabilidade. Considerando que das maiores conquistas do SAAL foi dar lugar e oportunidade a todos para habitar na cidade, expusemos a materialização desta ideia nos projectos de Siza Vieira, quer através da permanência, quer através do desenho de projecto.

*Tratava-se de um projecto-piloto, que pretendia reformar e regular as práticas já existentes e abrir novas perspectivas, que pudessem vir à luz através da avaliação do caminho percorrido e não através da ruptura total.*¹¹⁰

Finalmente, com a publicação do Despacho foi garantida a autonomia do arquitecto, ficando a seu cargo o equilíbrio entre as suas decisões e a participação dos moradores no desenho das casas, num processo que partia do particular mas que pretendia ser uma acção globalizante, através da coordenação e interacção entre as brigadas. O SAAL permitiu que técnicos e utentes tivessem autonomia na gestão e projecto da obra, abrindo campo à experimentação, através do que planeavam e simulavam nas maquetas ou desenhos. O objectivo era a construção de um processo não estanque, complexo e com mais reduzidas restrições legislativas e burocráticas.

110 BANDEIRINHA, José António. “O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974”. Coimbra: EDARQ, 2007. p.122

C.1

A inclusão dos fenómenos sociológicos nos projectos de habitação

A unicidade da família pode ainda ser expressa com mais vigor, dada a escala necessariamente mais “próxima” (...); a comunidade é sugerida nos caminhos do espaço em função das coisas comuns ou dos locais de encontro.¹¹¹

No primeiro subtema da “Proposta para a Metodologia da Habitação Social” são apresentadas soluções cujos agrupamentos definem a configuração dos espaços exteriores, sendo possível optar-se por um acentuado carácter unifamiliar, através da simples sobreposição de unidades, como é o caso dos blocos habitacionais; ou ainda em conjuntos de expressão contínua, com unidades justapostas. Identificámos rapidamente as “ilhas” do Porto enquanto exemplo destes últimos, agrupando as unidades de modo denso e ritmado, dando oportunidade a lugares de convívio nos corredores que distribuem as entradas. Fig.110 No entanto, a densificação apresentava-se de forma acentuada nestas habitações e a sua relação com a área útil disponível para os moradores era desequilibrada, isto é, o espaço construído era reduzido para o número de indivíduos de cada uma destas comunidades. Contudo, nos projectos para o SAAL, as brigadas técnicas iriam tentar reajustar esta relação e reinterpretar o modelo das “ilhas”.

Como expusemos anteriormente, no projecto do bairro da Bouça, no momento da sua inclusão no processo SAAL, a frente dos fogos foi reduzida, permitindo adequar o método construtivo aos meios económicos disponíveis e também condicionar a vivência do espaço, através



Fig.110 Distribuição das entradas nas unidades e momento de convívio entre os moradores no corredor

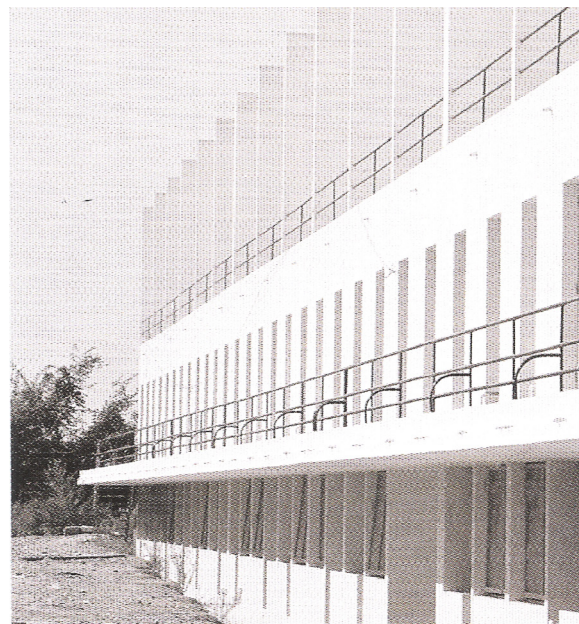


Fig.111 Siza Vieira, Conjunto habitacional da Bouça, 1973-1977 - densidade visual ritmada da habitação

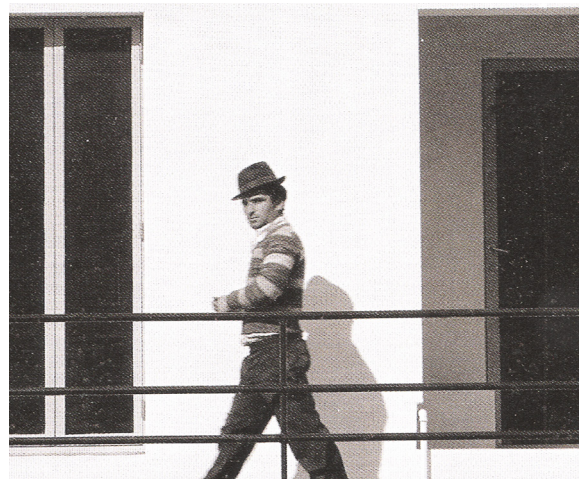


Fig.112 Conjunto habitacional da Bouça, 1973-1977 - uso da galeria enquanto elemento de distribuição das unidades

da aglomeração de um maior número de unidades, da elevada expressão rítmica das aberturas, das paredes que individualizam as varandas e das escadas do piso térreo do pátio central.

Fig.111 Ainda a escolha da galeria para aceder às habitações do piso superior – “(...) nos caminhos do espaço (...)” - e os espaços que intercalam os volumes, – “(...) dos locais de encontro.” – configuram lugares de passagem Fig.112 e de estar que, ainda hoje em dia, permitem a confraternização dos moradores, como a celebrada festa são joanina. Fig.113

Na reduzida fracção que foi construída no bloco da “Sra das Dores”, e incluindo o antigo muro que configurava um pequeno corredor, proporcionou-se um local de passagem, mais exposto à vida urbana, enquanto que, nas traseiras do edifício Fig.114 foi concebido um espaço que promovia maior privacidade e convívio, através da contiguidade e extensão da sala para o exterior. As unidades têm também uma frente reduzida de 4m, equivalente à das “ilhas”, e as aberturas, as sombras das entradas e os muros que prolongam a sua individualização, contribuem para a densificação visual do espaço.

A diferença mais significativa que observamos entre os dois projectos é a escala adoptada. Ainda que, o Bairro da Bouça não se assemelhe aos volumes massivos das típicas unidades de habitação, o projecto tem uma escala mais alargada relativamente à morfologia típica das “ilhas”. Como tal, utilizaram-se elementos que permitem readequar o espaço e proporcionar momentos de maior familiaridade entre os moradores, como por exemplo, as escadas de acesso às unidades do rés-do-chão, bem como o percurso que permite o atravessamento dos pátios. No bloco da “Sra das Dores”, e ainda que as dimensões sejam idênticas às das “ilhas”, foram desenhados alguns elementos, como os muros baixos que definem a entrada como espaço de transição entre o público e o privado, permitindo que os utentes o apropriem e possam conviver com os vizinhos. Fig.115

A problemática da individualização da entrada e do seu desenho, remete-nos para outro aspecto que Nuno Portas também apresenta na sua metodologia.



Fig.113 Siza Vieira, Conjunto habitacional da Bouça, 1973-2006 - uso dos pátios para convívio entre os moradores

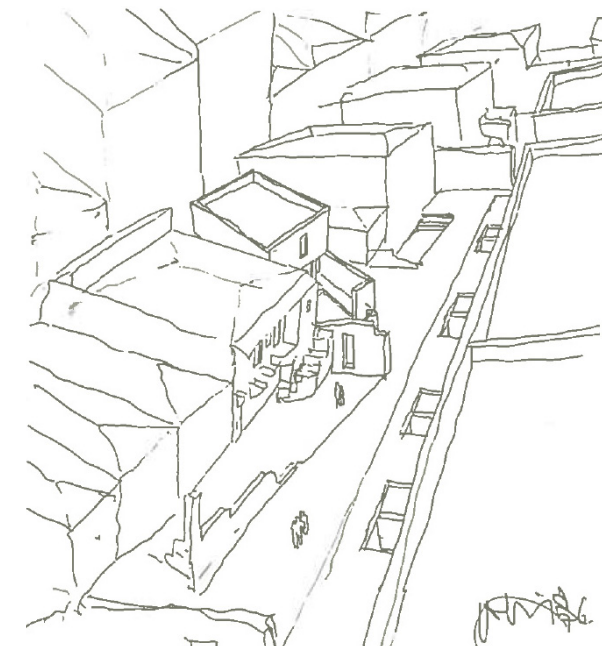


Fig.114 Esquisto de Siza Vieira da operação de S.Víctor, 1974-1977 - traseiras do bloco da Srª das Dores



Fig.115 Esquisto de Siza Vieira, “Srª das Dores”, 1974-1977 - representação da apropriação do muro pelos moradores

111 PORTAS, Nuno; “A Habitação Social – Proposta para a metodologia da sua arquitectura”. 1ª ed. - Porto : Faup Publicações, 2004. p.95



Fig.116 Dan Graham, “Homes for America”, “Arts Magazine”, 1966

*O problema que aqui se nos põe é sobretudo o da extensão exterior do jogo na massa do conjunto, das possibilidades maiores ou menores de individualização que a fórmula de agrupamento lhe permite e, logo, da intensidade como ele se liga aos outros e traduz as relações de vizinhança e a unidade do conjunto.*¹¹²

Na composição quantitativa são apontadas as opções de justaposição contínua que ofereciam menos oportunidades de aglutinação; a sobreposição, de dois a três pisos, disponibilizando terraços ou pátios no piso térreo, acesso individual às unidades através de uma escada ou do desenho da entrada e ainda, o agrupamento em pátio, segundo uma malha que define a disposição das unidades e que Nuno Portas iria desenvolver posteriormente para a formulação da “Habitação Evolutiva”.

O que salientamos neste parâmetro é sobretudo a generalização dos efeitos da construção de qualquer bloco habitacional. Para exemplificar, o arquitecto compara esta situação com a edificação de moradias idênticas entre si, igualmente descaracterizadoras. Fig.116 Ou seja, o problema que, para muitos, consistia na quantidade excessiva de células agrupadas, residia antes na falta de desenho e caracterização do momento de conexão das células com o exterior, do modo de agrupamento e das relações de vizinhança que permitia manter.

No Bairro da Bouça a diferenciação das unidades está presente não só na disposição do

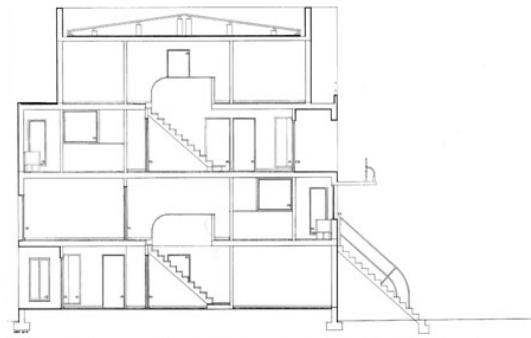


Fig.117 Siza Vieira, corte de um dos volumes do conjunto habitacional da Bouça, 1973-2006

- diversidade de soluções para os espaços de tran-

programa, que se altera entre as habitações inferiores e superiores, como também no momento de entrada nas habitações e diferentes opções de extensão do interior para o exterior. Nas unidades do rés-do-chão, localizadas no pátio central, a entrada é definida pelas escadas de tiro, que promovem o convívio entre os moradores, enquanto que nos fogos do terceiro piso e nas restantes entradas do piso térreo, foram concebidas reentrâncias no volume, que disponibilizam um momento de sombra e de ventilação para a casa, também presente no bloco da “Sra das Dores”. Fig.117 Neste último, a individualização é ainda acentuada através dos pequenos muros que anteriormente enunciámos.

*Olhando para as plantas, são perceptíveis intenções de compatibilizar modos de vida que já então percebíamos serem contraditórios entre si e, com os metros quadrados exíguos que o orçamento permitia.*¹¹³

No capítulo referente à “Organização Interna da Célula Familiar” é apresentada a relação entre a família e o respectivo programa da casa, demonstrando como a conjugação das diversas dependências influenciava a vida familiar e comunitária. Por exemplo, Nuno Portas elabora um esquema síntese, no qual expõe as possibilidades de combinação da sala com a cozinha e

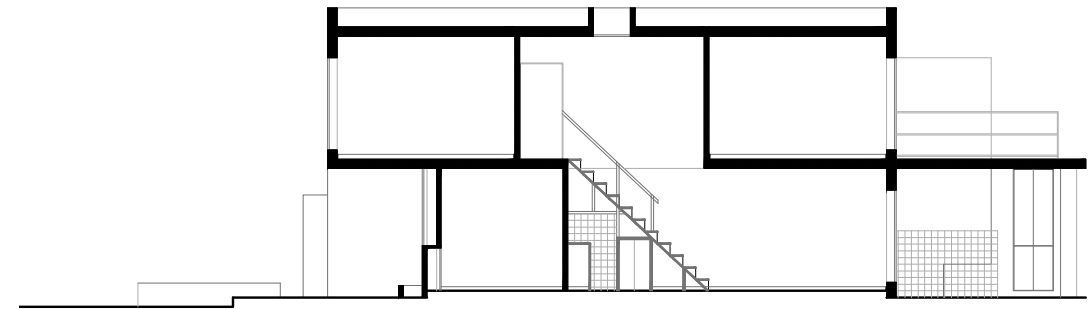


Fig.118 Siza Vieira, corte do módulo do bloco da “Srª das Dores”, 1973-1977 - desenho da cozinha e extensão do espaço de estar no exterior

uma zona de trabalho/reunião. Nos desenhos é explorada uma maior ou menor variabilidade de dependência entre estes programas, que permite entender como a sua conjugação pode contribuir para os hábitos do utente, explorando a possibilidade de a cozinha e/ou o espaço de trabalho estarem integrados ou separados da sala, e ainda, a hipótese de cada uma destas peças serem dispostas de forma independente. Fig.118

É importante salientar que estas preocupações se encontram presentes no trabalho de Nuno Portas, no projecto elaborado com Nuno Teotónio Pereira no conjunto Olivais-Norte. O desenho do programa interior tentava corresponder aos novos modos de vida, isolando a cozinha e permitindo que esta adquirisse um recanto para servir as refeições, isolando a zona de estar da desordem que as tarefas diárias implicavam.

Provavelmente para melhor gerir as áreas disponíveis, Siza Vieira iria incluir as dependências previstas para a zona de comer, de preparação da refeição, de trabalho e de lazer num espaço comum, diferenciadas pela presença de pequenas subtilidades de mobiliário ou de espaço. Na Bouça, a cozinha encontra-se sob a escada ou seguida do pé direito da mesma, conectada à marquise ou ao pátio. A zona de preparação é configurada pela banca e por um balcão de apoio que serve a área de refeição, que também podia ser usada como local de trabalho ou de reunião, enquanto a sala ou zona de estar encontra-se mais distanciada e junto à entrada desta divisão comum. Na “Sra das Dores” o esquema repete-se, aproveitando também o vão da escada para desenhar a cozinha e os arrumos, mas, neste caso, a zona de estar está conectada ao espaço privado das traseiras, de convívio com os vizinhos. Fig.119

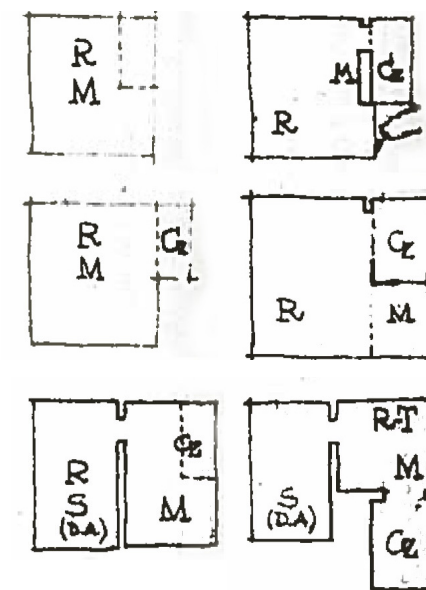


Fig.119 Nuno Portas, esquema sobre as possibilidade de conjugação da sala com a cozinha e zona de trabalho

113 PORTAS, Nuno, “A Habitação Colectiva nos Ateliers da Rua da Alegria” in “Jornal dos Arquitectos - A Questão do Alojamento I”, Lisboa: Ordem dos Arquitectos, nº204, 2002. p.51

112 Ibidem, p.101



Fig.121 Siza Vieira, conjunto habitacional da Bouça, 1974-1977
- definição do programa dos remates da implantação

(...) considerando aí a instituição familiar como dupla charneira articulante da vida individual que se desenvolve no âmbito da família e da vida colectiva que relaciona as famílias entre si (...) Nesta hipótese radica a moderna noção de habitat que ultrapassa a casa para se estender a todo o espaço descrito pela família enquanto tal na sua vida própria e necessidades quotidianas.¹¹⁴

A extensão da vida do indivíduo ao espaço público foi uma das mais importantes ideias desenvolvidas por Nuno Portas na “Proposta para a Metodologia da Edificação da Habitação Social”. O debate deste tema, relativamente à sua densificação, desintegração e descaracterização, esteve muito presente nas problemáticas do processo SAAL. Na operação de São Vítor, Siza propôs manter a malha urbana das “ilhas”, sobrepondo-lhes uma estrutura de vias e espaços públicos que proporcionasse a sua integração na vida urbana da cidade.

Nos seus desenhos é também possível encontrar algumas ideias sobre a edificação de alguns pontos de convívio entre os moradores, tais como o tanque comunitário Fig.120, ou ainda, na readaptação do projecto da Bouça para o SAAL.

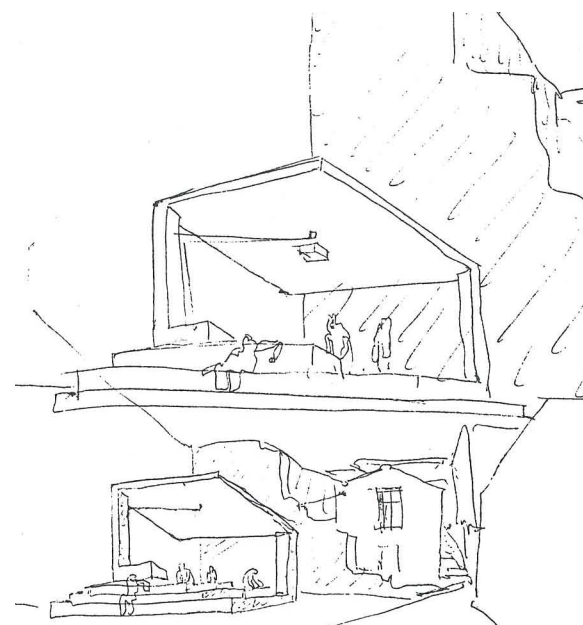


Fig.120 Siza Vieira, esboço para um tanque comunitário em S.Vítor, 1973-1977

114 PORTAS, Nuno; “A Habitação Social – Proposta para a metodologia da sua arquitectura”. 1ª ed. - Porto : Faup Publicações, 2004. p.62

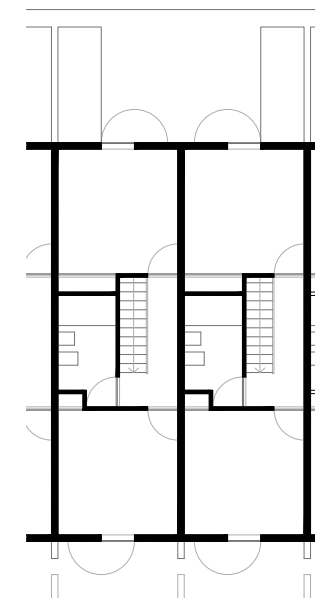
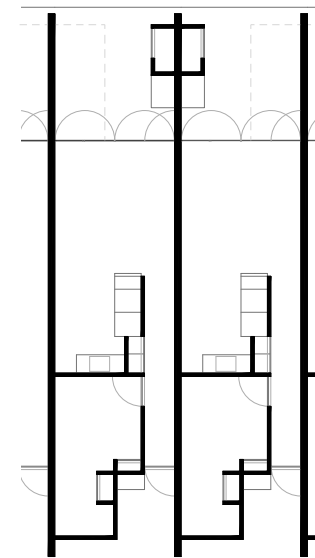


Fig.122 Desenho dos módulos do bloco da Srª das Dores, escala 1/200 - planta do r/c e primeiro piso

Fig.123 Inquérito à Arquitectura Popular no Minho, 1961



Também no desenho das unidades habitacionais do bloco da “Srª das Dores”, as áreas contíguas ao logradouro são simétricas, apesar do restante fogo manter-se inalterado. Esta subtilidade de desenho, permite espelhar a zona da lavandaria, promovendo o contacto entre os vizinhos durante a execução desta tarefa doméstica e incentivar a convivência dos utentes dos quartos superiores, de dois fogos diferentes, através da partilha e usufruto da mesma varanda. Fig.122 Esta ideia vai de encontro a um breve apontamento presente no CODA de Nuno Portas, no qual é referido que as famílias confraternizavam tendencialmente duas a duas¹¹⁵ e também corresponde à pesquisa do Inquérito à Arquitectura Popular, onde este factor é igualmente constatado. Fig.123

Os elementos de projecto que expusemos nos bairros de Siza Vieira para o SAAL, são reflexo da consciencialização do arquitecto para o desenho, uso e conjugação dos elementos arquitectónicos disponíveis, em prol de uma melhor adequação e correspondência à vida do futuro morador em questão.

115 “Os patamares e acessos em geral, o equipamento comum do prédio, se o há, as próprias varandas e janelas tornam-se então locais de paragem e relação. No entanto, vão-se estabelecendo preferências e, em imóveis de habitação da região de Paris, os sociólogos repararam que as famílias em geral se aproximavam duas a duas, sobretudo quando a forma de agrupamento permitia uma escolha suficientemente vasta entre os vizinhos.” in Idem, p.111

C.2

O Direito ao Lugar e à Apropriação da Casa

*(...) alojar os habitantes no sítio onde viviam, sem passar pela “gentrificação” dos bairros antigos com a correspondente ejeção do povo para a periferia. Foi, avant la lettre, a aposta do SAAL-Norte, aposta de confronto à consolidação da renda fundiária e ao modelo civilizacional e social dos grandes gabinetes de planeamento da cidade capitalista.*¹¹⁶

No Porto, a população mais carenciada vivia em condições de segregação devido a duas situações urbanas distintas. Por um lado, a habitação colectiva que então se tinha construído, como o Bairro da Pasteleira, encontrava-se em áreas urbanisticamente subdesenvolvidas, contribuindo para o isolamento dos seus moradores, assim como a implantação dos volumes originou espaços livres, intersticiais e pouco definidos, que não correspondiam à natureza morfológica da restante cidade.

Por outro lado, no arranque das operações, observar-se-ia que as alterações a efectuar seriam maioritariamente no centro da cidade, lugar onde esta facção da população mais carenciada residia nas “ilhas”, escondidas por um portão que dava continuidade às fachadas das ruas ou pela frente do edifício que se lia no espaço público. Esta disposição das “ilhas” nos logradouros contribuía para a segregação das respectivas comunidades, cuja imagem visual, espacial era repudiada por não corresponder aos níveis de higiene e de salubridade das restantes habitações¹¹⁷ e por se encontrarem em situação de marginalidade relativamente à vida na cida-

de. No entanto, a disposição urbana das “ilhas” encontra-se mais próxima de um sistema usual e integrado na morfologia da cidade, pois distribuem-se segundo ruas, becos e lugares contidos, ao invés de se organizarem em espaços livres por entre blocos de habitação, como no Bairro da Pasteleira, cuja sobre-dimensão do desenho levava à dispersão da densidade¹¹⁸.

É também importante acrescentar que, no SAAL, e também por esclarecimento e definição no seu Despacho, dever-se-ia manter as populações no seu local de residência, independentemente do valor imobiliário do terreno e sua localização. Esta opção deveu-se não só à contenção de custos, ao evitar a mobilização destes para a periferia, mas também por proporcionar igualdade de acesso e de direitos sob a cidade, entre as classes. O deslocamento das comunidades das “ilhas”, de forma massiva e sem critério de selecção, já teria causado danos suficientes, tais como o isolamento dos moradores, alienação, conflitos relacionais e mau ambiente doméstico.

Neste sentido, no SAAL Norte, a estratégia adoptada consistiu na preservação e reabilitação das “ilhas”, tentando dotar estes lugares de maior acessibilidade e de estruturas urbanas que evitassem o seu isolamento e promovessem a sua integração na cidade. Passaremos a expor as opções de Siza Vieira para os casos de S. Vítor e da Bouça.

*A outra face da estimulante vida comunitária da ilha é – como a própria palavra indica – a separação da população em pequenas unidades isoladas. (...) Mas repudiar tal imagem e o que ela implica de segregação e miséria não significa necessariamente recusar o sistema de adaptação topográfico, com o que tem de positivo para essa vida comunitária.*¹¹⁹

As áreas edificadas nas “ilhas” se encontravam-se desajustadas relativamente a ocupação.

A sua escala, a proximidade espacial e o ritmo do agrupamento das habitações contribuía para o sentido de comunidade dos moradores, marcadamente influente no seu dia-a-dia, assim como a sua inserção na topografia dos terrenos, através de estreitos e íntimos acessos. Seriam precisamente estas características que Siza Vieira consideraria vantajosas na vida das “ilhas” e que acabaria por integrar nos projectos, defendendo, inclusive, a evolução urbana através da exploração desta cidade oitocentista, oculta nas traseiras das casas burguesas.

*Na intervenção de S. Vítor, Siza concluiu que aos fragmentos de uma evolução urbana cheia de contradições era possível sobrepor uma malha que, sem as obscurecer, garantia, não só a unidade desejada ao todo, como a clareza tipológica das novas intervenções pontuais. Essa matriz deveria ser elaborada no diálogo criativo com o contexto tal como encontrado e não a partir de soluções universais ou invenções subjectivas.*¹²⁰

*Estudam-se, neste momento, as possibilidades de aumento de áreas mediante agregações de células ou por superposição de um piso de acordo com as dimensões standard pré-estabelecidas. Estudam-se também as possibilidades de comunicação entre as várias ilhas através de percursos no interior dos quarteirões, considerando a ilha como possível suporte da evolução da cidade.*¹²¹

Antes do início do SAAL, no Bairro de S. Vítor procedia-se ao desalojamento dos indivíduos e posterior destruição das “ilhas”, para a construção de um parque de estacionamento. Quando a operação foi iniciada, algumas já teriam sido demolidas, mas a brigada de Siza Vieira iria proceder ao levantamento e avaliação das condições das restantes “ilhas”, para as preservar, reconstruir ou edificar novas unidades de organização e morfologia semelhantes. Fig.124 O princípio orientador deste projecto era manter os moradores de S. Vítor no local de residência e os seus hábitos domésticos, que estavam então vinculados a estes espaços, movendo os que viviam em piores condições para habitações

temporárias – o caso das unidades da “Sra das Dores” - para posterior realojamento nas novas unidades no mesmo local.

O trabalho desenvolvido passou pela observação e planeamento urbano cirúrgicos das situações urbanas, concretizando-se em quatro tarefas distintas, todas referentes a terrenos disponíveis e/ou reconstrução de casas: avaliação de áreas disponíveis no interior dos quarteirões ou onde nunca se tinha construído, estudo de fundações e paredes semi-destruídas que definiam os quarteirões e recuperação de edifícios existentes. A complexidade do trabalho desenvolvido acabaria por ser contraproducente, por exigir mais tempo de construção e de negociação para a cedência dos terrenos. Do projecto foram apenas edificadas as habitações da “Sra das Dores”, implantadas entre as ruínas das “ilhas”. Fig.125

116 GOMES, Paulo Varela, “Arquitectura, os últimos vinte e cinco anos”, in História da arte portuguesa”, vol.3., Lisboa: Temas e Debates, 1999. p.558

117 COSTA, Alexandre Alves, “A Ilha Proletária como Elemento Base do Tecido Urbano. Algumas Considerações sobre um Título Enigmático” in “Jornal dos Arquitectos - A Questão do Alojamento 1”, Lisboa: Ordem dos Arquitectos, nº204, 2002. p.12

118 “Espaços densos serão portanto, no primeiro sentido, aqueles que se podem aproximar de serem cem por cento usados, (...)” in PORTAS, Nuno , PORTAS, Nuno; DIAS, Francisco Silva. “Habitação Evolutiva” in “Arquitectura(s) Teoria e Desenho, Investigação e Projecto”, Porto: FAUP publicações, 2005. p.187

119 SIZA, Álvaro, “Tres intervenciones en la ciudad de Oporto”, in Proyecto y Ciudad histórica, I Seminario Internacional de Arquitectura en Compostela, p.101

120 COSTA, Alexandre Alves, “Textos datados”, Coimbra : Edarq, 2007. p.49

121 VIEIRA, Álvaro Siza; “Lisola proletária come elemento base del tessuto urbano”, Lotus Internacional, nº 13, 1976. p.86

Fig.124

- 1 - Planta tipológica da “ilha”, cujas dimensões usuais variam entre os 4m x 4m; 1/299
- 2- Planta das unidades do bloco da Sr^a das Dores; 1/200
- 3- Alçado das unidades do bloco da Sr^a das Dores; 1/200
- 4- Planta de um dos módulos do Bairro da Bouça; 1/200

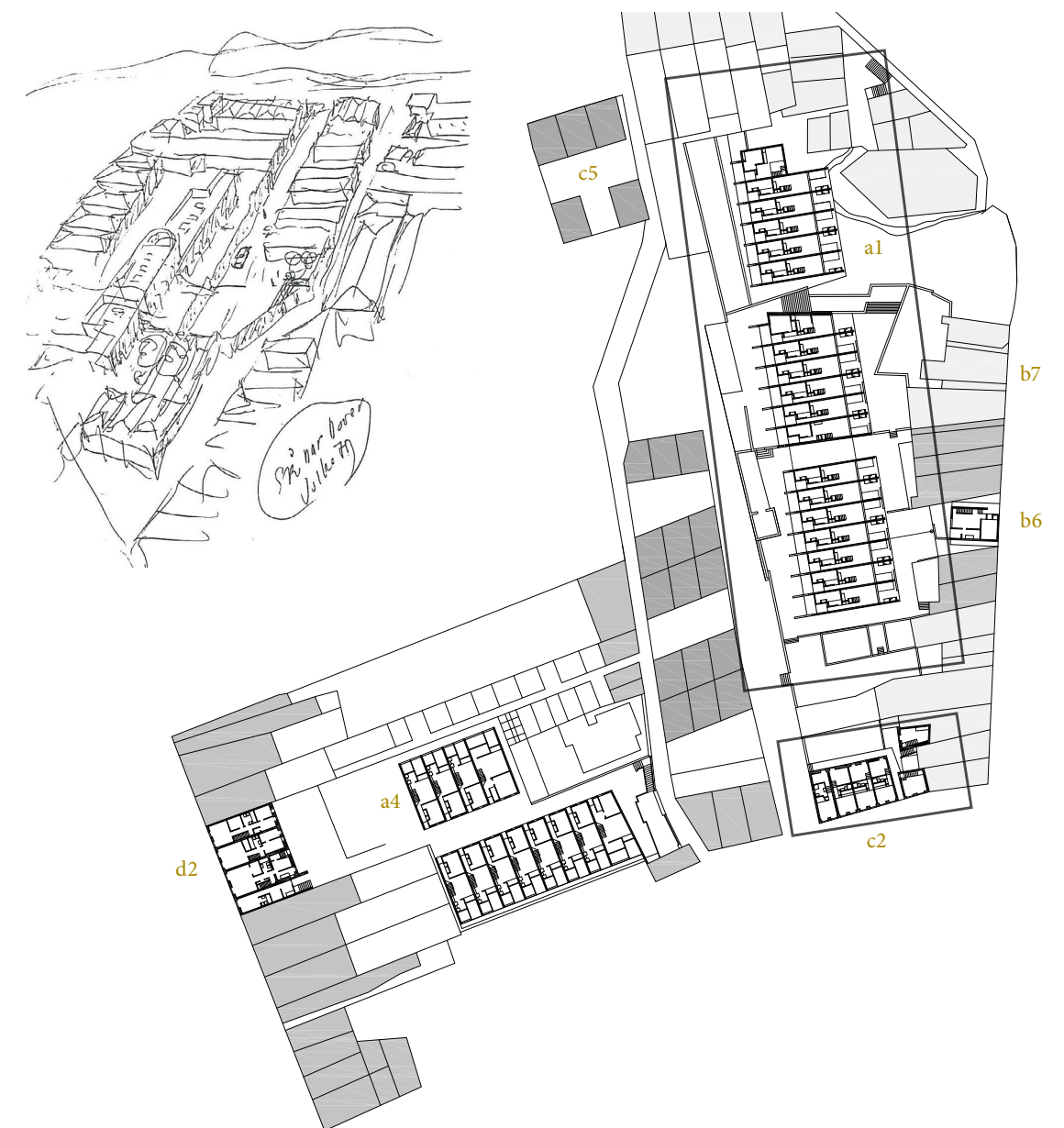
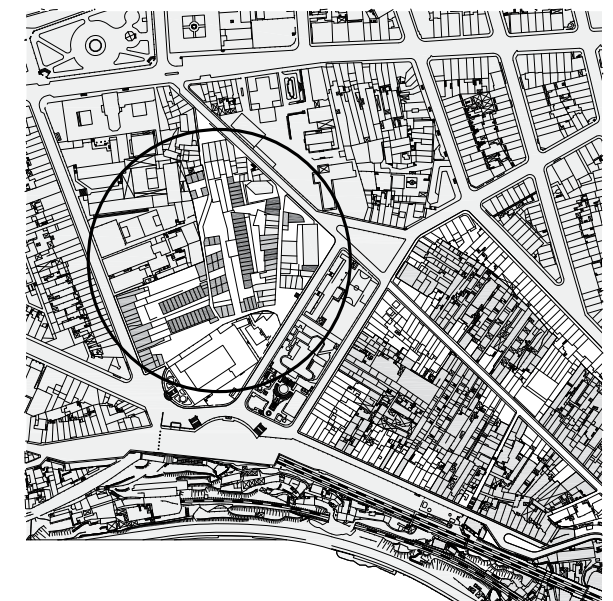


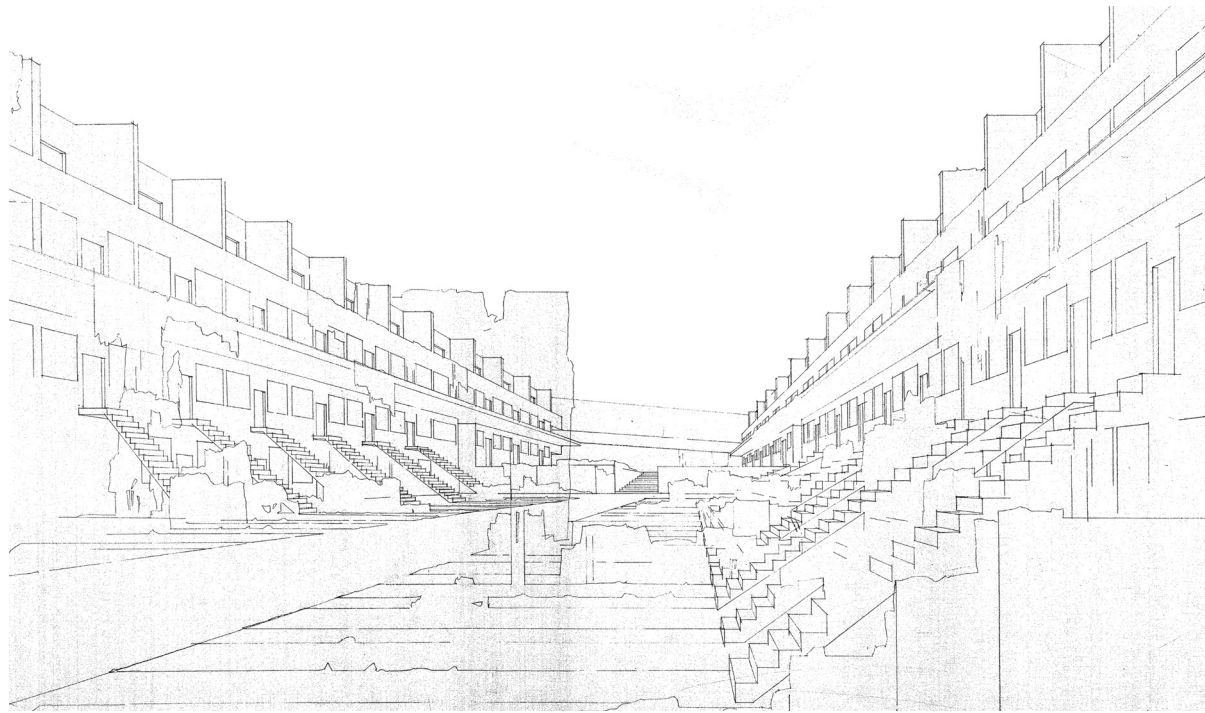
Embora, estes valores correspondam a uma estimativa média das dimensões das “ilhas”, é possível verificar que Siza adopta esta estrutura para organizar as habitações, segundo a agrupação de vários módulos de 4m x 4m e, assim, desenhar o conjunto da unidade. Verifica-se também uma subdivisão dos espaços de transição em múltiplos de quatro. Esta necessidade justifica-se também pela integração na malha do lugar.

Nas unidades do Bairro da Bouça, o desenho foi readaptado e aproximado ao da Sr^a das Dores, por imposições construtivas que levaram à redução das frentes para 4m e necessidade de redução de áreas.

Fig.125

- Desenho de Siza Vieira, implantação urbana e planta de interiores dos projectos para a zona da Sr^a das Dores
- Planeamento da operação:
- a- Construção em terreno livre, dentro do quarteirão
 - b- Em terrenos onde nunca se construiu
 - c- Reconstrução e exploração de fundações de edifícios semi-destruídos
 - d- Recuperação e adaptação de edifícios desocupados





É na (...) abertura permeável à cidade envolvente que o Bairro da Bouça enuncia os objectivos da sua arquitectura enquanto parte da cidade.¹²²

No Bairro da Bouça, as circunstâncias para o início do projecto foram diferentes das que se sucederam em S. Víctor. Neste caso, a brigada reaproveitou uma área livre, ampla e próxima da zona, onde fosse possível construir residências para os habitantes das “ilhas” das ruas da Boavista e da Bouça.

Foi no “Terreno junto ao Antigo Tribunal de Menores” que a brigada encontrou as melhores condições de implantação para as novas habitações e a mais valia da existência de um projecto prévio de Siza Vieira, elaborado entre 1972-73, desenhado por requisição da Câmara Municipal do Porto, para a construção de uma habitação para os guardas do tribunal, no âmbito do programa do Fundo de Fomento da Habitação. Fig.126 Com conhecimento da existência deste estudo, foi proposto a Siza, a adaptação dos desenhos aos preceitos do SAAL e às necessidades dos habitantes, pois o número de utentes excedia a área útil disponível nas “ilhas” e a falta de condições não permitia a sua recuperação, sendo obrigatório edificar as habitações numa área contígua ao local. O estudo sofreu algumas

Fig.126 Francisco Guedes, Perspectiva do conjunto habitacional da Bouça para o FFH, 1973

alterações para poder ser integrado na operação, mas as suas principais formas e organização mantiveram-se. Apesar de ter sido elaborado nos anos anteriores ao SAAL, o seu desenho enuncia a vontade de abrir o quarteirão tipicamente português à cidade, proporcionando a livre circulação, bem como o direito de apropriação e acesso aos espaços urbanos. Fig.127 Fig.128

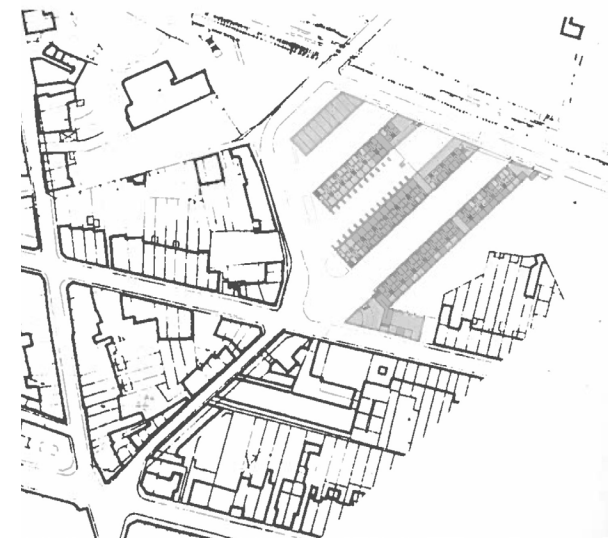


Fig.127 Implantação do projecto da Bouça - abertura do quarteirão para a cidade



Fig.128 Planta do 2º piso do conjunto habitacional da Bouça, escala 1/700

122 MACHADO, Carlos; “Anonimato e Banalidade – Arquitectura popular e arquitectura erudita na segunda metade do século XX em Portugal”. Porto : FAUP, 2006. p. 287

C.3

A Autonomia do Arquitecto e a Organização Social da Procura

*É sobretudo – e este é um ponto essencial – um debate “sem limites”, ou seja, que não implica um quadro predeterminado de gestão e rentabilização do solo urbano*¹²³

A iniciativa dos moradores, no âmbito das intervenções SAAL, era indispensável para dar início às operações e para objectivar o trabalho das brigadas e dos técnicos. Como tal, era legalmente exigido que os utentes se organizassem em associações ou cooperativas para reivindicarem as suas necessidades, junto dos órgãos estatais indicados, com o intuito de obterem auxílio e acompanhamento de uma brigada¹²⁴. Também a sua cooperação com os arquitectos era importante para procederem ao desbloqueamento de burocracias, cedência de empréstimos pelo FFH, debate de ideias com os restantes utentes e selecção das famílias que mais urgentemente precisassem de ser realojadas.

No caso da Bouça, a associação de moradores intercederia junto de Siza Vieira para colaborar no projecto e utilizar o estudo já realizado para o FFH, para construir as mesmas habitações, mas no âmbito do programa SAAL. Entretanto, realizar-se-iam inquéritos, por parte dos interessados, para apurar que utentes deveriam ter prioridade no realojamento e proceder-se-ia a negociações com a Câmara do Porto, para a cedência do terreno. Tal facto não se teria verificado, caso moradores e arquitectos não tivessem a liberdade de acção necessária para proceder

123 MACHADO, Carlos; “Anonimato e Banalidade – Arquitectura popular e arquitectura erudita na segunda metade do século XX em Portugal”. Porto : FAUP, 2006. p.279

124 “3. Partindo estas iniciativas dos moradores – que para a sua gestão se organizam em associações ou cooperativas –, as câmaras municipais deverão ter fundamentalmente um papel de controle urbanístico da localização e cedência de solo e de interlocutores directos da organização dos interessados, designadamente na arbitragem das prioridades em face dos recursos disponíveis – aliás sempre insuficientes – e na garantia dos empréstimos previstos na legislação.” in “Livro branco do SAAL / Serviço de Apoio Ambulatório Local : 1974-1976.” [S.l.] : Conselho Nacional do SAAL, 1976. p.64



Fig.129 Siza Vieira juntamente com os moradores da Bouça, na inauguração do projecto

à adaptação do projecto às necessidades dos utentes. Ou seja, a interacção entre habitantes e arquitectos realizou-se sem qualquer intervenção de terceiros Fig.129 ou de imposições económicas, para além do simbólico empréstimo de 90 contos (correspondente a 450 euros) por fogo.

Neste sentido, Siza reuniu com os moradores e apresentou-lhes o projecto. A principal exigência dos interessados foi a inclusão de sanitário e chuveiro privados no programa da casa. Bastou então adequar os fogos aos agregados familiares, maioritariamente constituídos por um casal e três filhos, substituindo o inicial T5, enquanto tipologia normalizada no projecto, pelo T3. Foi também inevitável aumentar o número de fogos para corresponder à quantidade de famílias, reajustar as áreas interiores e procurar uma solução construtiva que permitisse otimizar os empréstimos disponíveis. É, provavelmente, neste aspecto que se verifica uma maior relevância da experimentação desenvolvida no SAAL, assente na capacidade inventiva e autonomia de decisão dos membros da brigada para encontrar novas soluções de projecto. A proposta construtiva para as habitações da Bouça consistia no uso de um sistema estrutural simplificado¹²⁵, com paredes resistentes de blocos de betão, podendo o volume conter até 4 pisos, caso os vãos entre as paredes de suporte fossem reduzidos para 4m, substituindo os iniciais 6m.

125 Testemunho do arquitecto António Madureira, colaborador na construção do Bairro da Bouça



Fig.130 Siza Vieira nos terrenos da Srª das Dores

*Auto-nomear-se, determinar-se, eram condições essenciais de qualquer interacção social e política. Uma arquitectura que fosse apenas o reflexo ou sintoma de um qualquer poder ou processo histórico não poderia ser política, era apenas um produto da política, não um actor, não tinha, por assim dizer voto.*¹²⁶

A utilização de um sistema estrutural elementar e a sua combinação com um projecto de autor, de certo destaque, no centro da cidade, é um aspecto que exemplifica a máxima autonomia de que os arquitectos foram detentores no processo SAAL. Esta concretiza-se sobretudo na oportunidade de alteração e experimentação nos projectos, praticamente sem constrangimentos, e da validação das suas posições políticas face à situação da classe trabalhadora em Portugal, no pós 25 de Abril. Isto é, os arquitectos procuravam uma solução que, por via do desenho, subvertesse a sobreposição do capitalismo nas cidades e desse prioridade às ideias de arquitectura, enraizadas nas iniciativas sociais e debruçadas sobre o debate directo com os futuros moradores, sem intervenções de outrem.

O projecto da Bouça é uma construção que surgiu mais do predomínio da autonomia e capacidade crítica do arquitecto, do que pela participação dos moradores, devido à readaptação do estudo anterior ao processo SAAL, cuja morfologia estava então praticamente toda

126 MORENO, Joaquim “Aprendizagem Revolucionária – Uma pedagogia da Arquitectura SAAL” in “Simpósio SAAL : Em Retrospectiva”, Porto: Serralves, Maio/2014

concebida. Contudo, a possibilidade de realojar esta população em habitações com o grau de qualidade e de desenho deste projecto, só se tornou passível de realizar pelas circunstâncias geradas na “Organização Social da Procura”. Esta oportunidade não se proporcionaria caso a encomenda fosse da iniciativa de outra qualquer instituição governamental, sob a hipótese das prioridades económicas prevalecerem.

Na operação de S.Víctor, a integração do realojamento destas comunidades no programa SAAL deveu-se à iniciativa dos estudantes da ESBAP, à sua persuasão junto dos moradores e também dos técnicos, por influência do trabalho de campo que tinham realizado no âmbito académico. Os quarteirões junto à rua de S.Víctor estavam densamente ocupados, habitados por 1200 indivíduos, entre os quais, pelo menos 40% assinaram o documento que determinaria a sua inclusão no programa SAAL.¹²⁷ A brigada inicial, por sua vez, era constituída por Siza Vieira, Domingos Tavares e pelos alunos Eduardo Souto de Moura, Adalberto Dias, Edgar Castro e Manuela Sambade, responsáveis pelo aprofundamento dos levantamentos do terreno e das tipologias, reconhecimento fotográfico do lugar e análise das condições de vida dos habitantes.

A participação revelou a preferência dos moradores em manter o local de morada e a sua recusa em serem realojados na periferia, por certas implicações que esta operação acarretava, tais como os gastos em transportes e a ruptura das relações de vizinhança¹²⁸. O vínculo da população à zona de S. Víctor e a necessidade de expropriação de um grande conjunto de terrenos, conduziria Siza a optar por uma atitude transformadora que não implicasse projectar apenas a partir do vazio, da “tábua rasa”, mas da realidade em si, incluindo todos os fragmentos e contradições que desta faziam parte. Fig.130 Nas imagens da operação de S. Víctor observa-se Siza a analisar as possibilidades de construção nos terrenos, deslocando-se por entre os escombros da ocupação anterior, das reminiscências da vida secular dos trabalhadores naquela área.

127 MOTA, Nelson; An Archeology of the Ordinary: Rethinking the Architecture of Dwelling from CIAM to Siza” Delft: TU Delft.2014. p.223

128 Idem

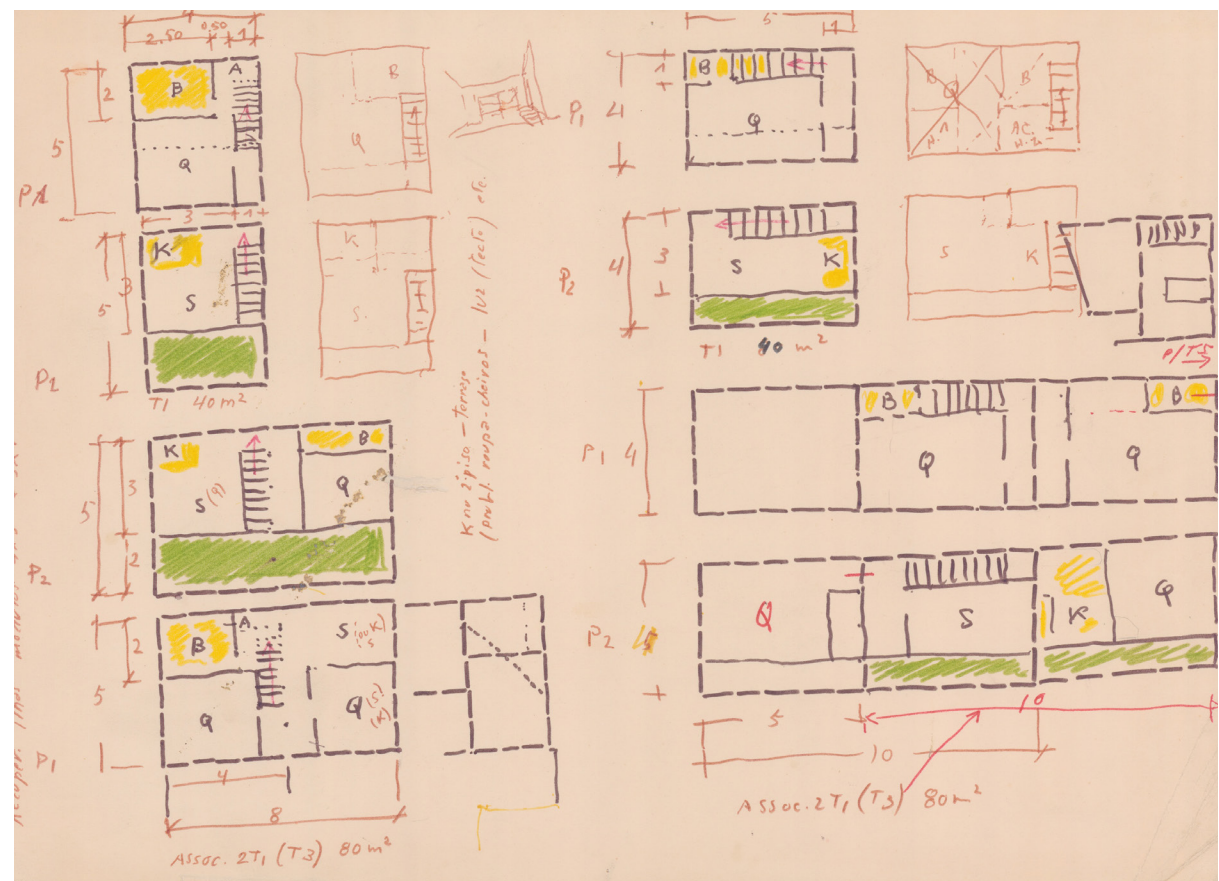
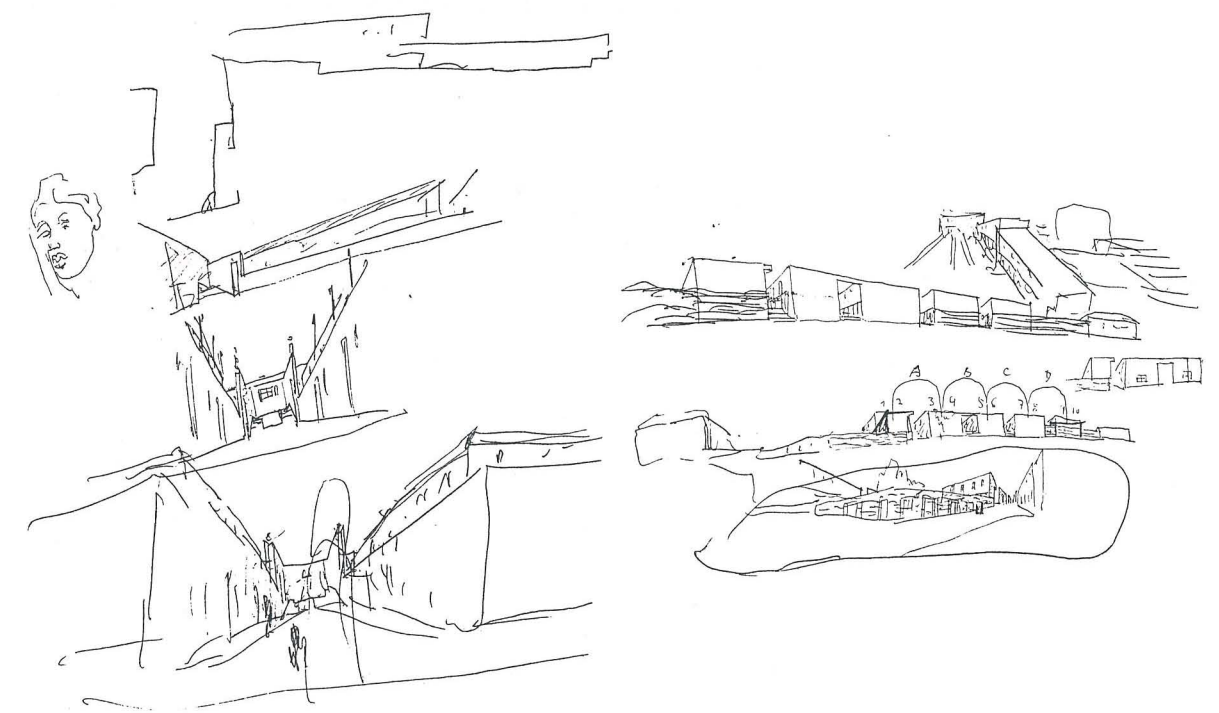
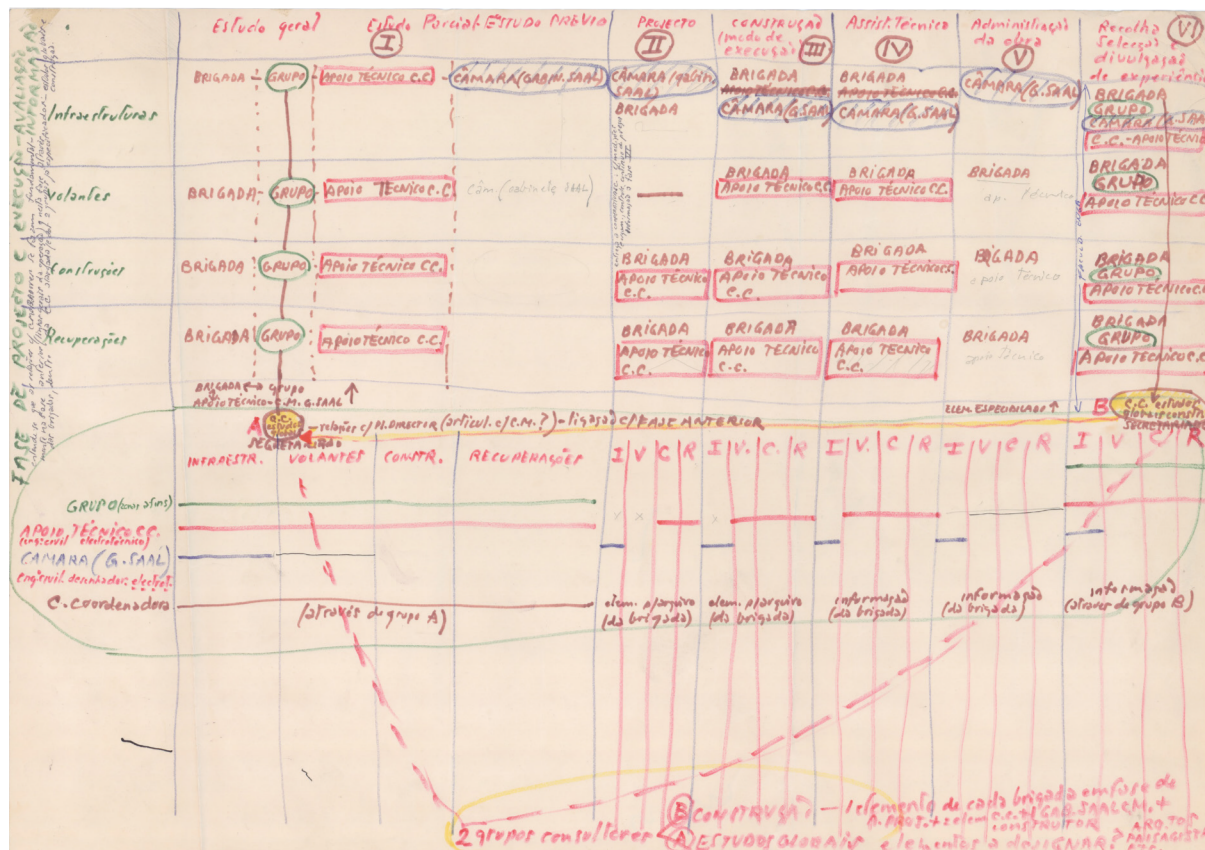


Fig.131 Planeamento dos trabalhos a realizar pela Brigada e Associação de Moradores de S.Victor

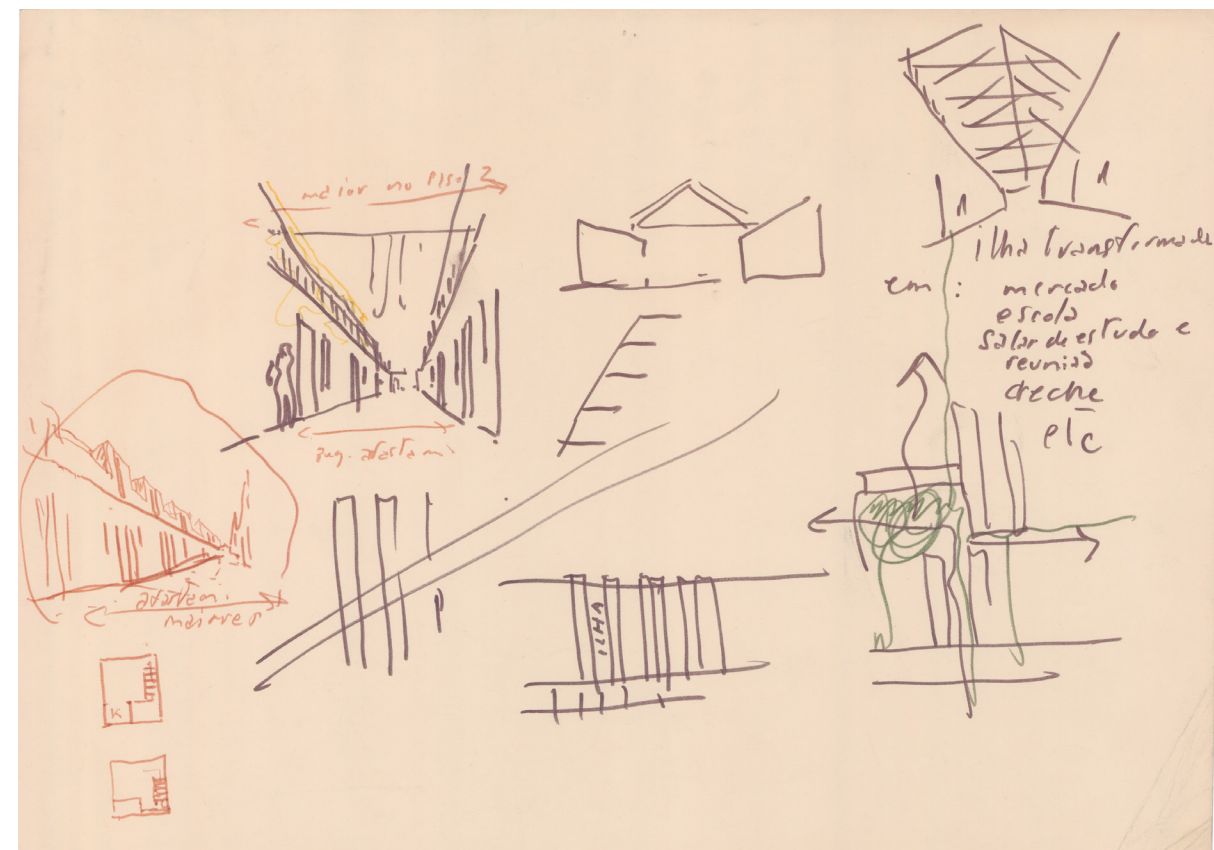


Fig.132 Estudo das possibilidades programáticas da recuperação das "ilhas" e dos objectivos dos levantamentos

Fig.133 Exploração da possibilidade de aglomeração de unidades de "ilhas"

Para a primeira fase do projecto, foram projectadas 102 casas unifamiliares, dispostas em blocos, baseadas nas tipologia das “ilhas”, conformadas pelos pátios no interior dos quarteirões. O demorado processo de expropriação, bem como a má condição de alguns terrenos e blocos conduziria ao faseamento da obra, dando prioridade de edificação nas plataformas desocupadas, das quais hoje reconhecemos a área da “Sra das Dores”. Paralelamente ao trabalho de estirador, os laços entre os elementos da brigada e os moradores enraizavam-se, a par do sentimento de entreajuda. Os técnicos e estudantes apoiavam a associação na redacção dos estatutos para a sua legalização, cimentavam a consciência política e a sua importância social, ajudando a organizar, em simultaneidade, iniciativas de ocupação, reivindicação e de negociação com as instituições.

Da operação de S.Víctor foram reconstruídas três casas na “Rua de S. Dionísio” e foi edificado parte do planeamento da “Sra das Dores”. Ambos os casos apresentam vestígios da situação anterior, quer na pormenorização dos primeiros, quer também nos muros que conformavam os espaços da “Sra das Dores”. Devido a dificuldades impostas por burocratização e expropriação dos terrenos, a operação não foi concluída, na medida em que não atingiu a totalidade dos objectivos pretendidos, restando nos esboços

de Siza a ideia do que ficou por concretizar, nomeadamente no desenho do espaço público e de conexão destas habitações à vida urbana, à integração das “ilhas” na cidade.

Na operação de S.Víctor, da iniciativa da “Organização Social da Procura” e da sua auto-gestão, definiram-se os números e os objectivos da brigada, a constituição da associação, negociações de terrenos. Fig.131 Mas desta destaca-se sobretudo a revisão das ideias de projecto. Revolucionárias, não por partirem da idealização sem precedentes, mas da realidade em si mesma, da consideração das “ilhas” como elemento constituinte e organizador da nova cidade. Esta ideia aliada à autonomia de desenho e capacidade inventiva do arquitecto, em adaptar os modelos eruditos e a cultura vernacular, iria permitir criar habitação apropriada à situação da classe trabalhadora. Fig.132 Fig.133

Por entre a rugosidade das ruínas vernaculares, entreve-se no uso dos preceitos modernos nos blocos da “Sra das Dores”, a ambição do arquitecto Siza em aliar a obra à intemporalidade e permanência, sem reduzir o objectivo do projecto à correspondência das necessidades mais prementes dos moradores. Fig.134

Fig.134 Siza Vieira, Bloco da Srª das Dores, 1974-1977 - Contraste da planimetria da parede com a rugosidade das ruínas



Conclusão

A partir da exposição e conjugação das diferentes influências e circunstâncias relevantes para a concretização dos projectos SAAL de Siza Vieira, recolhemos algumas importantes ideias relativas à prática do arquitecto e à inclusão do seu papel disciplinar na alteração da sociedade, as quais consideramos preponderantes para uma melhor abordagem da temática da habitação, na actualidade, e também, na generalidade da actividade profissional e formação do arquitecto.

Do ensino na ESBAP confirmou-se a importância de uma formação académica sólida, conhecedora de modelos arquitectónicos variados, para dar resposta a diferentes programas e exercícios de projecto, e ainda, a consciência das oportunidades da manipulação e domínio das ferramentas, nomeadamente do desenho e da proporção e clareza de abordagem que deste advêm. Foi a partir do conhecimento de uma grande variedade de referências que Siza elegeu os exemplos Modernos de habitação social para os projectos SAAL, com preocupações mais humanas e integradoras, como os projectos de J.P.Oud e de Bruno Taut. Ainda nesta Escola, passou a ser introduzido o estudo da História e da Teoria, como bases para uma arquitectura que inclui o valor das formas pelo seu significado e não somente o uso da forma pela forma. Legado que consideramos ainda presente na doutrina actual e que se revela de extrema relevância quando confrontado com os métodos de outras escolas europeias de arquitectura.

Do ensino na pré-revolução fazia parte também uma investigação social, para além da tipo-morfológica, que alertava o corpo discente para a assimilação da realidade e dos problemas em causa. Esta directriz está mais diluída, hoje em dia, no empolamento dos exercícios de projecto, cujos programas, apesar de incluírem uma multiplicidade de circunstâncias, desde a casa unifamiliar, à habitação e equipamentos colectivos, dissolvem os problemas da realidade portuguesa, como o futuro dos centros urbanos,

dos fragmentos da periferia, da possibilidade de reabilitação e alteração da casa burguesa portuense, ou ainda, da quantidade de fogos desocupados e a persistência de um elevado número desalojados ¹²⁹. Não queremos com isto afirmar que a escola actual devesse apenas incluir exercícios baseados na realidade, podendo esta opção castrar a liberdade de desenho, ou que o ensino devesse ser determinadamente político, pois estas iniciativas devem partir da autonomia e interesse do aluno, mas poder-se-ia fomentar o conhecimento de novas ferramentas ou métodos de projecto, capazes de incentivar os discentes a procurarem soluções, para a adequação dos projectos às condições actuais. Como, por exemplo, exercícios que confrontassem os alunos com propostas para novas soluções de habitação que visassem a mudança da situação cultural portuguesa, na qual a mobilidade da população, perante as possibilidades da globalização, fez diminuir o número de famílias com intenções de adquirir um imóvel e a preferirem o arrendamento e a ocupação temporária das habitações, ou ainda, o aumento de indivíduos que vivem sozinhos, levando ao desuso a quantidade de tipologias T3's e T4's disponíveis ¹³⁰. Um pouco à semelhança do que Nuno Portas refere:

Outro dos obstáculos à aceitação do arquitecto vem do rótulo antigo de que é utópico ou irrealista e é um facto que com frequência nos revelamos incapazes ou relutantes em adaptar os objectivos aos dados reais e, sobretudo, aos meios disponíveis e, reconheçamo-lo, não é só por culpa dos eleitos que as gavetas dos municípios estão cheias de projectos encomendados – talvez mal encomendados – que se não sabe como pôr em execução ou que, para se executarem, precisam sempre de mais um estudo

129 “O setor da habitação em Portugal apresenta uma situação paradoxal. De um lado o elevado número de fogos devolutos, do outro a dificuldade de acesso das famílias a uma habitação adequada às suas posses e necessidades” in “Diário da República”, 1.ª série — N.º 136 — 15 de Julho de 2015, p.4826

130 “A dimensão média das famílias reduziu -se, o número de idosos aumentou e o número de pessoas a viver sozinhas subiu de forma muito expressiva. A diversificação dos tipos de alojamento e as necessidades de mobilidade das famílias colocam novos desafios quanto às formas e tipologias habitacionais dominantes no futuro, nomeadamente a redução da dimensão das habitações, a sua flexibilização e a adaptação às situações de mobilidade condicionada.” in “Diário da República”, 1.ª série — N.º 136 — 15 de Julho de 2015, p.???

*qualquer...*¹³¹

Por outro lado, a conjugação da pesquisa tipo-morfológica popular e erudita com o estudo dos fenómenos sociais, formalizou-se na oportunidade gerada no SAAL Norte, que permitiu que os arquitectos obtivessem maior autonomia disciplinar e que a classe trabalhadora participasse no debate urbanístico e habitacional. Deste acontecimento, ecoa ainda a polémica gerada por um processo inovador, que conduz muitos a questionar a validade da participação dos moradores no desenvolvimento do projecto e influencia outros a interrogar a edificação dos projectos, na possibilidade de se basearem exclusivamente na opinião destes utentes ou na mimetização das formas vernaculares.

Através da exposição e análise dos projectos de Siza Vieira, verificámos que a participação funcionou, fundamentalmente, como método de revisão dos preceitos da arquitectura disciplinar e complemento da autonomia, de validação dos objectivos a atingir pela brigada e de enraizamento do sentimento de apropriação, por parte dos moradores. O arquitecto procurou entender a identidade do futuro habitante e adequar o desenho das habitações às circunstâncias sociais sem, no entanto, permitir a sobreposição destes factores à capacidade crítica do arquitecto, pretendendo um balanço equilibrado entre as ideias disciplinares e as do morador. Na Bouça, cujo estudo foi elaborado entre 1972-73, predomina a autonomia de Siza Vieira que, ainda sob a influência da publicação do Inquérito à Arquitectura Popular, vai procurar nas “ilhas”, habitações populares numerosas nesta zona urbana, referências para reinterpretar na edificação de um conjunto habitacional de cariz moderno, de escala urbana relativamente expressiva, formalizando o confronto ideológico que se vivia no seio da ESBAP, entre a arquitectura popular e erudita.

Esta opção exprime uma crítica do arquitecto relativamente à situação habitacional, que ignorava a preponderância das “ilhas” na cidade, secundarizava a urgência de realojamento e de criação de melhores condições de vida destes moradores e é em S.Víctor que esta posição é

131 PORTAS, Nuno, “ Uma Outra Práxis para uma “Nova Classe” in “Arquitecturas – História e Crítica, Ensino e Profissão”. Porto: FAUP Publicações, 2005. p.482

mais notória, quando Siza Vieira decide manter as ruínas, redesenhando sobretudo as estruturas públicas e acessos na morfologia destas habitações, assumindo-as como elemento base e organizador da malha urbana, expressão do dia-a-dia da classe trabalhadora. Conceito que, na verdade, unificava as restantes operações do SAAL Norte, ainda que cada projecto tivesse abordagens e ideias diferentes. Esta acção estava igualmente e directamente relacionada com a preferência dos moradores em obter casas morfológicamente semelhantes às “ilhas” e é também com o que poderia ser a materialização arquitectónica do “Direito ao Lugar”, redigido no Despacho SAAL.

Estes núcleos de habitações seriam também integrados na vida urbana e Siza procuraria atribuir-lhes níveis de qualidade semelhantes às habitações colectivas normalizadas, através da preferência pelos modelos eruditos da arquitectura e assim promover a intemporalidade da obra, para além da resposta às necessidades mais urgentes. Tal como Giancarlo di Carlo referiu em “Architecture’s public”:

*But we have a right to ask “why” housing should be as cheap as possible and not, for example, rather expensive; “why” instead of making every effort to reduce it to minimum levels of floor area, space, of thicknesses, of materials, etc, we should not try to make dwellings spacious, protected, insulated, comfortable, well-equipped, rich in opportunities for privacy, communication, exchange, personal creativity, etc*¹³²

Consideramos que Siza pretendeu, nos projectos SAAL, responder aos “porquês” de edificar habitação colectiva com inferiores níveis de qualidade de vida para as classes com menores posses, usando o desenho como ferramenta interventiva, capaz de concretizar uma ambição que se transpõe ao meramente necessário, confrontando-se com a arquitectura erudita e popular e com questões disciplinares de índole semelhante aos restantes projectos que até então tinha realizado, tal como apresentámos na “Casa de Chá da Boa Nova”. No entanto, esta premissa foi, evidentemente, muito reprimida por

132 CARLO, Giancarlo di, “Architecture’s public” in “Architecture and Participation”. London and New York: Spon Press, Taylor and Francis Group. 2005. p.9

imposições de custo, pela própria efemeridade e efervescência do contexto que não permitiram alargar os prazos de planeamento nem obter melhores soluções construtivas, e também por divergências políticas, que poderão ter condicionado a preservação das obras e conduzido ao estado de degradação em que hoje encontramos o Bloco da Srª das Dores.

Esta questão remete-nos para alguns projectos participativos realizados hoje em dia que, sem reunirem as condições legalmente necessárias ou uma política de apoio que os sustente, estão limitados à concretização de objectivos mais imediatos, como higienização e legalização de bairros clandestinos ou acessibilidade a meios indispensáveis como água potável. Contributos que também consideramos de valor, para uma operação urgente, mas que não exploram mais potencialidades. Referimo-nos concretamente, e para exemplificar, ao projecto do “Atelier MOB” para uma “Cozinha Comunitária das Terras da Costa”, que apesar de ser uma iniciativa válida enquanto experiência, avaliação das implicações da autoconstrução e participação, é também uma solução efémera, que não corresponde ao uso total da autonomia do arquitecto e da capacidade interventiva do desenho, nem tão pouco lhe é permitido ultrapassar as questões mais iminentes.

Este aspecto remete-nos para outro factor influente nestas experiências, que consiste no conteúdo do debate participativo, propriamente dito. A partir do testemunho de moradores, como Fernando Cardoso, presidente da Associação de Moradores da Bouça, ou ainda dos arquitectos António Madureira e Sergio Fernandez, concluímos que as necessidades dos moradores basearam-se, invariavelmente, na carência de higiene, saneamento e ventilação nas habitações. Como tal, maior parte das exigências destes indivíduos passava pela requisição destas condições básicas e também, pela vontade em permanecer no mesmo local, onde até então tinham vivido. Deste modo, cremos que o processo participativo transposto para uma situação presente seria denso e complexo, pela melhoria das condições de vida dos utentes e pelo mais alargado acesso a informação, só possível pela vivência em democracia, e que, inevitavelmente, iria conduzir ao surgimento de novas questões e confrontos de gosto ou estilo entre utentes e

arquitecto. Aliás, quando Siza Vieira foi convocado para concluir o projecto da Bouça, num passado mais recente, deparou-se com um conjunto alargado de necessidades por parte dos utentes, derivado da evolução dos seus meios económicos, ou até mesmo quando Sergio Fernandez concluiu o Bairro do Leal apercebeu-se da disparidade que existia entre as características dos espaços interiores que tinha desenhado e dos móveis que os moradores possuíam para preencher as habitações.¹³³

*Finalmente, a arrogância cultural que se denuncia na dificuldade em intuir os valores e apetências das pessoas comuns, em aprender com o próprio meio, abandonando o complexo de vanguarda que se bebe nas escolas de arquitectura e que faz o arquitecto gastar-se em aspectos e lutas muitas vezes superficiais ou de moda formal, enquanto falha no que mais lhe devia importar: a modelação do espaço urbano, o acerto da tipologia, a relação com a paisagem envolvente ...*¹³⁴

A exploração de metodologias de aproximação à realidade, desde inquéritos, à participação, autoconstrução, análise das construções vernaculares, acreditamos que devem servir para adequar os preceitos da arquitectura erudita ao contexto, aos indivíduos, à especificidade do programa. Tal como apresentámos na análise dos projectos de Siza, relativamente à adaptação dos elementos de projecto à habitação colectiva, para o equilíbrio entre os espaços de convívio e individuais e exploração das tipologias, evidenciando que adaptação e reinterpretação da arquitectura popular, não significa adopção. Evidentemente, esta questão só pode ser con-

133 “Assisti às pessoas, depois de as casas estarem prontas, a usarem a casa e a mobilarem a casa. E em muitos casos, como é natural, e insisto que é natural, foram buscar os piores modelos de mobiliário, os modelos mais absurdos para a sua própria vida, porque eram as referências que tinham, e mais do que as referências, era a utopia que eles viviam, porque era viver como os ricos, e portanto foram buscar isso tudo. (...) Como exemplo, um dos senhores de uma casa comprou uma cama de bilros. Os quartos tinham o tecto inclinado, e um dos paus da cama teve de ser cortado para colocar a cama no quarto.” Cit. por FERNANDEZ, Sergio, in “Sessão I – 23/11”, Joelho#02. Coimbra: EDARQ, Abril/2011. p.99

134 PORTAS, Nuno, “Uma Outra Práxis para uma “Nova Classe” in “Arquitecturas – História e Crítica, Ensino e Profissão”. Porto: FAUP Publicações, 2005. p.482

cretizável quando é do conhecimento do arquitecto a identidade do grupo de indivíduos para quem projecta, informação que é normalmente inacessível e que é transmitida por um intermediário, que reinterpreta e gera a encomenda do projecto ou de um plano ordenador, com vista o lucro económico.

Esta imposição remete-nos para a “Organização Social da Procura” por parte dos moradores, que validou o início das operações SAAL, criação das brigadas, definição das unidades operacionais e das metas a atingir, ou seja, constituiu uma encomenda ao arquitecto, mas directamente formulada pelos interessados. E ainda, desta possibilidade, advém também o “Direito à Cidade”, a sobreposição da permanência e acesso aos centros urbanos, sobre a especulação dos terrenos e o lucro imobiliário.

*Tanta gente sem casa e tanta casa sem gente*¹³⁵

Observando o centro histórico da cidade do Porto, verificam-se problemas semelhantes aos que surgiam no pós-25 de Abril: “ilhas” que ainda necessitam de soluções de projecto, bairros camarários em degradação e que contribuem para a segregação da população, desertificação do centro histórico e crescimento da periferia. E ainda outros, derivados de políticas actuais e fruto da globalização: aumento do parque habitacional, simultâneo ao incremento do número de fogos desocupados e de pessoas desalojadas, aumento das rendas e do preço das casas, reabilitação dos centros urbanos em prol do negócio turístico, não incluindo a reconstrução de uma cidade identitária, isto é, para a população que nela habita permanentemente. A partir da informação apresentada, deduzimos que existe novamente uma desadequação da encomenda à realidade do cidadão e habitante português, tanto em termos de custo, como da inclusão dos seus interesses na política da habitação e acessibilidade aos centros urbanos. Julgamos que estes problemas continuam a resultar de medidas generalizadas, planos

135 “É neste contexto que a expressão “tanta gente sem casa e tanta casa sem gente” assume uma dimensão nova, pois em Portugal já não existe um défice habitacional, mas antes dificuldades no acesso à habitação.” in “Diário da República”, 1.ª série — N.º 136 — 15 de Julho de 2015, p.4826



Fig.136 Sobre a actualidade

urbanísticos abrangentes e soluções de interesse predominantemente privado.

Num contexto actual, consideramos que o método de abordagem aos problemas da cidade, posto em prática pelo SAAL Norte, é uma mais valia para uma adequada política de habitação e gestão dos solos para os dias de hoje, na medida em que partiu do particular para o geral. Iniciou-se com a organização dos interessados, visando uma adequação das soluções à realidade, e que, actualmente, poderia incluir a diversidade de classes e de gerações, para promover uma cidade democrática. Mas o processo não só operava no particular, tinha também um conceito unificador, que direccionava as brigadas, mas dava margem a diferentes abordagens para o mesmo problema. Cremos que a possibilidade dos arquitectos trabalharem em conjunto, contribuiria também para a melhoria da situação presente, pois permitiria que o debate da cidade fosse alargado a profissionais e interessados, estenderia o leque de intervenções a realizar, contribuindo para a diminuição da taxa de desemprego da profissão e contribuía para a valorização do papel do arquitecto, enquanto agente activo na alteração e melhoria da qualidade de vida dos utentes.

*Legitimar a nossa reivindicação de que o arquitecto, enquanto agente cultural, é imprescindível ao desenvolvimento social das comunidades.*¹³⁶

136 PORTAS, Nuno, “Uma Outra Práxis para uma “Nova Classe” in “Arquitecturas – História e Crítica, Ensino e Profissão”. Porto: FAUP Publicações, 2005. p.483

Bibliografia

Livros consultados

“Arquitectura Popular em Portugal”,
2ª edição, Lisboa: Associação Arquitectos
Portugueses, 1980

BANDEIRA, Pedro; “Escola do Porto: Lado
B, 1968-1978 (Uma História Oral)”,
A Oficina, CIPRL, Sistema Solar
(Documenta), 2014

BANDEIRINHA, José António. “O Processo
SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de
1974”. Coimbra: EDARQ, 2007

COLLINS, George R. e COLLINS,
Christiane C.; “Camillo Sitte and the birth
of modern city planning”.
London: Phaidon, 1965

COSTA, Alexandre Alves, “Dissertação
expressamente elaborada para o concurso de
habilitação para a obtenção do título de
professor agregado”. prefácio de Álvaro Siza.
2ª edição, Porto: ESBAP. 1982

COSTA, Alexandre Alves, “Textos
datados”. Coimbra : Edarq, 2007

FERNANDES, Manuel Correia; “ESBAP/
Arquitectura anos 60 e 70, Apontamentos”;
2ª edição – Porto, FAUP publicações,1988

FERNANDEZ, Sergio, “CODA ESBAP,
Recuperação de Aldeias, equipamento
colectivo, Rio de Onor, Bragança”.
Porto: ESBAP. 1965

FERNANDEZ, Sergio, “Percurso:
arquitectura portuguesa : 1930 1974”,
prefácio de Alexandre Alves Costa, 2ª ed.
Porto : Faup Publicações, 1988

FILGUEIRAS, Octávio, Lixa; “da Função
Social do Arquitecto, para uma teoria da
responsabilidade numa época de
encruzilhada”; 2ª edição
(ESBAP-Arquitectura), 1985

GRANDE, Nuno, “O ser urbano nos
caminhos de Nuno Portas – The urban being
on the trails of Nuno Portas” Textos Nuno
Grande...[et al.]. Lisboa: Imprensa nacional,
Casa da Moeda, 2012

GOMES, Paulo Varela, “Arquitectura, os
últimos vinte e cinco anos”, in História da
arte portuguesa”, vol.3.
Lisboa: Temas e Debates, 1999

LEFEBVRE, Henri; “O Direito à Cidade”,
trad: Rubens Eduardo Frias, 5ª edição,
Centauro Editora, 2008

“Livro branco do SAAL - Serviço de Apoio
Ambulatório Local: 1974-1976.”
[S.l.]: Conselho Nacional do SAAL. 1976

MUMFORD, Eric, “The CIAM discourse on
urbanism, 1928-1960”Cambridge, Mass.:
The MIT Press, 2002

PORTAS, Nuno, “Das casas às pessoas e
vice-versa” in “Só nós e santa tecla: a casa de
Caminha de Sergio Fernandez”,
Porto: Dafne, 2008

PORTAS, Nuno; “A Habitação Social –
Proposta para a metodologia da sua
arquitectura”. 1ª ed. -
Porto : Faup Publicações, 2004

PORTAS, Nuno; DIAS, Francisco Silva.
“Habitação Evolutiva” in “Arquitectura(s)
Teoria e Desenho, Investigação e Projecto”,
Porto: FAUP publicações, 2005

PORTAS, Nuno, “Arquitectura(s) História e
Crítica, Ensino e Profissão”, Porto: FAUP
publicações, 2005

RAMALHO, Pedro; “Itinerário”; 2ª edição –
Porto, FAUP publicações, 1989

ROSSI, Aldo; “La arquitectura de la ciudad”, 10ª edição, Barcelona: GG, 1999

TAVERNE, Ed, “J.J.P. Oud : the complete works : 1890-1963” Ed Taverne, Cor Wagenaar, Martien de Vletter ; contrib. Dolf Broekhuizen ...[et al.]. Rotterdam: Nai Publishers, 2001

TÁVORA, Fernando; “O Problema da Casa Portuguesa”, Lisboa 1947

TÁVORA, Fernando; “Da Organização do Espaço”, 3ª edição, FAUP publicações, 1996

TEIXEIRA, Manuel C. “The Development of 19th century working-class housing – The “ilhas” in Oporto, Portugal”, Architectural Association School of Architecture, 1988

TESTA, Peter; “A arquitectura de Álvaro Siza - The architecture of Álvaro Siza” ; trad. José Quintão. Porto: FAUP, 1988

TURNER, John F.C. “Housing By People: towards autonomy in building environments”, introd. by Colin Ward. New York : Marion Boyars, cop. 1991

VIEIRA, Álvaro Siza, “01 textos”; editor Carlos Campos Morais. Porto: Civilização, 2009

Monografias da obra de Siza Vieira

CASTANHEIRA, Carlos, “As cidades de Álvaro Siza”, Chiara Porcu. 1ª ed. Lisboa: Figueirinhas, 2001

FRAMPTON, Kenneth, “Profesión poética - Profissão poética”/ Álvaro Siza Vieira ; textos de Keneth Frampton...[et al.]; trad. Santiago Castán...[et al.].Barcelona: GG, 1988

FRAMPTON, Kenneth, “Álvaro Siza : tute le opere - Kenneth Frampton”, pref. Francesco Dal Co; escritos de Álvaro Siza. Milano: Electa, 2005

VIEIRA, Álvaro Siza, “Álvaro Siza : obras y proyectos,1954-1992”, edição José Paulo dos Santos; intr. de.Peter Testa e

Kenneth Frampton; trad. Carlos Sáenz, Ana Rosa de Oliveira. Barcelona: GG, 1993

VIEIRA, Álvaro Siza, “Casa de Chá da Boa Nova - Boa Nova Tea House: 1958-1963”; fotografia Rui Morais de Sousa. Lisboa: Blau, 1999

Provas de Doutoramento

MACHADO, Carlos; “Anonimato e Banalidade – Arquitectura popular e arquitectura erudita na segunda metade do século XX em Portugal”. Porto : FAUP, 2006

MONIZ, Gonçalo Canto, “Ensino Moderno da Arquitectura, A Reforma de 57 e as Escolas de Belas-Artes em Portugal (1931-69)”.Coimbra: FCTUC.2011

MOTA, Nelson; An Archeology of the Ordinary: Rethinking the Architecture of Dwelling from CIAM to Siza”. Delft: TU Delft.2014

Periódicos e Artigos

CARDOSO, Mário, “Entrevista a Fernando Távora” in Arquitectura, nº123, Lisboa, 1971. p.s 150-153

HUIDOBRO, Fernando García; TORRITI, Diego Torres; TUGAS, Nicolás, “PREVI Lima: 35 años después” in Revista ARQ, nº 59. p.s 72-76

“Joelho”, “Intersecções: Antropologia e Arquitectura”. Coimbra: EDARQ, nº2, 2011

“Jornal de Arquitectos”, “A Questão do Alojamento 1”. Lisboa: Ordem dos Arquitectos, nº204, 2002

L’Architecture d’Aujourd’Hui, “Portugal an II”. Paris, nº185,1976

Lotus Internacional, “Rinnovo Urbano”. Milão: Electa, nº13, 1976

Conferências

“Colóquio Internacional, 74-14 – O SAAL e a Arquitectura”, Coimbra: FCTUC. Novembro/2014

“Simpósio SAAL : Em Retrospectiva”, Porto: Serralves. Maio/2014

Iconografia

Figura da capa p.3
http://www1.ci.uc.pt/cd25a/media/Colec
caoslidesAAlvesCosta/SAAL8_L.U.jpg

I Le Corbusier, “Villa Besnus”, Vaucresson, França, 1922 p.12
http://www.fondationlecorbusier.fr/
corbuweb/morpheus.aspx?sysId=13&Iris
ObjectId=7393&sysLanguage=en-en&item
Pos=64&itemSort=fr-fr_sort_string1

II Interior de uma habitação
portuense, 1974 p.12
http://www1.ci.uc.pt/cd25a/media/Fo
tosAAlvesCosta/4269.jpg

Fig.1 Le Corbusier, “Villa Besnus”, Vaucresson, França, 1922 p.15
http://www.fondationlecorbusier.fr/
corbuweb/morpheus.aspx?sysId=13&Iris
ObjectId=7393&sysLanguage=en-en&item
Pos=64&itemSort=fr-fr_sort_string1

Fig.2 Fernando Távora, “Bairro de Ramalde”, Porto 1952 - 1960 p.15
http://i237.photobucket.com/albums/ff312/
abcinfohabitar/fig09mtHE.jpg

Fig.3 Siza Vieira, “Casa de Chá da Boa Nova”, 1963, foto de Fernando Guerra p.16
http://cultour.com.pt/sites/default/files/styles/
galeria-colorbox/public/galerias/casacha-1-fg.
jpg?itok=y6lBSh8W

Fig.4 Fernando Távora, “Mercado da Vila da Feira”, Santa Maria da Feira, 1959 p.16
https://pt.wikipedia.org/wiki/Mercado_Mu
nicipal_de_Santa_Maria_da_Feira#/media/
File:Mercado_Municipal_de_Santa_Ma
ria_da_Feira_001.jpg

Fig.5 Siza Vieira, “Piscina das Marés”, 1966,

foto de Fernando Guerra p.16
https://s-media-cache-ak0.pinimg.com/736x/
cb/ab/06/cbab06d3ad6db12338bee789cb
173dc5.jpg

Fig.6 “Uma rua em Rio de Onor”, 1963 p.17
http://www.vitruvius.com.br/media/images/
magazines/grid_9/f136933f4424_figura_04_
rua_em_rio_de_onor_1963.JPG

Fig.7 A rotina da povoação de Rio de Onor, Inquérito à Arquitectura Popular em Trás-os-Montes e Alto Douro, 1961 p.18
http://lh6.ggpht.com/_FkKgTDI7ngU/TXZ4AGh7WVI/AAAAAAAAANz8/FG6gpBmUIgI/s1600-h/inq303.jpg

Fig.8 Casa vernacular assente em pilotis, Inquérito à Arquitectura Popular no Minho, 1961 p.18
http://lh3.ggpht.com/_FkKgTDI7ngU/TXZ3Rp_ulaI/AAAAAAAAANvU/m6pVaDw62Lg/s1600-h/inq183.jpg

Fig.9 Projecto de um aluno para um cine-teatro - Corte p.20
Centro de Documentação Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

Fig.10 Projecto de um aluno para um cine-teatro - Planta p.21
Centro de Documentação Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

Fig.11 Projecto de um aluno para uma escola- Corte p.20
Centro de Documentação Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

Fig.12 Projecto de um aluno para uma escola - Planta p.21
Centro de Documentação Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

Fig.13 Esquissos de experiências formais, Eduardo Souto de Moura, 1975 p.22
http://imagens3.publico.pt/imagens.aspx/881593?tp=UH&db=IMAGENS

Fig.14 Exercício para a disciplina de “Teoria”, Eduardo Souto de Moura, 1970-71 - “Le coeur a des raisons, que la raison ne connaît pas.” p.23
Centro de Documentação Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

Fig.15 Levantamento de uma habitação do Barredo, exercício da disciplina “Arquitectura Analítica”, 1968 p.25
Centro de Documentação Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

Fig.16 Número de moradores das habitações do Barredo, exercício da disciplina “Arquitectura Analítica”, 1968 p.25
Centro de Documentação Faculdade de

Arquitectura da Universidade do Porto

Fig.17 Exercício execturado por António Madureira, 1966 p.24
Centro de Documentação Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

Fig.18 Exercício execturado por António Madureira, 1966 - desenho do “Core” p.24
Centro de Documentação Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

Fig.19 “Organização Insurreccional do Espaço”- alçado, Mário Ramos e Fernando Barroso, 1975 p.29
<http://imagens3.publico.pt/imagens.aspx/881583?tp=UH&db=IMAGENS>

Fig.20 “Organização Insurreccional do Espaço”- colagem, Mário Ramos e Fernando Barroso, 1975 p.29
<http://imagens0.publico.pt/imagens.aspx>

Fig.21 “Organização Insurreccional do Espaço”- colagem, Mário Ramos e Fernando Barroso, 1975 p.29
<http://imagens7.publico.pt/imagens.aspx/881583?tp=UH&db=IMAGENS>

Fig.22 Piso térreo de um conjunto de habitações em Rio de Onor, Sergio Fernandez, 1965 p.31
<https://repositorio-tematico.up.pt/handle/10405/48234>

Fig..23 Alçados de um conjuto de habitações em Rio de Onor, Sergio Fernandez, 1965 p.31
<https://repositorio-tematico.up.pt/handle/10405/48234>

Fig.24 Pequenos arranjos nas habitações de Rio de Onor, Sergio Fernandez, 1965 p.32
<https://repositorio-tematico.up.pt/handle/10405/48234>

Fig.25 Trabalho comunitário entre os habitantes de Rio de Onor, Sergio Fernandez, 1965 p.33
<https://repositorio-tematico.up.pt/handle/10405/48234>

Fig.26 Alçado da “Casa do Povo” em Rio de Onor, com espaços de transição em sombra p.33
<https://repositorio-tematico.up.pt/handle/10405/48234>

Fig.27 Reunião da Associação de Moradores de S.Víctor p.33
VIEIRA, Álvaro Siza; “A Ilha Proletária como Elemento Base do Tecido Urbano” in Lotus Internacional, nº13.Milão: Electa,1976, p.82

Fig.28 Demolições das “ilhas” em S.Víctor p.34
VIEIRA, Álvaro Siza; “A Ilha Proletária como Elemento Base do Tecido Urbano” in Lotus Internacional, nº13.Milão: Electa,1976, p.82

Fig.29 Desenho de Siza Vieira para as habitações baseadas na morfologia urbana das “ilhas” p.35
VIEIRA, Álvaro Siza; “A Ilha Proletária como Elemento Base do Tecido Urbano” in Lotus Internacional, nº13.Milão: Electa,1976, p.82

Fig.30 Bloco da Srª das Dores entre as reminiscências das ocupações anteriores p.35
<http://www1.ci.uc.pt/cd25a/media/FotosAAlvesCosta/4062.jpg>

Fig.31 Planta do projecto da Bouça para o FFH, 1972-1973 p.37
“drawing matter COLLECTIONS - Álvaro Siza”

Fig.32 Planta do projecto da Bouça para o SAAL, 1974 - 1978 p.37
“drawing matter COLLECTIONS - Álvaro Siza”

Fig.33 Escada metálica improvisada pelos utentes foto da cortesia do morador Fernando Cardoso p.37

Fig.34 Conclusão da 1ª fase do projecto da Bouça, estado de degradação das habitações, foto da cortesia do morador Fernando Cardoso p.37

Fig.35 As varandas no fim da conclusão da 1ª fase do projecto p.39
VIEIRA, Álvaro Siza, “Álvaro Siza : obras y proyotos,1954-1992”, edição José Paulo dos Santos; intr. de.Peter Testa e Kenneth Frampton; Barcelona: GG, 1993, p.s105 e 106

Fig.36 Alteração das varandas para marquises p.39
<http://www.patrimoniocultural.pt/static/data/cache/dd/08/dd08d0b1cb2b021701c03eb79c6785cf.jpg>

Fig.37 Apropriação dos jardins pelos moradores p.39
Foto da cortesia do morador Fernando Cardoso

Fig.38 Desenho actual dos jardins e do pavimento p.39
https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/0/09/Conjunto_Habitacional_da_Bou%C3%A7a_-_3.jpg

III Alexandre Alves Costa, “Ilha” do Porto, 1974 p.40
<http://www1.ci.uc.pt/cd25a/media/FotosAAlvesCosta/4305.jpg>

IV Álvaro Siza Vieira, “Bairro da Bouça” ,1978 p.40
FRAMPTON, Kenneth, “Profesión poética - Profissão poética”/ Álvaro Siza Vieira ; textos de Keneth Frampton...[et al.]; trad. Santiago Castán...[et al.]. Barcelona: GG, 1988, p.85

Fig.39 Le Corbusier,“Plan Voisier”, Paris, 1925 - construção de alta densidade e libertação do solo p.43
http://www.fondationlecorbusier.fr/CorbuCache/900x720_2049_1704.jpg?r=0

http://www.fondationlecorbusier.fr/CorbuCache/900x720_2049_1706.jpg?r=0

http://www.fondationlecorbusier.fr/CorbuCache/900x720_2049_1708.jpg?r=0

Fig.40 Projectos de “Habitação para o Maior Número”, CIAM IX, Aix-en-Provence, 1953 construção baixa, de alta densidade e ocupação p.44
http://transculturalmodernism.org/files/mvo/2011-01-16/habitat_pour_le_plus_grand_nombre.jpg_704x400_ins.jpg

Fig.41 Habitat Rural, painel 2, CIAM X, 1956 - Duas povoações dos arredores da proposta p.45
http://www.vitruvius.com.br/media/images/magazines/grid_9/b3fd02ea40b7_figura_03a_aglomerados_existentes_ciamportugal_1956.jpg

Fig.42 Habitat Rural, painel 2, CIAM X, 1956, Organização do programa da povoação p.46
http://www.vitruvius.com.br/media/images/magazines/grid_9/d4a8ef40147_figura_03b_uma_comunidade_agricola_ciamportugal_1956.jpg

Fig.43 Habitat Rural, painel 3, CIAM X, 1956 Organização da casa em torno da lareira p.46
http://www.vitruvius.com.br/media/images/magazines/grid_9/187936feb262_figura_05_planta_piso_1_e_alcado_conjunto_ciamportugal_1956_copia.jpg

Fig.44 Habitat Rural, painel 3, CIAM X, 1956 Proposta para a evolução das unidades p.47
http://www.vitruvius.com.br/media/images/magazines/grid_9/339b39281939_figura_06_possibilidades_de_organizacao_do_fogo_pormenor_painel_3_1956.jpg

Fig.45 Habitat Rural, painel 3, CIAM X, 1956

O material, os espaços de luz e sombra das varandas p.47
http://www.vitruvius.com.br/media/images/magazines/grid_9/187936feb262_figura_05_planta_piso_1_e_alcado_conjunto_ciamportugal_1956_copia.jpg

Fig.46 Alçado e planta da “Casa da Lavoura”, Balazar, Guimarães, “Arquitectura Popular em Portugal”, 1961 p.48
http://lh5.ggpht.com/_FkKgTDI7ngU/TXZ3MKmKxXI/AAAAAAAANuW/sVYI1a5YstY/inq13_thumb2.jpg?imgmax=800

http://lh3.ggpht.com/_FkKgTDI7ngU/TXZ3NZ_HPCI/AAAAAAAAANu4/BfXY-vpRfws/inq14_thumb.jpg?imgmax=800

Fig.47 Uso da madeira para a construção da “Casa da Lavoura” “Arquitectura Popular em Portugal”, 1961 p.48
http://1.bp.blogspot.com/-MdY1IYW5Z4U/UNcbbAwX3iI/AAAAAAAE-I/cSz3_kvulK/s400/ArquiteturasPopularesInteri.jpg

Fig.48 Interior de uma casa, Montes, “Arquitectura Popular em Portugal”, 1961 p.49
http://lh5.ggpht.com/_FkKgTDI7ngU/TXZ3wPK2ubI/AAAAAAAODA/M1wRKbdnyQQ/inq111_thumb.jpg?imgmax=800

Fig.49 Fotografia, alçado interior e planta, Montes, “Arquitectura Popular em Portugal”, 1961 p.49
http://lh6.ggpht.com/_FkKgTDI7ngU/TXZ3xgWNmJI/AAAAAAAODI/xUUr_7sSj4o/inq103_thumb1.jpg?imgmax=800

http://lh3.ggpht.com/_FkKgTDI7ngU/TXZ3yvwmp_I/AAAAAANyg/FmY59SPA73w/inq101_thumb1.jpg?imgmax=800

http://lh3.ggpht.com/_FkKgTDI7ngU/TXZ3z5QRNFI/AAAAAODQ/9NqKRZYdl8E/inq102_thumb1.jpg?imgmax=800

Fig.50 Catalogiação de tipologias do Inquéirto à Arquitectura Popular no Minho, 1961 p.51
“Arquitectura Popular em Portugal”, 2ªedição,Lisboa: Associação Arquitectos Portugueses, 1980, p.111

Fig.51 Siza Vieira, “Casa de Chá da Boa Nova”, 1963 p.52
http://liveitup.pt/images/boanova/ALVARO_SIZA_CASA_D.jpg

Fig.52 Siza Vieira, “Casa de Chá da Boa Nova”, 1963 - Implantação da construção no terreno p.52
VIEIRA, Álvaro Siza, “Casa de Chá da Boa Nova - Boa Nova Tea House: 1958-1963”; fotografia Rui Morais de Sousa. Lisboa: Blau, 1999, s/p.

Fig.53 Inquérito à Arquitectura Popular em Trás-os-Montes e Alto-Douro, 1961 - implantação integrada no terreno p.52 “Arquitectura Popular em Portugal”, 2ªedição,Lisboa: Associação Arquitectos Portugueses, 1980, p.168

Fig.54 Siza Vieira, “Casa de Chá da Boa Nova”, 1963 confronto com as rochas e prolongamento da cobertura p.53 VIEIRA, Álvaro Siza, “Casa de Chá da Boa Nova - Boa Nova Tea House: 1958-1963”; fotografia Rui Morais de Sousa. Lisboa: Blau, 1999, s/p.

Fig.55 Inquérito à Arquitectura Popular em Trás-os-Montes e Alto-Douro, 1961 - a sombra e prolongamento da cobertura p.53 Arquitectura Popular em Portugal, 2ª edição, Lisboa: Associação Arquitectos Portugueses, 1980, p.71

Fig.56 Alvar Aalto, “Maison Carré”, Bazoch es-sur-Guyonnes, França, 1957-60 - interior em reboco e madeira p.54 <http://finland.fi/public/download.aspx?ID=74221&GUID=%7BB9D91432-A938-432A-83C1-7337C0D1AB16%7D&maxwidth=640&maxheight=600>

Fig.57 Inquérito à Arquitectura Popular em Trás-os-Montes e Alto-Douro, 1961 - o tratamento do material p.54 Arquitectura Popular em Portugal, 2ª edição, Lisboa: Associação Arquitectos Portugueses, 1980, p.143

Fig.58 Siza Vieira, interior da “Casa de Chá da Boa Nova”, 1963 p.54 VIEIRA, Álvaro Siza, “Casa de Chá da Boa Nova - Boa Nova Tea House: 1958-1963”; fotografia Rui Morais de Sousa. Lisboa: Blau, 1999, s/p.

Fig.59 Manuel C. Teixeira - Organização da “ilha” e entrada pela habitação burguesa p.56 TEIXEIRA, Manuel C. “The Development of 19th century working-class housing – The “ilhas” in Oporto, Portugal”, Architectural Association School of Architecture, 1988, p.184

Fig.60 Manuel C. Teixeira - Organização da “ilha” quando alargada a vários lotes e entrada lateral p.56 TEIXEIRA, Manuel C. “The Development of 19th century working-class housing – The “ilhas” in Oporto, Portugal”, Architectural Association School of Architecture, 1988, p.184

Fig.61 Manuel C. Teixeira - Portão contíguo às fachadas p.56 TEIXEIRA, Manuel C. “The Development of

19th century working-class housing – The “ilhas” in Oporto, Portugal”, Architectural Association School of Architecture, 1988, p.191

Fig.62 Manuel C. Teixeira - “Morfologia das “ilhas” p.57 TEIXEIRA, Manuel C. “The Development of 19th century working-class housing – The “ilhas” in Oporto, Portugal”, Architectural Association School of Architecture, 1988, p.186

Fig.63 Fotografia de Alexandre Alves Costa - “Contexto social dos habitantes das “ilhas” p.57 <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/media/FotosAAlvesCosta/4273.jpg>

Fig.64 Pedro Ramalho, “ilhas” das Antas, 1975 - preservação da construção inicial e acrescimento de área p.59 http://www.domusweb.it/content/dam/domusweb/en/news/2015/05/12/the_saal_process_housing_in_portugal_1974_76/gallery/domus-09-the-saal-process.jpg

Fig.65 Pedro Ramalho, projecto para as “ilhas” das Antas, 1976 p.59 <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/media/FotosAAlvesCosta/4058.jpg>

Fig.66 Sergio Fernandez, Bairro do Leal, 1976 - configuração de zonas de luz e sombra p.59 <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/media/NunoPortas/015NPnet.jpg>

Fig.67 Sergio Fernandez, Bairro do Leal, 1976 - largo para o convívio dos moradores p.59 https://farm9.staticflickr.com/8683/15681027418_19a9352624_o_d.jpg

Fig.68 “Existenzminimum”, CIAM 1929, Alexander Klein, estudos distributivos, 1928 Gropius, Plano para Dammerstock, 1929 p.61 TESTA, Peter; “A arquitectura de Álvaro Siza - The architecture of Álvaro Siza” ; trad. José Quintão. Porto: FAUP, 1988, p.116

Fig.69 Maquete do projecto para o Bairro da Bouça - abertura do espaço público para a estrutura viária da cidade p.62 FRAMPTON, Kenneth, “Profésion poética - Profissão poética”/ Álvaro Siza Vieira ; textos de Keneth Frampton...[et al.]; trad. Santiago Castán...[et al.].Barcelona: GG, 1988, p.80

Fig.70 J.P.Oud, bairro Kiefhoek, Roterdão, 1925 composição formal e identitária dos espaços no plano urbano p.62 TESTA, Peter; “A arquitectura de Álvaro Siza - The architecture of Álvaro Siza” ; trad. José Quintão. Porto: FAUP, 1988, p.118

Fig.71Siza Vieira, estudo para o parcelamento “Bárbara de Sousa”, Ovar, 1972 p.63

“Bárbara de Sousa”, Ovar, 1972 p.63 FRAMPTON, Kenneth, “Álvaro Siza : tute le opere - Kenneth Frampton”, pref. Francesco Dal Co; escritos de Álvaro Siza. Milano: Electa, 2005. p.138

Fig.72 Siza Vieira, desenho para a fachada da Boavida, no projecto da Bouça - continuidade e integração na estrutura urbana p.63 “drawing matter COLLECTIONS - Álvaro Siza”

Fig.73 Siza Vieira, desenho do bloco da Srª das Dores - o uso da cobertura plana e comparação com a envolvente p.64 TESTA, Peter; “A arquitectura de Álvaro Siza - The architecture of Álvaro Siza” ; trad. José Quintão. Porto: FAUP, 1988. p.138

Fig.74 Siza Vieira, esquisso do Bairro da Bouça, 1973-1977. J.P.Oud, casas na Strandboulevard, Scheveningen, 1971 - Desconstrução do volume e da planimetria p.65 TESTA, Peter; “A arquitectura de Álvaro Siza - The architecture of Álvaro Siza” ; trad. José Quintão. Porto: FAUP, 1988. p.114

Fig.75 Siza Vieira, esquisso do bairro da Bouça, 1973-1977 - desenho da curva e procura da forma p.64 “drawing matter COLLECTIONS - Álvaro Siza”

Fig.76 Siza Vieira, esquisso do bairro da Bouça, 1973-1977 - uso do ângulo agudo para desenhar a transição entre a implantação e a estrutura urbana da rua da Boavista p.65 “drawing matter COLLECTIONS - Álvaro Siza”

Fig.77 J.P.Oud, Kiefhoek, Roterdão, 1925-1930 Siza Vieira, Bairro da Bouça, 2004 - 2006 . uso da curva para desenhar a continuidade da planimetria p.66 <http://afbeeldingen.gahetna.nl/naa/thumb/1280x1280/8b086999-fa08-27fa-1889-d1d89093501d.jpg>

<http://i237.photobucket.com/albums/ff312/abcinfohabitar/infohabi35701.jpg>

Fig.78 J.P.Oud, Hoek van Holland, Roterdão, 1928-1930. Siza Vieira, esquisso do blodo da Srª das Dores, 1974- 1976 - uso da curva para enunciar passagem p.66

<http://www.kunstgeschichte-ejournal.net/discussion/2011/engelberg-dockal/dippArticle-26.jpg>

VIEIRA, Álvaro Siza, “Álvaro Siza : obras y proyotos,1954-1992”, edição José Paulo dos Santos; intr. de.Peter Testa e Kenneth Frampton; trad. Carlos Sáenz, Ana Rosa de Oliveira. Barcelona: GG, 1993, p.109

Fig.79 Bruno Taut, Bohnsdorf, Berlim, 1929-1933 Siza Vieira, Bairro da Bouça, 2004-2006 - uso da cor para diferenciar planos e acentuar a identidade do lugar p.67 http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/5/55/1929-33_Berlin_Siedlung_Paradies_Hundsfelder-Pitschener_Stra%C3%9Fe_von_Bruno_Taut_in_12526_Bohnsdorf.jpg

<http://www.buildingbutler.com/images/gallery/large/building-facades-3846-8993.jpg>

Fig.80 Construção da 1ª fase do Bairro da Bouça. 1977 - sobreposição de blocos de betão p.67 “drawing matter COLLECTIONS - Álvaro Siza”

Fig.81 Corte do estudo para o FFH do Bairro da Bouça, 1973 - desenho de 6 pisos nos volumes extremos da implantação p.67 “drawing matter COLLECTIONS - Álvaro Siza”

Fig.82 Siza Vieira, Bairro da Bouça, 2004-2006 Manuel C. Teixeira, “ilha” em S.Victor - comparação entre a morfologia do espaço exterior do projecto e das “ilhas” p.68 http://payload.cargocollective.com/1/0/20961/874615/dacian-groza-bouca-housing-complex-02_2000.jpg

TEIXEIRA, Manuel C. “The Development of 19th century working-class housing – The “ilhas” in Oporto, Portugal”, Architectural Association School of Architecture, 1988, p.267

Fig.83 Siza Vieira, Bairro da Bouça, 2004-2006 Manuel C. Teixeira, “ilha” em S.Victor - comparação dos percursos semi-privados do projecto e das “ilhas” p.69 <https://decoposcheios.files.wordpress.com/2013/02/bouc3a7a10.jpg>

TEIXEIRA, Manuel C. “The Development of 19th century working-class housing – The “ilhas” in Oporto, Portugal”, Architectural Association School of Architecture, 1988, p.268

Fig.84 Siza Vieira, Bairro da Bouça, 2004-2006 Manuel C. Teixeira, “ilha” em S.Victor - enfatiza-ção da luz e da sombra dos percursos das “ilhas” no projecto p.69 <https://decoposcheios.files.wordpress.com/2013/02/bouc3a7a9.jpg?w=529&h=373>

TEIXEIRA, Manuel C. “The Development of 19th century working-class housing – The “ilhas” in Oporto, Portugal”, Architectural Association School of Architecture, 1988, p.267

Fig.85 Siza Vieira, alçados do projecto da Bouça,

1973-1977 - fachada mais planimétrica, mais relacionada ao Movimento Moderno p.71
“drawing matter COLLECTIONS
- Álvaro Siza”

Fig.86 Siza Vieira, alçados do projecto da Bouça, 1973-1977 - fachada mais densa e preenchida, recorda a arquitectura popular e a classe operária p.71
“drawing matter COLLECTIONS
- Álvaro Siza”

Fig.87 Inquérito à Arquitectura Popular no Minho, 1961 - Proeminência da presença das escadas no acesso às habitações rurais p.70
“Arquitectura Popular em Portugal”, 2ª edição, Lisboa: Associação Arquitectos Portugueses, 1980, p.70

Fig.88 Esquisso de Siza Vieira para um monumento em homenagem à Associação de Moradores da Bouça, 1976 p.71
Fotografia da cortesia do morador Fernando Cardoso

Fig.89 A zona de S.Víctor em 1865 e em 1892 - expansão da ocupação das “ilhas” p.72
TEIXEIRA, Manuel C. “The Development of 19th century working-class housing – The “ilhas” in Oporto, Portugal”, Architectural Association School of Architecture, 1988, p.256 e 257

Fig.90 Esquissos de Siza Vieira para S.Víctor, 1974-1976 - Possibilidades de desenho para manter as reminiscências das “ilhas”: pórticos, muros e redesenho dos edifícios pré-existentes p.73
“drawing matter COLLECTIONS
- Álvaro Siza”

Fig.91 Esquissos de Siza Vieira para S.Víctor, 1974-1976 - Possibilidades de desenho para o espaço público e de conexão das “ilhas” à cidade p.74
“drawing matter COLLECTIONS
- Álvaro Siza”

Fig.92 Siza Vieira, bloco da “Srª das Dores”, 1974-1976 - desenho das zonas de transição entre o interior e exterior p.75
<http://www.moma.org/collection/artists/29732>

Fig.93 Inquérito à Arquitectura Popular no Minho, 1961 - tratamento das zonas de transição na habitação vernacular p.75
“Arquitectura Popular em Portugal”, 2ª edição, Lisboa: Associação Arquitectos Portugueses, 1980, p.154

Fig.94 Siza Vieira, projecto da Bouça, 1973 -2006 - quarto junto à galeria p.76
Desenho da autora

Fig.95 Siza Vieira, unidades de “S.Dionísio”, em S.Víctor, 1974-1976 - a centralidade da

cozinha e a localização do quarto p.76
TESTA, Peter; “A arquitectura de Álvaro Siza - The architecture of Álvaro Siza” ; trad. José Quintão. Porto: FAUP, 1988. p.140

Fig.96 Siza Vieira, habitações da Bouça, 1977 - desenho do esão de reunião da casa p.77
“drawing matter COLLECTIONS
- Álvaro Siza”

Fig.97 Siza Vieira, operação de S.Víctor, 1973-1976 - fachada das habitações na rua “S.Dionísio” p.77
<http://www.moma.org/collection/artists/29732>

Fig.98 Planta de uma habitação vernacular, Inquérito à Arquitectura Popular em Trás-os-Montes e Alto Douro, 1961 Le Corbusier, “Maison de week-end”, La Celle-Saint-Cloud, França, 1934 - centralidade da zona de fogo na habitação, enquanto local de reunião p.78

http://lh5.ggpht.com/_FkKgTDI7ngU/TXZ37y-LOTI/AAAAAAAAODw/0cS1Mz-53jc/inq107_thumb1.jpg?imgmax=800

<https://s-media-cache-ak0.pinimg.com/originals/fe/80/5c/fe805cec68b6e16ef84733e386c93d54.jpg>

Fig.99 Siza Vieira, operação de S.Víctor, 1973-1976 Barragán, “Casa-estúdio Luis Barragán”, Cidade do México, 1948 p.78
- a reinterpretação da arquitectura popular na pormenorização

“drawing matter COLLECTIONS
- Álvaro Siza”

<http://www.archreport.com.cn/uploadfile/2014/0109/20140109102130231.jpg>

Fig.100 Siza Vieira, 1974-1976 - Pormenor sobre o confronto p.79
VIEIRA, Álvaro Siza, “Álvaro Siza : obras y proyectos,1954-1992”, edição José Paulo dos Santos; intr. de.Peter Testa e Kenneth Frampton; trad. Carlos Sáenz, Ana Rosa de Oliveira. Barcelona: GG, 1993, p.110

V Foto da cortesia de Fernando Cardoso, membro da “Associação de Mordaodres da Bouça”, 1976 p.80
Cortesia de Fernando Cardoso

VI Álvaro Siza Vieira, Esquisso para o bloco da Nossa Sª das Dores, 1975 p.80
VIEIRA, Álvaro Siza, “Álvaro Siza : obras y proyectos,1954-1992”, edição José Paulo dos Santos; intr. de.Peter Testa e Kenneth Frampton; trad. Carlos Sáenz, Ana Rosa de Oliveira. Barcelona: GG, 1993, p.109

Fig.101 Alison e Peter Smithson, “Golden Lane Housing Competition”, 1952 p.83

<http://www.grids-blog.com/wordpress/wp-content/uploads/2013/05/Smithson-goldenlane.png>

Fig.102 Giancarlo di Carlo, “Villagio Matteotti”, Itália 1975 p.83
<http://aess.itc.cnr.it/mfc/fotografie/zoom/26537.jpg>

Fig.103 Projecto “Previ” em Lima, Peru, 1968 p.84
http://grahamfoundation.org/system/grants/images/2107/large/Land_PREVI.jpeg

Fig.104 Aldo Rossi, “Quartiere Gallaratese”, Milão, Itália, 1967-1974 p.86
<http://galeri3.arkitera.com/var/albums/Gorus-2/cambazlik-notlari/4dort.jpg.jpeg>

Fig.105 Vittorio Gregotti, “Quartiere Zen”, Palermo, Itália, iniciado em 1969 p.86
<https://premiadasud.files.wordpress.com/2011/07/41.jpg>

Fig.106 Nuno Portas e Nuno Teotónio Pereira, Torre habitacional para o plano “Olivais-Norte”, 1958
<http://bairrojardim.weebly.com/uploads/6/9/0/3/690325/719482.jpg> p.87

Fig.107 Nuno Portas, esquema sobre a metodologia para o habitat em devir p.89
PORTAS, Nuno; “A Habitação Social – Proposta para a metodologia da sua arquitectura”. 1ª ed. - Porto : Faup Publicações, 2004. p.91

Fig.108 Nuno Portas, evolução da habitação de lote estreito , a partir de um núcleo inicial p.92
PORTAS, Nuno; “A Habitação Social – Proposta para a metodologia da sua arquitectura”. 1ª ed. - Porto : Faup Publicações, 2004. p.212

Fig.109 Nuno Portas, esquema explicativo sobre as vantagens da proximidade entre a habitação, o equipamento e o local de trabalho p.93
PORTAS, Nuno; “A Habitação Social – Proposta para a metodologia da sua arquitectura”. 1ª ed. - Porto : Faup Publicações, 2004. p.199

Fig.110 Distribuição das entradas nas unidades e momento de convívio entre os moradores no corredor p.96
<http://yoursporto.com/pt/wp-content/uploads/sites/4/2014/01/Arquitectura-Filipa-5.jpg>

Fig.111 Siza Vieira, Conjunto habitacional da Bouça, 1973-1977 - densidade visual ritmada da habitação p.96
Foto da cortesia do moradore Fernando Cardoso

Fig.112 Conjunto habitacional da Bouça, 1973-1977 - uso da galeria enquanto elemento distributivo p.96

Foto da cortesia do moradore Fernando Cardoso

Fig.113 Siza Vieira, Conjunto habitacional da Bouça, 1973-2006 - uso dos pátios para convívio entre os moradores p.97
[http://upload.spottedbylocals.com/Porto/normal/bairro-social-da-bouca-porto-\(by-maria-camps\).jpg](http://upload.spottedbylocals.com/Porto/normal/bairro-social-da-bouca-porto-(by-maria-camps).jpg)

Fig.114 Esquisso de Siza Vieira da operação de S.Víctor, 1974-1977 - traseiras do bloco da Srª das Dores p.97
VIEIRA, Álvaro Siza, “Álvaro Siza : obras y proyectos,1954-1992”, edição José Paulo dos Santos; intr. de.Peter Testa e Kenneth Frampton; trad. Carlos Sáenz, Ana Rosa de Oliveira. Barcelona: GG, 1993, p.111

Fig.115 Essquisso de Siza Vieira, “Srª das Dores”, 1974-1977 - representação da apropriação do muro pelos moradores p.97
<http://www.moma.org/collection/artists/29732>

Fig.116 Dan Graham, “Homes for America”, “Arts Magazine”, 1966 p.98
https://p2.liveauctioneers.com/176/21504/7383334_1_1.jpg

Fig.117 Siza Vieira, corte de um dos volumes do conjunto habitacional da Bouça, 1973-2006 - diversidade de soluções para os espaços de transição p.98
<http://www.housingprototypes.org/images/Boca11b.jpg>

Fig.118 Siza Vieira, corte do módulo do bloco da “Srª das Dores”, 1973-1977 - desenho da cozinha e extensão do espaço de estar no exterior p.99
Desenho da autora

Fig.119 Nuno Portas, esquema sobre as possibilidades de conjugação da sala com a cozinha e zona de trabalho p.99
PORTAS, Nuno; “A Habitação Social – Proposta para a metodologia da sua arquitectura”. 1ª ed. - Porto : Faup Publicações, 2004. p.167

Fig. 120 Siza Vieira, conjunto habitacional da Bouça, 1974-1977 - definição do programa dos remates da implantação p.100
“drawing matter COLLECTIONS
- Álvaro Siza”

Fig.121 Siza Vieira, esquisso para um tanque comunitário em S.Víctor, 1973-1977 p.100
“drawing matter COLLECTIONS
- Álvaro Siza”

Fig.122 Desenho dos módulos do bloco da Srª das Dores, escala 1/200 - planta do r/c e primeiro piso p.101
Desenho da autora

Fig.123 Inquérito à Arquitectura Popular no Minho, 1961 p.101
“Arquitectura Popular em Portugal”, 2ª edição,

Lisboa: Associação Arquitectos Portugueses,
1980, p.155

Fig.124 - 2- Planta das unidades do bloco da Srª das
Dores; 1/200 p.104
3- Alçado das unidades do bloco da Srª das
Dores; 1/200
4- Planta de um dos módulos do Bairro da
Bouça; 1/200
Desenhos da autora

Fig.125 Desenho de Siza Vieira, implantação urbana
e planta de interiores dos projectos para a zona
da Srª das Dores p.105
MOTA, Nelson; An Archeology of the
Ordinary: Rethinking the Architecture
of Dwelling from CIAM to Siza".
Delft: TU Delft.2014, p.230

Fig.126 Francisco Guedes, Perspectiva do
conjunto habitacional da Bouça
para o FFH, 1973 p.106
“drawing matter COLLECTIONS
- Álvaro Siza”

Fig.127 Planta do 2º piso do conjunto habitacional
da Bouça p.107
Desenho da autora

Fig.128 Implantação do projecto da Bouça
- abertura do quarteirão para a cidade p.107
BANDEIRINHA, José António. “O Processo
SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de
1974”. Coimbra: EDARQ, 2007, p.416

Fig.129 Siza Vieira juntamente com os
moradores da Bouça, na inauguração
do projecto p.108
Foto da cortesia de Fernando Cardoso

Fig.130 Siza Vieira nos terrenos da Srª das
Dores p.109
<http://www.moma.org/collection/artists/29732>

Fig.131 Planeamento dos trabalhos a realizar
pela Brigada e Associação de Moradores
de S.Victor p.110
“drawing matter COLLECTIONS
- Álvaro Siza”

Fig.132 Estudo das possibilidades
programáticas da recuperação das “ilhas”
e dos objectivos dos levantamentos p.110
“drawing matter COLLECTIONS
- Álvaro Siza”

Fig.133 Exploração da possibilidade de
aglomeração de unidades de “ilhas” p.111
“drawing matter COLLECTIONS
- Álvaro Siza”

Fig.134 Siza Vieira, Bloco da Srª das Dores,
1974-1977 - Contraste da planimetria da
parede com a rugosidade das ruínas p.112
<http://www.moma.org/collection/artists/29732>

Fig.135 Sobre a actualidade p.119
<https://drscdn.500px.org/photo/56937574/m%3D2048/025909c4cb03f0845bd854fd34efc2e4>